



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES/CECA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DE MESTRADO /PPGE

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: UMA ANÁLISE DO PRONATEC, NO
MUNICÍPIO DE CASCAVEL - PARANÁ**

JOANNA ADÉLIA BIAVATTI

CASCAVEL – PR
2017



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES/CECA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DE MESTRADO /PPGE

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: UMA ANÁLISE DO PRONATEC, NO
MUNICÍPIO DE CASCAVEL - PARANÁ**

JOANNA ADÉLIA BIAVATTI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, área de concentração Sociedade, Estado e Educação, linha de pesquisa: Educação, Políticas Sociais e Estado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE – Campus de Cascavel, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre(a) em Educação.

Orientador:
Prof. Dr. Roberto Antonio Deitos

CASCAVEL – PR
2017



Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Cascavel CNPJ 78680337/0002-65
 Rua Universitária, 2069 - Jardim Universitário - Cx. P. 000711 - CEP 85819-110
 Fone:(45) 3220-3000 - Fax:(45) 3324-4566 - Cascavel - Paraná



Programa de Pós-Graduação em Educação

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE JOANNA ADÉLIA BIAVATTI, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Ao(s) 22 dia(s) do mês de março de 2017 às 14h00min, no(a) UNIOESTE- Campus Cascavel, realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação do(a) candidato(a) Joanna Adélia Biavatti, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em Educação - nível de Mestrado, na área de concentração em Sociedade, Estado e Educação. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Educação. Integraram a referida Comissão os(as) Professores(as) Doutores(as): Roberto Antonio Deitos, Luciano de Souza Costa, Eraldo Leme Batista. Os trabalhos foram presididos pelo(a) Roberto Antonio Deitos, orientador(a) do(a) candidato(a). Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o(a) candidato(a) foi admitido(a) à Defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, intitulada: "Educação Profissional: uma análise do PRONATEC no Município de Cascavel, Paraná". O(a) Senhor(a) Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o(a) candidato(a) a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Dissertação. Feita a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) sucessivamente, pelos(as) professores(as) doutores(as): Luciano de Souza Costa, Eraldo Leme Batista. Findas as arguições, o(a) Senhor(a) Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Dissertação. Efetuado o julgamento, o(a) candidato(a) foi **aprovado(a)**. O(A) CANDIDATO(A) FARÁ JUS AO TÍTULO DE MESTRE(A) EM EDUCAÇÃO APÓS CUMPRIR TODOS OS REQUISITOS DO REGULAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO. A seguir, o(a) Senhor(a) Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. E, para constar, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE - Campus de Cascavel, lavra a presente ata, e assina juntamente com os membros da Comissão Examinadora e o(a) candidato(a).

Orientador(a) - Roberto Antonio Deitos

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)

Luciano de Souza Costa

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)



Unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Cascavel CNPJ 78680337/0002-65
Rua Universitária, 2069 - Jardim Universitário - Cx. P. 000711 - CEP 85819-110
Fone:(45) 3220-3000 - Fax:(45) 3324-4566 - Cascavel - Paraná



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Programa de Pós-Graduação em Educação

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE JOANNA ADÉLIA BIAVATTI, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Eraldo Leme Batista

Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Joanna Adélia Biavatti

Candidato(a)

Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação
em Educação

Profa. Dra. Isaura Monica Souza Zanardini

RG nº 5.421.000-0

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação
em Educação - nível de Mestrado/PPGE

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**Ficha catalográfica elaborada por Andréa Figueredo Ferreira – CRB 9º/1703****B576e** Biavatti, Joanna Adélia

Educação Profissional: Uma análise do Pronatec no município de Cascavel – Paraná / Joanna Adélia Biavatti. – Cascavel : Unioeste, 2017.
184 p. ; 30cm

Orientador: Prof. Dr. Roberto Antonio Deitos
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, Cascavel, 2017.
Programa de Pós-Graduação em Educação / PPGE, Centro de Educação, Comunicação e Artes/CECA.
Bibliografia.

1.Qualificação profissional. 2. Educação Profissional e Tecnológica.
3.PRONATEC. I. Título.

CDD: 373

CDU: 377

Quando um paraquedista lança-se na amplitude do céu é preciso confiança. Confiança que ele saberá conduzir o seu salto, confiança nas condições atmosféricas, mas acima de tudo confiança naquele que dobrou seu paraquedas. Quando conquistamos grandes feitos, é necessário olhar ao redor e perceber que na caminhada, muitos ajudaram a dobrar nossos paraquedas, e por vezes, até a construir as nossas asas. Nenhuma conquista é individual. Por isso faço essa dedicatória aquele que dobrou e continua dobrando meu paraquedas todos os dias, que foi paciente, companheiro, amigo. Aquele que leu meus textos e os discutiu comigo, me provocando à reflexão e ao questionamento. Aquele que me ajudou a abafar a voz da dúvida e do medo e acreditar que seria possível, que eu seria capaz. Aquele que cresceu comigo nesse processo, e sem o qual, nada disso faria sentido. À você Rafael, que é como o vento sob minhas asas, todo meu amor e minha gratidão.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Dr. Roberto Antonio Deitos, pela orientação, disponibilidade, serenidade e sabedoria sem igual.

Aos professores Dr. Luciano Souza Costa e, Dr. Eraldo Leme Batista, por aceitarem compor a banca examinadora e pelas contribuições fundamentais ao desenvolvimento desta pesquisa.

Aos professores que constituem o corpo docente do mestrado em Educação da UNIOESTE, em especial Dr.^a Isaura Monica Souza Zanardini, Dr.^a Ireni Marilene Zago Figueiredo, Dr. Jose Carlos Santos, Dr. Roberto Antonio Deitos, pelas reflexões proporcionados durante o desenvolvimento das disciplinas que tanto contribuíram para o amadurecimento da proposta de pesquisa.

Ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Política Educacional e Social – GEPPE, particularmente aos professores Dr.^a Isaura Monica Sousa Zanardini, e Dr. Eraldo Leme Batista, Dr. Roberto Antonio Deitos, que fomentaram eventos e oportunidades para a discussão das Políticas Educacionais em um momento especialmente crítico à educação.

Aos colegas da turma do Mestrado, pelo compartilhamento de ideais, sonhos e angústias, e prazer da convivência.

E ainda, ao meu companheiro de vida, Rafael Augusto Gonçalves, aos meus pais Vilmar Antônio Biavatti e Elsi Biavatti, minhas irmãs, Andréa Cristina Biavatti, Julyana Salete Biavatti e Fabíola Cristina Gonçalves, pelo apoio nesta caminhada.

Às amigas Eliane, Naira, Claudia e Leoni, que mesmo sem saber foram conforto nos dias mais difíceis. Aos amigos, aos colegas de trabalho e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o desenvolvimento desta pesquisa.

... “o conhecimento não parte do andar – de uma tábua rasa – como não nasce da observação; seu progresso consiste, fundamentalmente, na modificação do conhecimento precedente. O conhecimento não é transferido, depositado ou inventado, mas construído, produzido pelo indivíduo na sua relação com outros e como o mundo. Para construir e produzir o conhecimento, é necessário que abandonemos a ideia das últimas fontes do conhecimento, reconhecendo que todo conhecimento é humano, pois se interliga com nossos erros, preconceitos, sonhos e esperanças. (Popper, 1982)

BIAVATTI, Joanna Adélia. **Educação profissional**: uma análise do Pronatec, no município de Cascavel – Paraná. 2017. 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de concentração: Sociedade, Estado e Educação, Linha de Pesquisa: Educação, Políticas Sociais e Estado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2017.

RESUMO

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, criado pelo Governo Federal por meio da Lei N°12.513, de 26 de Outubro de 2011, objetiva a oferta de cursos profissionalizantes gratuitos, com a finalidade de “*expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país*”, com intuito ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional para jovens, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda, entre outros. Observa-se que a implementação desse programa constitui-se na materialização de ações decorrentes de constantes discursos governamentais, que endossam a fala dos representantes dos setores econômicos quanto a escassez de mão-de-obra qualificada no Brasil e das implicações negativas desta carência para o desenvolvimento tecnológico do país. Frente a este contexto, a presente pesquisa propõe-se a analisar a relação entre os cursos Pronatec, nas modalidades Técnico e FIC– Formação Inicial e Continuada, no período de 2011 a 2015, e a resposta ao argumento (justificativa) de existente deficiência de mão-de-obra qualificada, para atender os requerimentos dos setores produtivos econômicos, em especial, no município de Cascavel – PR. Para tal, realizou-se o entrelaçamento dos dados referentes aos cursos ofertados e as necessidades sinalizadas pelos setores econômico, e demandantes, expressas pelos dados do MTE, CAGED, IBGE, IPARDS, RAIS, CNI, FIEP, SEED e Agência do Trabalhador. Essa análise subsidiou a construção de um panorama da oferta da Educação Profissional, em que congregou-se a representação da demanda de oferta de cursos Pronatec e dos postos de trabalho ofertados. Nessa análise foi possível constatar se os cursos ofertados atendem os requerimentos dos setores produtivos, e ainda, se houve significativo aumento nas taxas de ocupação dos postos formais de trabalho, por intermédio dos encaminhamentos realizados pela Agência do Trabalhador no município de Cascavel, PR.

Palavras-chave: Cursos técnicos profissionalizantes. Mão-de-obra desqualificada. Setores produtivos e econômicos.

BIAVATTI, Joanna Adélia. **Professional education: an analysis of Pronatec, in the municipality of Cascavel - Paraná.** 2017. 184 f. Dissertation (Master in Education). Postgraduate Program in Education. Area of concentration: Society, State and Education, Research Line: Education, Social Policies and State, State University of Western Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2017.

ABSTRACT

The National Program for Access to Technical Education and Employment - Pronatec, created by the Federal Government through Law No. 12,513, of October 26, 2011, aims to offer free vocational courses in order to "expand, internalize and democratize The offer of vocational and technological education courses in the country, "with the aim of expanding educational and vocational training opportunities for young people, workers and beneficiaries of income transfer programs, among others. It is observed that the implementation of this program is constituted by the materialization of actions resulting from constant governmental discourses that endorse the speech of the representatives of the economic sectors regarding the shortage of skilled labor in Brazil and of the negative implications of this lack for the Technological development of the country. In this context, the present study proposes to analyze the relationship between the Pronatec courses, in the Technical and FIC-Initial and Continuous Training modalities, from 2011 to 2015, and the answer to the (justification) argument of existing Skilled labor, to meet the requirements of the economic productive sectors, especially in the municipality of Cascavel - PR. In order to do this, the data related to the courses offered and the needs identified by the economic sectors and the applicants, expressed by the data of the MTE, CAGED, IBGE, IPARDS, RAIS, CNI, FIEP, SEED and the Worker's Agency were interlinked. This analysis subsidized the construction of a panorama of the offer of Vocational Education, in which the representation of the demand for the Pronatec courses and the offered jobs were gathered. In this analysis it was possible to verify if the offered courses meet the requirements of the productive sectors, and also, if there was a significant increase in the occupation rates of the formal work posts, through the referrals made by the Worker Agency in the municipality of Cascavel, PR.

Key words: Professional technical courses. Disqualified labor. Productive and economic sectors.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Modelo de Funcionamento da tríade Demandante – Ofertante – MEC.	87
Figura 2. Esquema do fluxo de prazos estabelecidos pelo MEC para inserção e confirmação de matrículas no SISTEC.	91
Figura 3. Mapa da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	105
Figura 4. Distribuição Populacional no Estado do Paraná, no ano de 2014.	123
Figura 5. Mapa do Trabalho Industrial previsto para 2015.	128

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Unidades de ensino monitoradas pelo MEC entre 2012 e 2013.....	93
Gráfico 2. Redes ofertantes monitoradas entre 2012-2013.....	93
Gráfico 3. Demonstrativo de percentual de matrículas por ofertantes em 2013.	95
Gráfico 4. Demonstrativo de percentual de matrículas por demandantes em 2013.	96
Gráfico 5. Evolução de matrículas na modalidade Ensino Médio Integrado, por dependência administrativa, no Paraná, entre os anos de 2009 e 2015.	108
Gráfico 6. Evolução de matrículas na modalidade Ensino Profissional de Nível Técnico, por dependência administrativa entre os anos 2009 e 2015, no Paraná.....	111
Gráfico 7. Cursos Ofertados pelo Sistema S, no âmbito do Pronatec, entre os anos de 2011 e 2015, em Cascavel – PR.....	116
Gráfico 8. Os dez cursos com maior oferta pelo Pronatec, pelo Sistema S em Cascavel, entre 2011 e 2015.....	117
Gráfico 9. Demonstrativo da composição do PIB Paranaense (%) entre 2007 e 2012.	125
Gráfico 10. Evolução do Saldo do Emprego Formal no Brasil entre os anos de 2003 e 2015	131

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Comparativo entre as capacidades exigidas dos trabalhadores: Modelos Taylorista-Fordista x Modelo Toyotista de Produção.....	40
Quadro 2. Tipos de Modalidade de Demanda e Beneficiários.	86
Quadro 3. Descritivo dos tipos de modalidade de demanda	88
Quadro 4. Descrição do perfil e dos documentos a serem apresentados pelos alunos da matrícula online.	90
Quadro 5. Indicadores Econômicos do Paraná (2010 a 2013).	124
Quadro 6. Indicadores Sociais do Paraná 2010 a 2015.	126
Quadro 7. Os vinte cursos FIC com maior oferta de vagas pelo Pronatec, pelo Sistema S, no município de Cascavel, entre 2011 e 2015, com descritivo de escolaridade e função.	145
Quadro 8. As vinte áreas conforme divisão CNAE que mais ofertaram vagas pela Agência do Trabalhador no município de Cascavel no ano de 2011	147

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Descritivo de valores base para cálculo do pagamento do custeio do curso Pronatec ao ofertante.	92
Tabela 2. Matrículas Pronatec entre os anos 2011 e 2014 por iniciativas do programa.....	94
Tabela 3. Demonstrativo de Investimentos no Pronatec entre 2011 e 2015, por Iniciativa, no Brasil ..	97
Tabela 4. Comparativo da matrícula inicial da Educação Profissional por etapa de Ensino e Dependência Administrativa, no Paraná, entre os anos de 2009 e 2015.....	106
Tabela 5. Evolução de matrículas por dependência administrativa no Paraná, entre os anos de 2009 e 2015.....	107
Tabela 6. Matrículas na modalidade Ensino Médio Integrado, por Dependência Administrativa entre 2009 e 2015, no Paraná.....	108
Tabela 7. Escolas e matrícula do Ensino Médio Integrado entre os anos 2009 e 2013 no Estado do Paraná.....	109
Tabela 8. Matrículas no Ensino Médio Integrado, na rede estadual, por curso e turno no ano de 2013, no Estado do Paraná.....	109
Tabela 9. Evolutivo de matrículas na modalidade Ensino Profissional Nível Técnico por Dependência Administrativa entre 2009 e 2015, no Paraná.....	111
Tabela 10. Estabelecimentos e matrículas da Educação Profissional de Nível Técnico, na rede estadual, entre os anos de 2009 e 2013, no Estado do Paraná.....	112
Tabela 11. Matrículas na Educação Profissional Nível Técnico, por curso e turno, na rede estadual, em 2013, no Estado do Paraná.....	112
Tabela 12. Comparativo entre cursos com maior número de matrículas entre as modalidades Ensino Médio Integrado e Profissional de Nível Médio, na dependência Estadual, no ano de 2003, no Paraná.	114
Tabela 13. Oferta de cursos técnicos (I, S, P) em Cascavel no ano de 2015-2016, por número de matrículas	115
Tabela 14. Cursos com maior número de vagas ofertadas em Cursos FIC, pelo Sistema S no Município de Cascavel, entre os anos de 2011 e 2015, por eixo tecnológico.....	118
Tabela 15. Vagas ofertadas em Técnicos, pelo Sistema S no Município de Cascavel, entre os anos de 2011 e 2015, classificados por número de vagas.....	119
Tabela 16. Evolução de pessoas ocupadas por setor no Estado do Paraná, entre 2007 e 2013.....	127
Tabela 17. Comparativo do número de estabelecimentos e empregos (RAIS) segundo as atividades econômicas – 2015.	127
Tabela 18. Comparativo entre demanda de profissionais apontada em 2012 e Postos de trabalho fechados em 2015.....	130
Tabela 19. Demonstrativo de percentual anual de queda de postos de trabalho.	130
Tabela 20. Previsão de demanda por Formação Profissional (Acumulado 2017-2020), conforme Mapa Industrial do Trabalho.....	133

Tabela 21. Previsão de demandas das Ocupações Industriais pelas Regiões Brasileiras de acordo como Mapa do Trabalho Industrial 2017-2020.	134
Tabela 22. As treze áreas de formação profissional com maiores demandas entre 2017-2020 de acordo com o Mapa do Trabalho Industrial.....	134
Tabela 23. Comparativo entre demanda de profissionais de habilitação técnica entre os Mapas do Trabalho Industrial de 2012 e de 2016	135
Tabela 24. Comparativo entre demanda de profissionais de qualificação básica entre os Mapas do Trabalho Industrial de 2012 e de 2016.	136
Tabela 25. Dez ocupações industriais com maior demanda dentro e fora da indústria descritas no Mapa do Trabalho Industrial 2017-2020.	136
Tabela 26. Evolução de encaminhamentos para postos de trabalho - Agência do Trabalhador de Cascavel entre os anos de 2011 e 2015.....	139
Tabela 27. Comparativo de Intermediação por atividade econômica, realizada pela Agencia do Trabalhador em Cascavel, no período de 01/01/2011 a 31/01/2011.	140
Tabela 28. Dado sobre atendimento pela rede SINE - Total Brasil, de intermediação de mão-de-obra no Brasil de 2000 até 2015*.	141
Tabela 29. Comparativo entre escolaridade requerida e média salarial ofertada nas intermediações realizadas pela Agencia do Trabalhador de Cascavel no ano de 2011.....	142

LISTA DE SIGLAS

ACESSUAS	Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BSM	Brasil Sem Miséria
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CEFETs	Centros Federais de Educação Tecnológica
CNI	Confederação Nacional da Indústria
FIC	Formação Inicial Continuada
FIEP	Federação das Indústrias do Estado do Paraná
GEPPES	Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional e Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDORT	Instituto de Organização Racional do Trabalho
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFs	Institutos Federais de Ciência e Tecnologia
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MC	Ministério da Cultura
MC	Ministério das Comunicações
MD	Ministério da Defesa
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MEI	Micro Empreendedor Individual
MIN	Ministério da Integração Nacional
MJ	Ministério da Justiça
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
MPS	Ministério da Previdência Social
MT	Ministério do Turismo
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PIMES	Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário
PNE	Plano Nacional de Educação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROEDUC	Programa para a Competitividade
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PT	Partido dos Trabalhadores
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SDH	Secretaria dos Direitos Humanos
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEED	Secretaria de Educação do Estado do Paraná
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT	Serviço Nacional do Transporte
SESC	Serviço Social do Comércio
SESCOOP	Serviço Nacional de Apoio ao Cooperativismo
SESI	Serviço Social da Indústria
SEST	Serviço Social do Transporte
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia
SISTEC	Sistema de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SNJ	Secretaria Nacional da Juventude
USAID	<i>United States Agency for International Development</i>
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNIPAR	Universidade Paranaense

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	20
2 ASPECTOS TEÓRICOS SOBRE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	28
2.1 O Trabalho e a Educação Profissional.....	28
2.2 Os Modelos Produtivos e suas Implicações nas Propostas Metodológicas e Políticas da Educação Profissional.....	33
3 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E POLÍTICA.....	47
3.1 Da Origem aos Anos 1920.....	47
3.2 Do “Caboclo” ao Operário - de 1930 a 1950	52
3.3 De 1950 aos Dias Atuais: Os Interesses Estrangeiros em Pauta.....	58
4 O PRONATEC	73
4.1 O Pronatec como Política Pública para a Educação Profissional	73
4.2 A Operacionalização da Política Pública Pronatec	80
4.1.1 Bolsa-Formação Trabalhador Brasil Sem Miséria	98
4.2 Pronatec 2.0 e a Formação Empreendedora.....	100
4.3 O Pronatec no Paraná e em Cascavel: uma Análise da Oferta da Educação Profissional.....	103
5 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E A DEMANDA DE POSTOS DE TRABALHO NO BRASIL, NO PARANÁ E EM CASCAVEL	122
5.1 O Paraná e Cascavel em Números: Dados Socioeconômicos.....	122
5.2 Projeção de Empregos versus Demanda de Formação Profissional no Município de Cascavel.....	128
5.3 A Intermediação da Mão-de-Obra em Cascavel - Paraná	138
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
REFERÊNCIAS.....	154
APÊNDICES	169

APÊNDICE A – Cursos ofertados pelo SENAC em Cascavel, no período de 2011 a 2015.....	169
APÊNDICE B - Cursos ofertados pelo SENAI em Cascavel, no período de 2011 a 2015.....	171
ANEXOS	178
ANEXO A – Legislações sobre programas educacionais do governo.	178
ANEXO B - Notas Informativas.....	181
ANEXO C - Intermediação Agencia do Trabalhador em Cascavel, Por Atividade Econômica (2011).....	183
ANEXO D – Cursos técnicos por colégios estaduais	184
ANEXO E - Comparativo do número de estabelecimentos e empregos (RAIS) segundo as atividades econômicas - 2015.....	186

1 INTRODUÇÃO

Nesta introdução, apresentamos os aspectos que nos conduziram ao presente estudo, assim como o percurso realizado e a estruturação da pesquisa. Para tal, iniciamos com uma breve descrição de nossa trajetória e como ela nos conduziu ao nosso objeto de análise, o Pronatec.

Sou Pedagoga, formada pela Universidade Paranaense – UNIPAR, Campus de Toledo, no ano de 2011, após adiar o sonho da formação superior por inúmeras vezes, em função da condição econômica e da jornada de trabalho de quem necessita sustentar a si próprio, impeditivos alternantes à concretização desse objetivo.

O estudo, o conhecimento, foi sempre a “herança” que meus pais elencavam como principal riqueza a ser deixada. Sempre me apoiaram nos estudos até onde puderam e me incentivaram a seguir a partir da linha de onde não mais conseguiriam.

Meu pai sempre foi um homem leitor e culto. O incentivo e a leitura de revistas e livros, além de discussões sobre o contexto político, nunca nos faltaram em casa. Minha mãe, nos mostrava que sempre é possível aprender, e utilizar esse saber. De costureira, virou instrutora de costura, no SENAI, no SESC e em outras instituições em Toledo, nossa cidade natal. Sempre me chamou a atenção quando ela comentava de suas alunas, de quando as encontrava e como ficava feliz em saber que aquilo que havia ensinado à elas as ajudou de alguma forma a conquistar um pouco mais de espaço em um contexto profissional competitivo.

Ainda em 2008 comecei a atuar como professora autônoma no SENAI em Toledo, ministrando algumas disciplinas em cursos de Qualificação Profissional e Aprendizagem Industrial. Eram disciplinas nas quais eu conseguia desenvolver reflexões sobre ética, cidadania, qualidade de vida, valores, entre outros. Foi um riquíssimo período em que percebi claramente como podemos fazer a diferença na vida de outras pessoas.

Encontrar e reencontrar ex-alunos, antes sem perspectivas, trabalhando, desenvolvendo seu ofício com dignidade e fazendo planos, foi o que me fez mais e mais encantada com a temática da educação profissional. No final de 2011, fui aprovada em um processo seletivo para atuar como Orientadora Pedagógica no SENAI em Cascavel, e para cá nos mudamos. Já na chegada, e ainda sem muita

bagagem na função, no início de 2012 fui convidada a atuar como interlocutora do Pronatec, que foi implementado em 2011 mas que, a partir de então, passaria ser efetivamente desenvolvido na unidade.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, criado pelo Governo Federal mediante a Lei nº 12.513, de 26 de Outubro de 2011, que objetiva a oferta de cursos profissionalizantes gratuitos, com a finalidade de “[...] expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país”, ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional para jovens, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda (BRASIL, 2011).

A implementação deste programa visa a materialização de ações, decorrente de constantes discursos governamentais, que endossam a fala dos representantes dos setores econômicos quanto a escassez de mão-de-obra qualificada no Brasil e das implicações negativas desta carência para o desenvolvimento econômico e tecnológico do país.

Em seu discurso durante cerimônia de lançamento do Programa, em 28/04/2011, a então Presidente da República, Dilma Rousseff, justificava a criação do Pronatec como condição para a continuidade do “[...] vigoroso e duradouro processo de desenvolvimento”, que conduziu o país ao posto de 7ª economia do mundo. Seu antecessor, o ex-Presidente Luis Inácio “Lula” da Silva, endossava o entendimento da necessidade de qualificação do trabalhador para ocupação dos postos de trabalho disponíveis, para o crescimento econômico e a valorização do trabalhador. Essa fala dos gestores “esquerdistas”, soa contraditória a suas bases políticas e se igualam aos discursos neoliberais de seus antecessores.

Embora o Pronatec não seja o único programa voltado à qualificação do trabalhador, nos últimos vinte anos, pode ser considerado como o de maior expressividade, considerando as ações abrangidas por ele, os investimentos realizados e o alto número de pessoas qualificadas. Entre 2011 e 2014, durante o governo Dilma, foram mais de 8,1 milhões de matrículas em cursos técnicos e de qualificação profissional, em mais de 4.300 municípios, e embora tenha havido um decréscimo de investimentos em 2015, ainda atingiu 1,3 milhões de matrículas (MEC, 2015).

Atuando diretamente como interlocutora do Programa, compartilhei muitas angústias com demais ofertantes e demandantes, oriundas das dificuldades de

operacionalização de um sistema e de um programa, que ouvíamos de tempos em tempos, que “era como um avião construído em pleno voo”.

Informações não claras e desencontradas deram a tônica do programa pelo menos nos dois primeiros anos. A impressão era de que as regras mudavam sem aviso prévio de tempos em tempos, aos “45 minutos do segundo tempo”. Uma enxurrada de Notas Informativas, adendos e alterações na Legislação e nos manuais de operação, inclusão de demandantes e ofertantes, chamados ao MEC com respostas vazias, ao mesmo tempo em que a oferta de vaga se ampliava. Esse contexto tornou a execução do programa por parte dos ofertantes, uma tarefa bastante árdua, uma vez que mais e mais critérios e pontos de atenção somavam-se aos anteriores.

A partir de 2014 percebeu-se que o Pronatec foi estruturado, e os critérios de oferta de curso, de beneficiários, nas formas do repasse do recurso, ou seja, as regras do jogo, ficaram mais claras e passíveis de serem executadas.

Vivenciando essa dinâmica da execução do Pronatec, sempre nos inquietou, entre outras questões, se o universo dos cursos ofertados estaria em consonância com os requerimentos dos setores econômicos do município e conseqüentemente se atendia aos objetivos do Programa, dentre eles, os de contribuir para o suprimento da carência de mão-de-obra, a promoção do acesso ao emprego e a ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional.

A proposta inicial de pesquisa era voltada à investigação da relação entre a participação no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec e a melhoria na qualidade de vida relacionada à conquista de novos postos de trabalho, aumento da renda familiar e continuidade de estudos. Tal pesquisa direcionava-se aos alunos egressos, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, sediado no município de Cascavel, Paraná.

Contudo, após as discussões levantadas nas disciplinas do Programa de Pós-Graduação em Educação/PPGE, em especial as de Estado e Gestão da Educação e de Estado, organismos internacionais e políticas sociais, foi possível aprofundar o conhecimento sobre as relações entre Estado, sociedade e instituições escolares nos processos de implantação e implementação de políticas de gestão da educação, bem como a concepção de descentralização, participação e autonomia presentes nas políticas educacionais brasileiras, a partir da compreensão do papel e

da função do Estado capitalista, e como política estatal e as proposições dos organismos internacionais para a formulação, a gestão e o financiamento das políticas sociais no Brasil estão entrelaçadas.

Esse entendimento nos conduziu a considerações mais amplas sobre o Pronatec, do que a anterior, de um programa vinculado a uma política pública que, implica na transferência de um benefício, em que os alunos são selecionados de acordo com os critérios estabelecidos, para que sejam atendidas determinadas categorias da população. Ampliou-se a percepção do programa como política pública educacional efetiva, percebendo-o como uma proposta articuladora contribuinte na efetivação de diretrizes para o projeto educacional brasileiro.

Na atual literatura, ainda não existem dados sobre a eficácia do programa como política pública ou sobre a relação direta do mesmo com a melhoria dos índices de empregabilidade dos participantes, há necessidade e relevância de uma avaliação aprofundada sobre as propostas a que se lançam o Pronatec.

Outros questionamentos também inquietam e norteiam a pesquisa, tais como: como são definidos os cursos que serão ofertados e baseados em quais critérios? Esses cursos atendem os requerimentos dos setores econômicos do município no tocante a premissa da escassez de mão-de-obra qualificada? Existe escassez de mão-de-obra qualificada no município? E ainda, a possível escassez poderia ser “suprida” pelos cursos ofertados pelo Pronatec?

Dessa forma, contando ainda com as reflexões realizadas no Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional e Social – GEPPEs, Unioeste, mostrou-se salutar a análise da relação entre os cursos Pronatec ofertados pelo Sistema S nas modalidades Técnico e FIC¹ – Formação Inicial e Continuada, no período de 2011 a 2015, e a resposta ao argumento (justificativa) de existente deficiência de mão-de-obra qualificada, para atender os requerimentos dos setores produtivos econômicos, em especial, no município de Cascavel – PR, tornando esse o problema central da pesquisa.

Embora a análise esteja baseada nos cursos ofertados pelo Sistema S, cabe ressaltar aqui que não discutiremos de forma aprofundada sobre a destinação dos recursos do programa a rede particular de ensino e não as redes federais e

¹ Os cursos técnicos são ofertados, para quem está cursando ou já possui o ensino médio, e cursos de qualificação profissional (formação inicial e continuada – FIC), de escolaridade mínima variada e de carga horária mínima de 160horas.

estaduais de educação profissional. A oferta do Sistema S é considerada nessa pesquisa por ser a de maior representatividade em número de matrículas, embora ainda existam outros ofertantes como o Instituto Federal do Paraná com cursos de Qualificação Profissional e o Grupo Anhanguera – Kroton, com cursos Técnicos Subsequentes.

O processo e o contexto político para a implantação do programa em âmbito Nacional foi exposto nos estudos de Martins (2015)², cujas análises são ponto de partida para a presente pesquisa. Em nosso estudo almejamos esmiuçar essa análise para o município de Cascavel, em especial para o entrelaçamento entre os dados referentes aos cursos ofertados e as necessidades sinalizadas pelos setores econômicos, ou demandantes³, expressas pelos dados do MTE – Ministério do Trabalho e Emprego, CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, CNI – Confederação Nacional da Indústria, FIEP – Federação das Indústrias do Estado do Paraná, SEED – Secretaria de Educação do Estado do Paraná e Agência do Trabalhador.

O cruzamento de tais dados, subsidiaram a construção do panorama da Educação Profissional, e a análise dos dados referentes a demanda e oferta de mão-de-obra qualificada e dos postos de trabalho em Cascavel no período de 2011 a 2015. Foi possível ainda congregarmos a representação da demanda de oferta dos cursos Pronatec realizados pelo Sistema S, no período de 2011- 2015 nas modalidades FIC e Técnico, com o intuito de verificar o vínculo entre os postos de trabalho ofertados e cursos profissionalizantes ofertados, analisando se, tais cursos atendem as demandas sinalizadas pelos setores produtivos (econômicos) no município de Cascavel – PR.

Em nossa análise, buscamos o olhar da avaliação descrito por Netto (2003), como *ex-post*, que visa medir resultados, efeitos, impactos, averiguando se houve alterações na realidade do objeto programa, ou ainda ser realizada no sentido de

² Dissertação de Mestrado: Política de educação profissional: a implementação do programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego (PRONATEC) - (2011-2014). Carla Alves Ribeiro Martins (2015)

³ A Rede Demandante é formada por Parceiro Demandante, Órgão Supervisor de Demanda e Unidade Demandante, que faz o encaminhamento do interessando ao Ofertante para a realização dos cursos de interesse. Exemplo: Ministério do Trabalho e Emprego é o demandante dos beneficiários do Seguro Desemprego para fazer um curso pelo Pronatec na rede Ofertante.

analisar os pontos de estrangulamento, fatores que favoreceram ou que foram obstáculos ao alcance dos objetivos.

Optamos por essa perspectiva por acreditar que ela é que proporciona maior ganho, uma vez que se extrapolam os resultados numéricos e de indicadores, para aprofundar-se na compreensão do programa com um todo, seus pontos positivos e críticos para a execução, propondo o debate, a discussão e a possibilidade de melhorar e ampliar a utilização dos recursos a ele destinados e maior efetividade no alcance dos objetivos a que ele se propõe. E é com esse olhar que adentramos à avaliação inicial do Pronatec como política social para a educação profissional.

A política social, aqui é entendida conforme descrita por Faleiros (2009), como “[...] a gestão estatal da força de trabalho, que articula as pressões e movimentos sociais dos trabalhadores com as formas de reprodução exigidas pela valorização do capital e pela manutenção da ordem social”. (FALEIROS, 2009, p. 64).

Neste sentido, compreendemos que, o Pronatec se insere como parte de políticas estatais com a preocupação voltada para um dos componentes da gestão da força de trabalho, que é a educação profissional.

Para responder a pergunta: “Os cursos ofertados pelo Pronatec no Sistema S, no período de 2011 a 2015, como resposta ao argumento de existência da mão-de-obra qualificada, atende os requerimentos dos setores produtivos econômicos, no município de Cascavel – PR?”, estruturou-se a pesquisa em três alicerces.

No capítulo “*A Educação Profissional: aspectos socioeconômicos e educacionais*”, propomos a discussão sobre o conceito de trabalho e a educação profissional, a relação entre os modelos produtivos e as propostas metodológicas para a Educação Profissional, a contextualização histórica e política da Educação Profissional e a visão do Pronatec como uma política pública para esta modalidade de educação.

Essa análise divide-se em quatro subitens interligados: “*O Trabalho e Educação Profissional*” - quando se descreve uma breve conceituação de trabalho e das perspectivas de educação profissional, embasados pelos escritos de Engels, Marx e Saviani; “*Os modelos produtivos e suas implicações nas propostas metodológicas e políticas da educação profissional*”- momento em que, se contextualiza a relação entre os modos de produção, as metodologias e as concepções de educação profissional correlatas no período histórico descrito; “*A*

Educação Profissional no Brasil: contextualização histórica e política” - parte descritiva da trajetória histórica da Educação Profissional no país, relacionando-a aos momentos econômicos e políticos vivenciados, e as políticas públicas vigentes, entre eles, alguns pensamentos sobre o surgimento e estruturação do Sistema S e os condicionamentos políticos de sua criação.

No capítulo seguinte, “*Pronatec*”, aprofunda-se a discussão sobre o Programa. Para essa análise estruturou-se esse tema em quatro subitens: *O Pronatec como política pública para a educação profissional*” - nesse espaço situa-se o programa como uma política educacional desenvolvida para atendimento aos ditames oriundos da reforma política iniciada nos meados dos anos 1980, e ‘*A operacionalização da política pública Pronatec*’ - momento em que se apresenta como o programa é operacionalizado na tríade MEC – ofertante - demandante. Nesse ponto também analisamos como o programa, educacional, entrelaça-se com outros dois, sociais, o Brasil sem Miséria e o Brasil Sorridente. Essa análise está descrita no item “*Bolsa Formação Trabalhador e o Brasil Sem Miséria*”. No item “*Pronatec 2.0 e a formação empreendedora*”, esboça-se uma discussão sobre o viés empreendedor inserido no programa a partir de 2013; e em “*O Pronatec no Paraná e em Cascavel: uma análise da oferta da educação profissional*”, encerramos esse capítulo trazendo dados estatísticos sobre a oferta da educação profissional no Paraná e em Cascavel. Neste item, extenuamos a análise quantitativa de matrículas, em todas as modalidades, ofertadas por todas as esferas administrativas, incluindo os cursos ofertados pelo Pronatec no município de Cascavel entre o período de 2011-2015.

Para o capítulo “*Educação profissional e a oferta de postos de trabalho no Brasil, em Cascavel e no Paraná*”, resguardamos a análise do entrelaçamento dos dados relativos a oferta de vagas e a formação profissional ofertada. Estruturamos esse capítulo da seguinte maneira: “*O Brasil, o Paraná e Cascavel em números: dados socioeconômicos*” – no qual situamos as esferas federativas de acordo com índices econômicos e sociais, tais como PIB, IDHM, Índice Gini, população economicamente ativa, escolaridade, entre outros, que subsidiam a construção de um possível cenário econômico, e conseqüentemente um mercado de trabalho, em que o trabalhador “qualificado” seria demandado; “*Projeção de empregos versus demanda de formação profissional no município de Cascavel*” - apresentamos dados nacionais do Mapa da Demanda de Trabalho Industrial, dos anos 2012 e

2015, e 2017 a 2020, e os relacionamos com os dados da intermediação da mão de obra em Cascavel. Nesta análise aborda-se ainda, a fala dos setores econômicos quanto a necessidade de formação de mão-de-obra para atendimento da escassez de profissionais demandados pelo então cenário do crescimento econômico, comparando-os com os índices de emprego e desemprego nos setores no período em exercício. No item “*A Intermediação da mão-de-obra em Cascavel*” – é realizada uma análise quantitativa dos dados da intermediação, na qual observa-se ainda os perfis combinados das vagas, dos profissionais cadastrados e dos profissionais encaminhados, como uma tentativa de verificar se essa classe de trabalhadores atende ao perfil de mão-de-obra requerido no município.

Esse último capítulo mostra-se o ponto nevrálgico da pesquisa, pois nele repousam os maiores esforços de análises correlacionais entre os dados: a) Eixos Tecnológicos com maiores demandas de formação profissional- com base em dados da CNI, FIEP, CAGED, IPARDS, RAIS; b) Ofertas de postos de trabalho sinalizadas pela Agência do Trabalhador e MTE; c) Cursos ofertados pelo Sistema S em Cascavel, com dados do SENAI, SENAC, SENAT, e d) Qualificação necessária para ocupação dos postos de trabalho demandados, baseado na análise do Guia FIC e CBO.

A cada investigação, novos questionamentos e novas inquietações. Sabemos que não conseguiremos neste estudo abraçar e responder a todos eles. Dessa forma, temas importantes como Empregabilidade, Teoria do Capital Humano e Relações de trabalho, embora presentes, e pertinentes, não foram aprofundados, dado o recorte e o enfoque que buscamos dar à presente pesquisa. Entretanto as relações traçadas entre o objeto de estudo e tais temas permanecem presentes e inquietantes, que evidencia a necessidade, e a vontade, de ampliar a discussão em estudos futuros.

2 ASPECTOS TEÓRICOS SOBRE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Neste capítulo nos concentramos em analisar a educação profissional, sob o ponto de vista teórico. Inicialmente discorreremos sobre a relação entre trabalho e educação, com o objetivo de tornar claro como tais conceitos subsidiam a discussão sobre a formação profissional. A partir desse ponto adentramos a abordagem da trajetória metodológica e de perspectivas de ensino na educação profissional, traçando paralelos entre os contextos econômicos, os processos produtivos e sua influência na proposta pedagógica da educação profissional.

2.1 O Trabalho e a Educação Profissional

Em sua gênese, a palavra “trabalho”, tem um sentido negativo, pois está associada a tortura, uma vez que, o termo “[...] deriva do latim *tripaliare*, que significa castigar com o *tripaliu*, instrumento que, na Roma Antiga, era um objeto de tortura, consistindo numa espécie de canga usada para supliciar escravos.” (DAMATTA, 2003, p.21).

Entretanto, se originalmente, trabalhar, significava ser torturado, Engels (1876), nos apresenta um sentido positivo do trabalho, ao considerar a ideia de que, em nossa origem como humanidade, os macacos, por meio do trabalho, desenvolveram-se fisicamente, intelectualmente e socialmente.

Primeiro o trabalho, e depois dele e com ele a palavra articulada, foram os dois estímulos principais sob cuja influência o cérebro do macaco foi-se transformando em cérebro humano [...] O desenvolvimento do cérebro e dos sentidos a seu serviço, a crescente clareza de consciência, a capacidade de abstração e de discernimento reagiram por sua vez sobre o trabalho e a palavra, estimulando mais e mais o seu desenvolvimento. [...] esse desenvolvimento não cessa de modo algum, mas continua [...] orientado em um determinado sentido por um novo elemento que surge com o aparecimento do homem acabado: a sociedade. (ENGELS, 1876, p. 12-13)

Engels (1876) pondera que, paradoxalmente, ao surgirmos como sociedade, novamente nos encontramos com o trabalho, presente na elaboração de instrumentos de caça, de pesca e de armas. Ao mesmo tempo em que transformava sua própria natureza, avançava no desenvolvimento de novos processos, novas esferas de trabalho, adaptando-se a viver em qualquer clima, sendo o único animal a fazer isso por iniciativa própria. Assim, a medida em que evoluía fisicamente e

intelectualmente, o trabalho se diversificava e aperfeiçoava de geração em geração, estendendo-se a novas atividades.

A linha evolutiva iniciada com a caça e a pesca, adentra a história promovendo o desenvolvimento da agricultura, da fiação, da tecelagem, elaboração de metais, olaria e navegação, os ofícios e os comércios, as artes e as ciências. Das tribos surgiram as nações e o Estado, o direito e a política. Frente a todos esses progressos, entendidos como frutos do agora desenvolvido cérebro humano, a produção oriunda do trabalho com a mão ficou em segundo plano. Os homens passaram a explicar seus atos pelos seus pensamentos e não por suas necessidades. A cabeça que planejava o trabalho podia obrigar mãos alheias a realizá-lo (ENGELS, 1876).

O trabalho define-se então para Engels (1876) como algo inerente ao homem, uma vez que os animais apenas podem utilizar a natureza e modificá-la pelo simples fato de sua existência nela, enquanto o homem a modifica, a domina e lhe obriga à servidão. Porém, alerta o autor, que o homem é parte da natureza e que suas investidas contra e sobre ela, geram consequências sociais.

Engels (1876) nos apresenta a ideia de que, conforme o homem foi desenvolvendo-se historicamente e biologicamente, a mão, antes instrumento de sobrevivência, com o qual agíamos sobre a natureza, foi preterida e, de certa forma, subjugada pelo cérebro. A cabeça planeja o trabalho que pode ser executado pelas mãos de outrem. A partir de então modificaram-se as relações entre homem e trabalho, e conseqüentemente, o conceito de educação para o trabalho, que passou a ser instrumento para a capacitação das “mãos” alheias ao produzirem a riqueza para o “cérebro pensante”.

Marx (2004), vai além da análise de Engels (1876) ao compreender o trabalho em duas dimensões: positivas e negativas. Na visão positiva existe sua compreensão como categoria ontológica, fundamental a existência humana por ser a atividade afirmadora da vida. Nessa perspectiva, entende-se que é no trabalho que se manifesta a superioridade humana perante os demais seres vivos, pois o homem, de forma consciente, opera sobre a natureza de forma recíproca, produzindo os meios para sua vivência e estabelecendo relações sociais com os outros homens.

A perspectiva negativa, refere-se à extinção do trabalho em decorrência das transformações ocorridas na sociedade contemporânea, nas quais ele deixa de ser em termos práticos, uma atividade central e em termos teóricos, uma categoria para

análise das relações sociais, e passa a ser uma simples atividade de subsistência e satisfação de carências imediatas, tornando-o um elemento de subordinação ao capital, de sacrifício e mortificação do homem, que não se apropria dos objetos de sua produção. (MARX, 2004).

“Trabalhar não é outra coisa senão agir sobre a natureza e transformá-la”. (SAVIANI, 2003, p.132-133). A definição de trabalho para Saviani (2003) corrobora com Engels (1876) e com Max (2004), e a insere como o ponto de referência para a discussão da educação profissional, pela percepção do trabalho como princípio educativo geral, uma vez que toda educação organizada se dá a partir do conceito e do fato do trabalho e de sua realidade.

Partindo da lógica dialética de Marx (2004), Saviani (2003) que opera com as categorias de contradição e de ação recíproca para analisar a relação entre trabalho e educação, ao considerar o trabalho como princípio da educação e essa como trabalho. O autor fundamenta sua análise exemplificando o trabalho como característica definitiva da essência humana, e que, a partir desta referência compreende-se e reconhece-se a educação como formação humana.

Saviani (2003) considera que o homem se torna homem no e pelo trabalho. E esse processo de produção coincide com seu processo de formação, num encadeamento complexo. Isso dá origem a diversas modalidades de trabalho, tais como trabalho rural, industrial, político, entre outros, os trabalhos educativo e pedagógico; o que não torna trabalho e educação idênticos, mas elementos de uma mesma totalidade, diferentes no interior de uma unidade, no qual existe reciprocidade de ação entre os diferentes momentos.

Entre as modalidades de trabalho descritas por Saviani (2003), a diferenciação entre trabalho manual e intelectual ou trabalho material e não-material assume particular relevância, que conduz a um “projeto” de educação formal – e profissional, diferenciado, para diferentes “públicos”.

Para Tomé (2012), a educação formal, passou a se apresentar em modalidades distintas: a dirigida para os filhos dos proprietários, voltada ao letramento, as atividades intelectuais ou militares; e outra, direcionada aos filhos dos não proprietários, que objetivava apenas a continuidade da atividade produtiva, ou seja, para o trabalho. A educação que antes se confundia com o próprio trabalho e com a própria formação, passa em sua modalidade formal a ser destinada aos que tem tempo livre e que não precisam trabalhar.

Esse dualismo se consolidou a partir da Revolução Industrial, ocorrida na Inglaterra, do final do século XVIII e início do século XX, com a necessidade eminente da formação de mão-de-obra para trabalhar nas grandes indústrias que eclodiam.

Para Wittaczik (2008), as relações anteriormente demarcadas pela divisão entre aqueles que eram os senhores da terra e da produção e do capital, dos cidadãos, e dos que viviam nas cidadelas e os que eram escravos, serventes; reforçou-se com a modernidade, que encarregou-se de alterar o vínculo entre trabalho produtivo e educação, pois com o advento do capitalismo, a produção se rende ao mercado, o qual assume para si a organização da produção e suas relações de capital e trabalho.

Essa educação profissional, oriunda da crescente necessidade de produção de mão-de-obra para atendê-la, não se preocupava com a formação humana, apenas com noções técnicas, domínio de seu ofício e disposição para trabalhar, reforçando-se a dualidade entre trabalho manual e intelectual. (TOMÉ, 2012).

Nessa ótica, Frigotto (1999) expõe que, nas disputas divergentes e subliminares presentes no capitalismo, é que são determinadas as regras sobre valores, ideias, teorias, símbolos e instituições, e entre essas instituições, a escola, centro de produção e reprodução de conhecimentos, atitudes, ideologias e teorias que visam justificar o novo modo de produção.

Frigotto (2007a, p. 524) entende que, a formação do trabalhador como [...] “adequada à flexibilidade do processo produtivo e da acumulação é incompatível com a educação omnilateral e politécnica e de escola unitária e centra-se na concepção de formação polivalente”. Dessa forma, a escolaridade, bem como o tipo de qualidade de educação para classe trabalhadora são diferenciados no conteúdo e no método, com menos tempo, conteúdo aligeirado mais restrito (tecnicista) e mais barato. (FRIGOTTO, 2007a).

Para Saviani (2003) o nível de educação destinado aos trabalhadores mostra-se como uma contradição à supremacia do capitalismo, uma vez que, sendo a sociedade baseada na propriedade privada dos meios de produção, e o conhecimento entendido como um meio de produção, deveria ser propriedade da classe dominante. Entretanto os trabalhadores não podem ser absolutamente expropriados dos conhecimentos, pois sem eles, não podem produzir, e se não produzem/trabalham, não acrescentam valor ao capital.

Kuenzer (1989) considera neste sentido que, a qualificação do trabalhador, passa ser entendida e desenvolvida, como aquisição do conteúdo do trabalho desenvolvido pelo capitalismo; resultado da instrução e da experiência, sendo que por instrução entende-se tanto o ensino regular quanto a realização de cursos profissionais.

Entretanto, essa educação por si só não é garantia de “aproveitamento” do trabalhador pelo mercado de trabalho. Alberto (2005) nos atenta ao termo “empregabilidade” contido nas orientações para a política educacional no Brasil, em especial a partir dos anos 90, período da reestruturação produtiva para alinhamento as políticas definidas para a América Latina. Trata-se de um conceito que apregoa a necessidade do trabalhador estar em eterno processo de aprendizagem, como garantia de segurança no trabalho. A autora frisa a necessidade de formação de um trabalhador para atuar em um contexto em constante processo de mudança. “Assim, qualificar, requalificar, atualizar e reprofissionalizar passam a ser considerados objetivos fundamentais, uma vez que o que se aprende não é o suficiente para sempre.” (ALBERTO, 2005, p.300).

Atentos a essa articulação entre meios de produção e a educação profissional por ele demandada, Deitos; Lara e Zanardini (2015, p. 985) ressaltam a necessidade de “[...] compreender o processo relacional da política educacional como intimamente articulada ao processo de produção socialmente vigente”. Para isso é proposto o exame da composição da força de trabalho como ponto chave para o entendimento da “[...] funcionalidade da política educacional adotada como uma componente dos suprimentos necessários à profissionalização e aprendizagens impostos pelas demandas do processo produtivo” (DEITOS; LARA; ZANARDINI, 2015, p. 986).

Ao analisarmos a Educação Profissional, considera-se fundamental o entendimento dela como parte de uma política educacional, articulada com as demandas do processo produtivo e, estas como parte a política social e econômica do Estado. Essa visão, proporciona a compreensão da relação entre as propostas pedagógicas voltadas à educação profissional e o modelo de produção vigente, conforme abordaremos a seguir.

2.2 Os Modelos Produtivos e suas Implicações nas Propostas Metodológicas e Políticas da Educação Profissional

Ao estudarmos a educação profissional, percebemos claramente como os processos produtivos influenciam a perspectiva vigente de educação para o trabalho. Uma breve trajetória histórica demonstra como o processo produtivo, sempre promoveu os ditames da educação profissional, elaborando, orientando e conduzindo a formação do trabalhador em consonância com suas demandas. O trabalhador executor, o trabalhador resolvidor e flexível, e na contemporaneidade o trabalhador autônomo responsável pelo processo produtivo e pelo diferencial competitivo da organização.

Esse controle sobre a formação dos “perfis” de trabalhador é entendido por Batista (2008) como parte do próprio caráter da mundialização capitalista, e também como forma de sociabilização, em que articulam-se as transformações nas relações sociais de produção, em alguns aspectos e momentos históricos diferenciados, mas com a mesma essência de controle sobre o trabalho. Trata-se, conforme a autora, de um permanente processo de transformação das formas de trabalho e das relações de produção, para torná-las adequadas à expansão do capitalismo.

Em relação a essa perspectiva, Ribeiro, A. (2015) considera que entre as principais características do capitalismo está a acumulação ilimitada de capital (dinheiro ou a própria acumulação), por meios formalmente pacíficos, com orientação para o constante crescimento. Essa riqueza, se apoia na utilização, ou melhor, na exploração da força de trabalho de outrem, o que estabeleceu a necessidade de desenvolver formas de organização e controle (físico e intelectual), sobre essa força de trabalho, para que o capitalismo possa manter-se em crescimento.

Como forma de aumentar cada vez mais a produção e sua riqueza, o homem capitalista, desenvolveu modelos de produção, tais como o Fordismo, o Taylorismo, o Toytismo, entre outros. Sob aparato legislativo e social, esses modelos de produção foram transpostos às salas de aula, voltadas a educação profissional, para que se formassem trabalhadores, aptos a reproduzi-los, além do contexto de trabalho, nas esferas sociais, políticas e culturais. Isso é percebido claramente no projeto pedagógico adotado para a educação profissional quando observados nas tendências tecnicistas e políticas dualistas de formação profissional.

Um projeto pedagógico, que conforme Kuenzer (1989), está implícito no modo como trabalho é disposto nas organizações, e tem por objetivo a constituição de um perfil de trabalhador, conveniente aos interesses capitalistas, articulando-se com o processo educativo em geral, que se desenvolve no conjunto das relações sociais determinadas pelo capitalismo. Vejamos como esse projeto pedagógico esteve, e está, presente em cada um dos modelos produtivos adotados.

O taylorismo, desenvolvido por Frederick Winslow Taylor, surgiu na cadeia da constituição dos métodos e organização do trabalho, nas últimas décadas do século XIX. Com a concepção de gerência científica, Taylor propunha esforços no sentido de aplicar os métodos científicos aos problemas, cada vez mais complexos e frequentes nas empresas capitalistas em franca expansão. (RIBEIRO, A., 2015).

No modelo taylorista, a enorme parcela de trabalhadores, dedicados à execução das tarefas, não necessitava qualquer conhecimento que extrapolasse a rotina dos atos para os quais estavam sendo disciplinados e treinados para o eficiente desempenho em tais tarefas.

Andressa Ribeiro (2015) observa que a capacidade gerencial de pré-planejar e pré-calcular todas as etapas e elementos do processo do trabalho com severa imposição ao trabalhador da maneira rigorosa de como o trabalho deve ser executado, articula-se a uma proposta de intenso controle de trabalho; que demanda a expropriação do saber do trabalhador e a divisão entre execução e concepção do trabalho.

Essa divisão é descrita pelo próprio Taylor (1987) ao sinalizar que:

O uso prático dos dados científicos requer uma sala em que são guardados os livros, notações dos rendimentos máximos e uma mesa para o planejador das tarefas. Assim, todo o trabalho feito pelo operário no sistema antigo, como resultado de sua experiência pessoal, deve ser necessariamente aplicado pela direção no novo sistema, de acordo com as leis da ciência, porquanto o trabalhador, ainda que bem habilitado na organização e uso dos dados científicos, estaria materialmente impossibilitado de trabalhar, ao mesmo tempo, na máquina e na mesa de planejamento. Está claro, então, na maioria dos casos, que um tipo de homem é necessário para planejar e outro tipo diferente para executar o trabalho. (TAYLOR, 1987, p. 35)

Esse “aconselhamento” de Taylor (1987), decorre de sua percepção de que o trabalhador possui maior conhecimento sobre o processo de trabalho do que a gerência, e que cria possibilidade de resistência ou interferências que oneram morosidade à produção. Assim, a expropriação desses conhecimentos permite

maior controle sobre o processo, na medida em que retira do trabalhador a sua capacidade de concepção, “[...] tornando-os meros operadores de tarefas simplificadas sem a compreensão dos raciocínios técnicos [...] barateando ainda a força de trabalho. (RIBEIRO, A., 2015, p. 67).

Moura, Lima Filho e Silva (2015) consideram que a divisão social e técnica do trabalho, constituiu-se da estratégia crucial para o modo de produção capitalista, que exige um sistema educacional classista que separa trabalho intelectual e trabalho manual, trabalho simples e trabalho complexo, cultura geral e cultura técnica. O resultado é uma escola que forma seres humanos unilaterais, mutilados, tanto das classes dirigentes como das subalternizadas. “É claro que isso não ocorre de forma mecânica, mas em uma relação dialética em razão das forças que estão em disputa e que, em alguma medida, freiam parte da ganância do capital”. (MOURA; LIMA FILHO e SILVA, 2015, p.1059).

A vadiagem e a indolência são fortes preocupações para Taylor (1987), pois seu modelo produtivo alicerça-se no controle do tempo. O cronômetro é um importante meio de controle da excelente, prova da eficiência da produção em todas as fases do trabalho mecânico. Ao considerar que o máximo de prosperidade somente pode existir como o máximo de produção, Taylor (1987) deixa claro que seu interesse é a adaptação do trabalho às necessidades do capital.

A ideia de prosperidade condicionada a ideia de produção gera a noção de cooperação de classes, que concebe a prosperidade do trabalhador como dependente da prosperidade da empresa, evidenciando uma tendência ideológica velada em que o trabalho é pensado para satisfazer os interesses de uma classe. (RIBEIRO, A., 2015).

Assim como o taylorismo preconizava o controle do trabalho, o fordismo, desenvolvido por Henry Ford em 1914, tinha como fundamento o controle do processo de trabalho. Com Ford, a novidade em termos de organização da produção no chão de fábrica foi a introdução da esteira rolante, que proporcionou expressivos ganhos de produtividade, ao fazer com que o trabalho chegasse ao trabalhador, que permanecia em uma posição fixa, praticamente parado, eliminando o movimento inútil. (RIBEIRO, A., 2015).

Observa-se que o Fordismo não representou uma ruptura com o Taylorismo em termos de controle de produção. Entretanto, diferente de Taylor, Ford não tinha intuito apenas de dominar a força de trabalho, mas conquistar a adesão dos

trabalhadores, além do desenvolvimento de um novo tipo de trabalhador, um novo tipo de homem, que eclode deste novo sistema produtivo.

Entre os princípios do sucesso do modelo de gerenciamento de trabalho e produção, Ford descrevia a dedicação integral à atividade, a organização descentralizada da produção, redução dos níveis hierárquicos para diminuir o poder gerencial, responsabilização individual, incitação da competição e gestão por iniciativa e incentivo dos trabalhadores, uma sinalização à gestão participativa, rodízio de tarefas, programas de educação instrumental promovidos pela Escola Industrial Henry Ford, programas de *trainee* e responsabilidade social. Todos esses princípios foram desenvolvidos e aperfeiçoados pelo método Toyotista, posteriormente, conforme descreve Batista (2008).

Harvey (1992) afirma que o aumento da produção de massa, significou aumento de consumo em massa, desenvolvimento de novas políticas de controle e gerência da força de trabalho, com uma nova psicologia e uma nova estética, para um novo tipo de sociedade democrática. “Os novos métodos de trabalho são inseparáveis de um modo específico de viver e de pensar a vida”. (HARVEY, 1992, p.121).

Gramsci (1976) denomina esse novo tipo de trabalhador como operário-massa e o novo modo de vida, que caminha paralelo às mudanças de produção, de americanismo; necessários para a adequação do trabalhador ao novo ritmo de trabalho racionalizado.

Andressa Ribeiro (2015) pondera que o sonho de Taylor em controlar o ritmo de trabalho, se efetivou na implantação da esteira rolante de Ford, que trouxe ainda uma grande intensificação, automatização e mecanização do processo de trabalho.

Entretanto, essa condição gerou uma metodologia de trabalho extenuante para os trabalhadores, que exigia “[...] uma forma de consumo de força de trabalho e quantidade de força consumida (...), que o salário não consegue reconstituir em todos os casos, nas condições determinadas pela sociedade”. (GRAMSCI, 1976, p.406).

Esse contexto gerou resistência de parte dos trabalhadores, o que em revoltas, greves e alto índice de rotatividade. Para conquistar a adesão dos trabalhadores, Ford desenvolveu uma série de medidas, a principal delas, a elevação dos salários. A política de altos salários, constitui-se para Gramsci (1976) em uma forma de combinar a coerção com a persuasão e conseqüentemente, obter

uma maior retribuição que permita determinado nível de vida aos trabalhadores, e, mostra-se como “[...]um fenômeno oriundo de uma necessidade objetiva da indústria moderna e altamente desenvolvida.” (GRAMSCI, 1976, p. 405).

A elevação dos salários apresenta-se como uma estratégia para o aumento do consumo entre a classe trabalhadora, ponto fundamental para alimentar a indústria de produção em massa, mostrando-se como mais uma contradição do capitalismo. Gramsci (1976) verifica que ao mesmo tempo em que o capitalismo necessita que os trabalhadores consumam o estilo de vida que lhes é vendido, esse processo deve dar-se de modo a não interferir nas condições psicológicas e físicas do trabalhador, imprescindíveis para ele suportar os ritmos de produtividade extenuantes, exigidos pela indústria fordista.

O controle dava-se segundo a ética do consumo. Um conjunto de princípios morais que orientava desde a vida sexual do trabalhador fordista, passa a ser disseminado para condicionar o modo de vida dos trabalhadores, com a finalidade de reserva de energias para o trabalho, a aparência do “puritanismo”, no intuito de “racionalizar” os instintos. Um homem racional para uma produção e trabalho racionalizados. “Todas essas medidas morais, executadas pela ideologia fordista de produção, foram medidas que extrapolaram o âmbito da fábrica e passaram a nortear um novo estilo de vida americano”. (RIBEIRO, A., 2015, p.71).

Para Batista (2008), o modelo de produção em massa fordista foi combinado com as técnicas de administração científica de Taylor, e a partir de então, universalizado, ao mesmo tempo em que foram ampliados diversos direitos sociais, devido as pressões exercidas pelos trabalhadores. Dentre eles estão a previdência social, seguro desemprego, saúde pública, entre outros, que acabaram por suavizar temporariamente o conflito da relação capital-trabalho.

Com o apoio do Estado, o fordismo, configurou-se como um padrão de produção hegemônico, e por quase meio século concebeu-se e maturou suas consequências para o mundo, em especial para o sistema capitalista de produção que criou um padrão de organização do trabalho, um novo estilo de vida e junto com ele um novo tipo de homem que ainda perdura, em alguma medida até os dias de hoje. (RIBEIRO, A., 2015).

Esse modelo de produção se manteve fortalecido, dentro da tríade capital – trabalho - Estado, gerando ganhos de produtividade resultado da robotização e mecanização do trabalho, além de modelar a organização social do capital.

Entretanto, os bens duráveis consumidos no período imediato de reconstrução do capital pós-guerra, produzidos em massa, não encontravam mais um mercado consumidor tão ávido. Estagnado o consumo, verificou-se uma crise de superprodução e a necessidade abertura de novos mercados consumidores, conforme sinaliza Erika Batista (2006):

A internacionalização do comércio intensificou a concorrência capitalista pelos novos mercados e acirrou os conflitos entre capital-trabalho, uma vez que os ganhos de produtividade se direcionaram para a redução dos salários e modernização de maquinaria, promovendo demissões, estagnação de crescimento, greves e negociações cada vez mais duras entre patronato e classe trabalhadora. (BATISTA, 2008, p. 43)

Paralelamente, em processo de reestruturação do pós-guerra, a economia japonesa crescia exponencialmente, sustentada em altos índices de produtividade no trabalho, derivados de um modelo de produção denominado Toyotismo. O sistema Toyota de Produção, foi desenvolvido entre 1948 e 1975 e tem como foco o aumento da produtividade e eficiência, aspecto que evita desperdícios, como o tempo de espera, superprodução, gargalos de trabalho, inventários desnecessários, entre outros. (DRUCK, 1999).

Logo, a educação voltada para a simples execução de tarefas já não atendia a “demanda de mão-de-obra” a partir de agora necessária, que exigia um conjunto complexo de conhecimento e habilidades, muito além do tradicional repertório descritivo das qualificações.

Batista (2008) considera que a Toyota sistematizou o conjunto administrativo-operacional-produtivo, fruto do momento de reestruturação produtiva do capitalismo e consequentemente das relações de trabalho, baseado na ideologia gerencial de Taylor e Ford. Ideologia esta que sobrevive até hoje em alguns aspectos, como, por exemplo, o controle sobre o processo de trabalho, já que “[...] a essência da organização taylorista-fordista do trabalho não está no trabalho repetitivo e na especialização de tarefas, mas no controle patronal sobre o processo de trabalho”. (BATISTA, 2008, p. 44).

Druck (1999) considera a existência de um importante fator cultural japonês como marcante nesse modelo produtivo que é a não existência clara e nítida - como no mundo ocidental, racional e burocrático - entre o mundo familiar e o mundo do trabalho. Para a autora, as principais características do toyotismo são:

a) o sistema de emprego vitalício, com promoção de tempo de serviço, e com admissão não específica para um posto de trabalho, mas para a empresa, em um determinado cargo;

b) o sistema de organização e gestão de trabalho balizado por: *Just-in-time* – produzir no tempo certo, na quantidade exata; *Kanban* – placas ou senhas de comando para reposição de peças e estoques; qualidade total – envolvimento dos trabalhadores para a melhoria da produção; trabalho em equipe – a organização do trabalho está baseada em grupo de trabalhadores polivalentes que desempenham múltiplas funções;

c) sistema de representação sindical em que os sindicatos são integrados a política de gestão do trabalho;

d) sistema de relações inter empresas, ou subcontratação com hierarquia entre empresas grandes, medias e pequenas.

Segundo Kartz (1995), citado por Batista (2008), toda produção capitalista tem característica taylorista e a peculiaridades do Toyotismo não rompem com Taylor, pois preservam ou reforçam o controle patronal. Mostra-se o Toyotismo como uma tentativa de atenuar a improdutividade crescente oriunda do gerenciamento científico, frente a um mercado de mudança tecnológica acelerado, saturado e com maior rotatividade de capital. Ao misturar-se com o taylorismo em trabalhos de diferentes graus de qualificação, adaptados a uma fase mais complexa de produção, não responde as particularidades culturais asiáticas, mas aos traços universais da economia capitalista.

Para Batista (2008) o toyotismo viabilizou operacionalmente a adesão plenas dos trabalhadores ao processo produtivo, idealizado por Ford, no momento em que criou um operário proativo e capaz de tomar decisões para a melhoria do processo. No Quadro 1 podemos resumir as principais capacidades exigidas dos trabalhadores nos três modelos produtivos analisados até o momento.

Modelo Taylorista – Fordista	Modelo Toyotista
Cumprir Tarefas	Ter iniciativa, tomar decisões e assumir responsabilidade
Realizar tarefas simples e repetitivas	Realizar tarefas variadas e complexas
Disciplina e obediência às instruções	Identificar e resolver problemas com base na compreensão global
Trabalho individual e isolado	Capacidade de adaptação às mudanças e ao trabalho em equipe

Modelo Taylorista – Fordista	Modelo Toyotista (Continuação)
Saber técnico especializado e limitado	Nível elevado de conhecimentos técnicos e transferíveis

Quadro 1. Comparativo entre as capacidades exigidas dos trabalhadores: Modelos Taylorista-Fordista x Modelo Toyotista de Produção.

Fonte: SENAI (2013a)

Ribeiro, A. (2015) ressalta que, frente a crise do fordismo, as empresas capitalistas promovem a incorporação de algumas características do modelo japonês, como saídas para a queda do nível de produtividade e acumulação, que terão como consequências o profundo processo de flexibilização do mundo do trabalho.

Destaca ainda Ribeiro, A. (2015), que embora alguns pensadores considerem que o modelo japonês recuperou o vínculo entre concepção e execução, que possibilitou ao trabalhador usar sua capacidade de iniciativa e criatividade, existe também nesse modelo, a expropriação do saber. Embora preconize o trabalho em equipe e a suposta não divisão entre execução e concepção por demandar a participação do trabalhador, seu saber e iniciativa no processo de trabalho, sempre prevalecerão os interesses da própria empresa.

A incorporação das características do toyotismo no capitalismo ocidental proporcionou profundas alterações nas relações de trabalho e na organização do processo produtivo. Essas alterações, conforme analisa Ribeiro, A. (2015), geram processos de terceirização e subcontratação que divide os trabalhadores entre uma minoria com bons salários e qualificação profissional e, uma maioria submetida a condições extremamente precárias de emprego.

A flexibilização, a terceirização/subcontratação e a precarização do trabalho tornam-se pontos cruciais para o processo de acumulação flexível, ao mesmo tempo em que fragmenta e segmenta os trabalhadores, gerando certa inaptidão para lidar com essas novas formas de organização do trabalho. (DRUCK, 1999; BIHR, 1998).

Batista (2008) afirma que os três modelos produtivos permanecem ainda na atualidade, em maior ou menor proporção, pois “[...] mesmo com as novas técnicas de gestão sistematizadas na Toyota, os trabalhos parcelados e repetitivos continuaram coexistindo com os de caráter multifuncional e pluriespecializado” (BATISTA, 2008, p.45).

A partir dos anos 1990, o desafio passou a ser a aplicação com continuidade e sofisticação de todos os tipos e formas de controle do processo de trabalho, para o aprimoramento do processo produtivo demandado por um novo cenário econômico: a globalização.

Carcanholo (2000) considera os últimos anos do século XX, como constituintes de uma nova realidade, composta por um mundo sem fronteiras. Nesse contexto, os mercados estão globalizados e as relações entre países intensificadas, tanto no setor produtivo quanto em fluxos comerciais e financeiros.

Esse processo de globalização, conforme denominação que se disseminou, manifestar-se-ia na globalização comercial, com a intensificação do comércio de bens e serviços entre os países, na globalização produtiva, definida pela maior participação das operações produtivas das empresas transnacionais por toda economia mundial, e na globalização financeira, representada pela intensa circulação do capital internacional” (CARCANHOLO, 2000, p.115).

Ramos (2007) salienta que os avanços tecnológicos e a aceleração da globalização originaram a demanda de novas estratégias de competitividade, o que resultou em maiores exigências de qualificação do fator trabalho, e reduziu as oportunidades de emprego dos trabalhadores manuais não qualificados e aumentou as oportunidades para os trabalhadores com empregos que requerem capacidades de raciocínio e gestão, bem como “*know how*” técnico.

Entretanto, conforme pondera Vieira (2001), cabe refletir o papel que cabe a cada país, em especial os países da América Latina, e conseqüentemente o projeto de educação que desenhou-se para o país neste cenário, visto que a globalização não acontece da mesma forma e no mesmo grau para os países. Assim, “a globalização não foi e não é igual para todos, ela possuiu e possui graus [...], o que constitui-se uma competição desigual e inserção de componentes heterogênicos na economia e na cultura mundiais. (VIEIRA, 2001, p.25-26).

A política educacional ganhou relevância, com a necessidade de adequação do Brasil ao seu novo papel na economia globalizada. Desse modo, conforme estudos realizados por Xavier e Deitos (2006), o discurso neoliberal de que a educação seria deficitária para o plano de desenvolvimento econômico do Brasil, justificaram as reformas governamentais realizadas.

Nesse mesmo sentido, Ramos (2002), destaca que o Governo FHC consolidou um modelo societário neoliberalizante que tomou a educação profissional “[...] como pedra de toque da agenda traçada para as reformas educacionais,

argumentando-se sobre a necessidade de se modernizá-lo coerentemente com os avanços tecnológicos e de organização do trabalho”. (RAMOS, 2002, p.403).

Desse modo, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96, Decreto nº 2.208/97, Diretrizes e Diretrizes e Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico, deram base a implementação de novas políticas educacionais, destaca-se como principal delas a separação estrutural entre ensino médio e o técnico. (RAMOS, 2002)

Xavier e Deitos (2006) consideram que essa reforma curricular garantiu:

“[...] as condições políticas e ideológicas dentro do campo educacional, para o sucesso do processo de abertura econômica, de consolidação da internacionalização da economia, do processo de flexibilização e desregulamentação institucional, de privatização e dinamização de controles estatais e privados, e de criação de agências reguladoras nacionais em todos os setores econômicos e sociais[...]”. (XAVIER e DEITOS, 2006, p. 73).

O modelo das competências surge neste contexto das reformas educacionais, decorrentes do ajuste macroeconômico pelos quais os países latino-americanos se submeteram ao longo da década de 1990, em atendimento as diretrizes do Banco Mundial e ao Consenso Washington⁴, sob judge para superação da inflação, da estagnação e retomada do crescimento econômico interrompido na década de 1980.

A Reforma do Estado exigida da América Latina, privatizou várias instituições e terceirizou serviços públicos essenciais, ao mesmo tempo em que acontecia transformações no mundo do trabalho, que promoveram também reformas educacionais profundas. Frente a essas mudanças a educação profissional recebeu o papel de formar o trabalhador em sintonia com as novas formas de organização e gestão do trabalho e com os interesses do mercado. Esse trabalhador deveria ter as competências⁵ profissionais exigidas para manter a sua empregabilidade.

⁴ Reunião entre membros dos organismos internacionais de financiamento, funcionários do governo americano e economistas estado unidenses, realizada em 1989, que resultou em uma série de propostas para a estabilização econômica dos países na América Latina, resultando em reformas estruturais, políticas e econômicas nesses países, tais como: disciplina fiscal, prioridades dos gastos públicos, reforma fiscal, liberação de financiamento, taxa de câmbio, liberalização do comércio e investimento externo direto, privatização, desregulamentação, direito de propriedade. (WILLIAMSON, 1992)

⁵ O conceito de competências adotado pelo MEC nos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico, é influenciada por Perrenoud, que compreende a competência situada além dos conhecimentos e não formada com a assimilação de conhecimentos suplementares gerais ou locais, mas com a construção de um conjunto de disposições e esquemas que permitem mobilizar conhecimentos na situação, no momento certo e com discernimento (C.H.A). (SENAI, 2013a).

A reforma curricular introduziu a noção de competência como referência principal, o qual conforme Ramos (2002) o ponto de partida é a análise do processo de trabalho, que se constrói uma matriz referencial. Essa matriz referencial transporta-se para uma organização pedagógica modular e possui uma abordagem metodológica baseada em projeto ou resoluções de problemas.

A partir daí, a educação profissional que até então seguia unicamente os preceitos tayloristas-fordista e posteriormente toyotista, passou a ser pensada como uma educação baseada em competências. Essa transição, acompanhou as mudanças ocorridas nos processos industriais, e nas transformações nas relações de trabalho. Não se comportam mais funcionários “executores”. Novas competências são necessárias para a “adaptação” ao novo modelo de produção, competências ligadas à pró-atividade, liderança, atuação em equipe, empreendedorismo, pensamento hipotético, habilidade em resolver desafios.

Hoje a formação do trabalhador não deve ser apenas regulada por tarefas relativas a postos de trabalho. O mundo do trabalho exige, cada vez mais um profissional que domine não apenas o conteúdo técnico específico da sua atividade, mas que, igualmente, detenha capacidade crítica, autonomia para gerir seu próprio trabalho, habilidade para atuar em equipe e solucionar criativamente situações desafiadoras em sua área profissional (SENAI, 2013a, p. 9).

Uma outra perspectiva define a competência como uma qualificação acrescida de um saber-fazer, que inclui as atitudes do empregado nos ambientes de trabalho. Ricardo (2010) atenta para o fato de que em alguns casos, aspectos da personalidade do trabalhador, como a responsabilidade, iniciativa, comunicação, empreendedorismo, são enfatizados em detrimento de qualificações técnicas, pois estas sobrevivem à automatização e parecem responder melhor à crise.

Defensor do ensino por competências, Perrenoud (1999) afirma que as competências podem ser descritas como a capacidade de agir de forma eficaz em um determinado tipo de situação, apoiada por conhecimentos, mas sem limitar-se a eles. Nessa perspectiva, a competência que se expressa na execução de uma tarefa não reduz-se a mera aplicação de conhecimentos memorizados, uma vez que envolve análise dos recursos disponíveis e a integração destes com as escolhas para o momento que resultará em uma postura reflexiva.

Em contraposição, Ramos (2002) analisa que embora a competência seja enunciada como um princípio formativo coerente com a flexibilidade e a complexidade atual dos processos de trabalho, ao ser descrita como algo a ser

realizado, reduz-se a atividades profissionais prescritíveis em um sistema de produção estável, tal como os padrões tayloristas-fordistas.

Deitos (2006) considera que o enfoque da competência mantém a atenção do posto de trabalho para a pessoa, assumindo características mais genéricas e exigindo ainda “[...] comportamentos e atitudes que envolvem a disposição em aceitar as novas imposições do processo de trabalho” (DEITOS, 2006, p. 138).

O fato é que a formação por competências, dominou as tendências pedagógicas da educação profissional, alinhando-se ao discurso gerencial das empresas. Outro fato é que essa metodologia educacional não tende a dirimir-se, mas ao contrário, se fortalece a cada instante. Além disso, com a Quarta Revolução Industrial batendo à porta das indústrias, novas competências e saberes serão exigidos do trabalhador, assim como as relações de trabalho serão transformadas.

A incorporação da digitalização à atividade industrial resultou no conceito de Indústria 4.0, em referência ao que seria a 4ª revolução industrial, caracterizada pela integração e controle da produção a partir de sensores e equipamentos conectados em rede e da fusão do mundo real com o virtual, criando os chamados sistemas ciber físicos e viabilizando o emprego da inteligência artificial. (CNI, 2016a, p.11).

Conforme a publicação Indústria em Revista (SENAI, 2016a) a Indústria 4.0 reflete um novo modo de consumir e se relacionar com os produtos. A conectividade dá a tônica dos processos, ao tratar de interconexão de peças, máquinas, tecnologias, cadeia de suprimento e logística. Sensores e atuadores inteligentes conectam totalmente o ambiente por intermédio de sistemas ciber físicos. Há uma troca de dados em tempo real e a formação de um sistema amplo que proporciona a “[...] conexão entre o “mundo real (máquinas, processos, materiais) e o “mundo virtual” (dados), o que permitirá uma melhor gestão de toda cadeia produtiva”. (CNI, 2016a, p.16).

Conforme a publicação, a produção inteligente conecta as partes da engrenagem e os interessados no negócio. Além de aumento de produtividade, a indústria 4.0 promete alocação de menos recursos, custos inferiores e com qualidade superior, o que proporcionará a identificação de *Gaps* no processo produtivo e aumento da competitividade.

Alguns exemplos de aplicações da Indústria 4.0, são descritos pela CNI em (2016a). Na unidade de equipamentos eletroeletrônicos da Siemens em Amberg, na Alemanha, as máquinas operam 24 horas por dia, 1.000 variantes diferentes do CLP

(Controlador Lógico Programável), que são encomendados automaticamente pelo sistema. A automação extrema leva a um baixíssimo índice de defeitos: 12 peças com defeito a cada um milhão produzido.

A fabricante britânica de motores aeronáuticos Rolls-Royce, está se preparando para usar a tecnologia de impressão 3D para produzir componentes para os seus motores. Hoje, a produção de algumas peças pode levar até 18 meses devido ao processo ferramental envolvido. A tecnologia de impressão 3D pode encurtar este processo consideravelmente e, também, torna possível a fabricação de peças mais leves.

No Brasil, a Embraer começou a treinar de forma virtual, em 3D, o que os trabalhadores fariam no chão de fábrica um ano antes do início da produção. O projeto teve 12 mil horas de testes antes das aeronaves decolarem. Defeitos que, normalmente, seriam detectados somente com o avião no ar, foram resolvidos ainda na fase de preparação. Na linha de montagem, os operários usam computadores e tablets com tecnologia de realidade aumentada e, em caso de dúvida, há sempre um vídeo para explicar como realizar a operação. Com todos os ganhos da digitalização, o tempo de montagem já caiu 25%.

LABelectron, Laboratório-Fábrica vinculado à Fundação CERTI (Florianópolis – SC) desenvolveu o Sistema de Gerenciamento de Informações de Chão de Fábrica, sistema de arquitetura de software estruturada em 4 módulos (Módulo Serviço de chão de fábrica, Módulo Serviço da Qualidade, Módulo Fábrica Visual e Módulo Mensageiro) implementados para a completa rastreabilidade de processos produtivos por meio de funcionalidades e controles de manufatura.

Esse cenário de indústria futurista já é realidade nos Estados Unidos e na Alemanha, países onde se projeta um aumento de 6% de empregos nos próximos dez anos, devido a Indústria 4.0, com prospecção de investimentos na casa dos 40 bilhões de Euros até 2020 (SENAI, 2016a). Uma das dificuldades para a implantação desse modelo no Brasil, conforme a publicação, seria a idade média dos equipamentos das indústrias, que hoje é de 17 anos contra sete do EUA e cinco da Alemanha. Entretanto, mesmo se a aquisição de máquinas ocorresse, continuaria a dependência tecnológica pois elas seriam importadas.

A CNI (2016a) cita ainda como desafio a adaptação aos layouts, de processos e das formas de relacionamento entre empresas ao longo da cadeia produtiva, criação de novas especialidades e desenvolvimento de novas

competências. Poucas são as empresas preparadas para essas mudanças, mas muitas participarão desse processo paulatinamente conforme suas trajetórias, capacitações e estratégias. O foco da iniciativa, “[...] deve ser o de empresas que mais cedo entrarão no novo paradigma e estimular as demais a apressarem sua inserção na nova onda, sob risco de não conseguirem sobreviver no novo ambiente competitivo” (CNI, 2016a, p.15).

A que contexto serão alocados os trabalhadores desta indústria? A Indústria em Revista (SENAI, 2016a) descreve que a tendência dessa revolução não é aumentar o número de desempregados, mas aumentar o número de empregos em outros procedimentos adicionados, em substituição àqueles que serão realizados pelo computador. Entretanto, para isso o trabalhador deverá desenvolver além da qualificação, a capacidade de adaptação a novas tecnologias e raciocínio rápido. A habilidade para lidar com uma grande quantidade de informações de forma intuitiva e holística será fundamental, visto que a Indústria 4.0 funciona baseada em rede e o todos os elementos do processo produtivo são conectados.

Entre as propostas da CNI para a preparação desses trabalhadores estão: criação de novos cursos técnicos para atender necessidades específicas; reformulação de cursos nas áreas de engenharia, administração, entre outros, para adequar as novas necessidades dessas tecnologias; criação de cursos de gestão da produção multidisciplinar com ênfase em Indústria 4.0 e incentivar programas de competências tecnológicas nas empresas. (CNI, 2016a).

Um novo trabalhador para uma nova indústria. Um novo homem para uma nova sociedade. Uma nova educação profissional para um novo modelo de produção. *Slogan* muito semelhante ao difundido no auge do Fordismo, que conduz a reflexão sobre o espaço relegado ao antigo homem nessa nova indústria e nessa nova sociedade de consumo “*hightech*”. O termo “insuficiente” poderá defini-lo? Insuficiente escolaridade, insuficiente qualificação, insuficiente competências. Talvez, insuficientemente necessário.

No item seguinte nos debruçaremos sobre a análise relacional entre os períodos históricos e políticos vivenciados no Brasil e as Políticas Educacionais pertinentes a cada contexto, com o intuito de compreender o desenvolvimento do Pronatec como política pública educacional.

3 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E POLÍTICA

Neste item nos propomos a analisar o surgimento e o processo de implantação e desenvolvimento da educação profissional do Brasil, e suas políticas sociais, relacionando-as aos períodos históricos e políticos com as implicações à essa modalidade de educação.

Para a análise do período entre a origem até meados dos anos 1920, dialogamos especialmente com Bryan (1983; 1992; 2015) e Batista (2015), que desenvolveram estudos significativos sobre a gênese da educação profissional no Brasil. A partir da década de 1930 incluem-se à discussão Cunha (1981) e Cunha, L. (2014) e Fonseca (1989), para a reflexão da transformação do “caboclo” em operário, oriunda da transformação econômica da política agrícola para o início do desenvolvimento industrial do Brasil, que culminou ainda na criação do Sistema S como entidade oficial para formação do trabalhador para a nova indústria. Dos anos de 1950 aos dias atuais, discorre-se, com a colaboração Aranha (2006), Tavares (2012), Deitos e Lara (2016), entre outros autores, como os interesses estrangeiros engenharam-se pela política brasileira e resultaram na elaboração de leis, criação de programas e políticas educacionais voltadas ao atendimento dos “aconselhamentos” de entidades como o Banco Mundial. O entendimento do Pronatec, nesse contexto, nos conduz a discussão seguinte do programa como uma política pública para a educação profissional no Brasil.

3.1 Da Origem aos Anos 1920

Tavares (2012), descreve que em sua origem a educação profissional era associada aos desvalidos – ex-escravos, cegos, surdos, loucos, órfãos, entre outros, o que lhe atribuiu o caráter e concepção com a qual era vista pela sociedade, de filantropia ou caridade, atuando ainda como mecanismo de regulação social, uma vez que “dava o que fazer” aos “ociosos desfavorecidos da fortuna”, que geravam altos índices de criminalidade e impediam o progresso do país.

Bryan (1983), considera que a educação profissional no Brasil, germinou-se junto ao fenômeno observado nos países de produção capitalista avançados, na segunda metade do século XIX, com o surgimento de centros de treinamento no

interior de empresas para formar a mão de obra necessária para o processo produtivo, em especial nos monopólios dos EUA, de material elétrico, químico e gráfico, encabeçados pelas ferroviárias; processo similar que também ocorreu no Brasil.

O principal diferencial do ensino profissional ministrados nos centros situados dentro das empresas, é que “[...] a aprendizagem do ofício se processa de modo subordinado às necessidades do capital” (BRYAN, 1983, p.1), enquanto a aprendizagem tradicional se constituía a partir da execução do trabalho sob a supervisão do mestre-artífice, controlada pelos trabalhadores que transmitiam os saberes técnicos necessários para a execução do trabalho e conjuntamente difundiam a cultura-operária, que valorizava os resultados não-pecuniários do trabalho, como, por exemplo, a dignidade profissional, que provinha de uma execução bem realizada. (BRYAN, 1983).

Esse caráter quase “artístico” do trabalho do artífice, cuja transmissão demorava demasiadamente e era subordinada ao controle operário do modo de executá-lo, mostrava-se incoerente com a teoria da produção capitalista que visava a maximização dos lucros e reprodução das relações sociais que permitem sua reiteração. Dessa forma, a criação dos centros de formação do trabalhador em ambiente controlado foi uma das alternativas de ação do capital para automatizar-se em relação à falta da força de trabalho escasso para certos postos e ao controle operário do processo de trabalho. (BRYAN, 1983).

As escolas ferroviárias foram as primeiras instituições desse tipo, criadas no Brasil a partir da década de 20, sob a tutela de Roberto Mange⁶. Posteriormente, na década de 40, esses centros foram incorporados ao SENAI, instituição de âmbito nacional, também criado pela influência do engenheiro Mange, que absorveu e adaptou as experiências europeias às condições brasileiras. (BRYAN, 1983).

Contudo, a implantação dessas escolas foi precedida por uma série de movimentos paralelos a própria história do Brasil, dentre elas, a prática pedagógica

⁶ Roberto Mange (1855-1955). Suíço, formado em engenharia pela escola Politécnica de Zurick, chegou ao Brasil em 1913. Atuou como professor de escolas profissionais no Brasil, tais como a Escola Politécnica de São Paulo e o Liceu de Artes e Ofícios paulista, e participou da criação e da direção de instituições de ensino profissional, como o Serviço de Ensino e Seleção Profissional da Estrada de Ferro Sorocabana (SESP) em 1930, o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) em 1931, o Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional (CFESP) em 1934 e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) em 1942. Além disso, Mange colaborou com a elaboração da legislação sobre o ensino industrial brasileiro e se dedicou a escrever livros e artigos fazendo circular no País as ideias sobre a racionalidade científica aplicada à formação do trabalhador da indústria. (GUIMARÃES e CHAMON, 2012)

dos Jesuítas que proporcionava, ao lado do ensino das primeiras letras e da catequese, conhecimentos de ofícios como pedreiro, sapateiro e carpinteiro, para que o aborígene domesticado pudesse ser de utilização ao senhor português nas fazendas jesuíticas. (BRYAN, 1983).

O período colonial foi inexpressivo para a educação profissional, que deveria responder a economia da época, baseada em agricultura rudimentar e no trabalho escravo, sendo desnecessária a presença de trabalho técnico e especializado. Entretanto, imprescindível se mostrava o aprendizado dos rudimentos da função que se iria desempenhar para assegurar minimamente a integridade física do trabalhador (o cativo e o pobre) e a diminuição de eventuais desperdícios materiais que poderiam prover de mau uso de máquinas e equipamentos. (BATISTA, 2015).

Bryan (1983), observa que nessa época já era possível vislumbrar que a tendência dominante na educação brasileira

[...] seria o ensino e a prática de ofícios manuais destinados aos índios e órfãos, ou seja, aos estrados subordinados da sociedade e o ensino de humanidades dirigido aos filhos de proprietários visando à formação de uma elite dirigente, segundo os padrões de ensino da metrópole". (BRYAN, 1983, p. 6).

Batista (2015) avalia que desde o período colonial a política de educação no país constitui-se em um ensino dualista, com uma educação academicista para a elite em contraposição a um ensino de baixo nível para a grande camada da população desprivilegiada.

"Assim, ao mesmo tempo em que ofereceu à camada dominante a oportunidade de se ilustrar, ela manteve-se insuficiente e precária nos demais níveis, atingindo apenas uma minoria que nela procurava uma forma de conquistar ou manter o status". (BATISTA, 2015, p. 160).

Já ao final do período colonial, adentrando a época imperial, a aprendizagem dos ofícios acontecia também em oficinas artesanais controladas por corporações de ofício, denominadas "Bandeiras de Ofícios"⁷, até o ano de 1834. Paralelamente a esse ensino institucionalizado ocorria a aprendizagem imitativa nos engenhos e lavouras, locais onde alguns negros tornaram-se "mestres do açúcar", pois dominavam a técnica da produção do açúcar. (BRYAN, 1983, p. 7).

⁷ Essas corporações eram reguladas por normas estabelecidas para o exercício dos ofícios, como o tempo de aprendizagem e a obrigatoriedade da obediência aos sistemas de pesos e medidas municipais. Os exames para obtenção da carta de ofício eram efetuados frente aos juizes de ofício. Em alguns locais foi vedado o ensino de ofícios metalúrgicos a índios e seus descendentes e a negros. (BRYAN, 1983, p. 6).

A aprendizagem dos ofícios acontecia ainda nas Casas da Moeda; que em seis anos formavam os profissionais necessários para seu quadro operacional, com boas atribuições salariais, e, nos arsenais da Marinha, onde a aprendizagem realizava-se por meio da imitação dos artesãos mais velhos durante a construção de embarcações. Constituída também foi a Companhia dos Aprendizizes Menores, na qual os aprendizizes recebiam a formação teórica ao lado do exercício do trabalho. (BRYAN, 1983, p.7-8).

Com a vinda da corte portuguesa, também chegaram ao Brasil os artesãos que os acompanhavam, que fundaram o Colégio das Fábricas, em 1809 pelo decreto de Dom João VI, com a finalidade de tornar-se um centro de produção e local para aprendizagem de ofícios. Houve ainda a criação da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, em 1820, que tinha como docentes os artistas e artífices da Missão Francesa, mas acabou tornando-se mais uma Academia de Artes do que um centro de aprendizagem de ofícios mecânicos como havia proposto inicialmente.

Em 1830 um projeto do deputado Antonio Ferreira França propunha a criação em todo território nacional de escolas onde os alunos deveriam aprender as primeiras letras e conhecimentos dos ofícios, educação essa que seria sustentada por um sistema de bolsas de estudo mantidas pelos familiares ou tutores dos aprendizizes, que seriam reembolsados por eles ao término dos estudos. Esse projeto não foi aprovado, porém levantou a discussão da obrigatoriedade de ensino à todas as crianças sem distinção de classe social e condicionado ao exercício dos direitos políticos ao conhecimento das primeiras letras. (BRYAN, 1983).

O Ato Adicional de 1834, que descentralizou o ensino, possibilitou a criação de instituições de grande autonomia, como os Liceus de Artes e Ofícios de São Paulo, Rio de Janeiro (1858), Minas Gerais (1879), Bahia (1875), Alagoas (1874), Santa Catarina (1883) e Niterói (1884), que promoviam instrução elementar profissional em conjunto com instrução secundária básica em aulas como desenho de figuras, de ornamentos, geométrico, de arquitetura e de máquinas, escultura de ornatos e estatuária, música, caligrafia, aritmética, álgebra, geometria, português, francês e geografia. (BRYAN, 1983).

Em 1909, o Decreto-Lei nº 7566, de 23 de setembro deste ano, sancionado por Nilo Peçanha, então Presidente da República, institui a Educação Profissional Brasileira oficialmente. Neste contexto, a educação profissional foi delegada ao Ministério da Indústria e Comércio e continuava como instrumento de capacitação

para atender o crescente desenvolvimento industrial e ao ciclo de urbanização, e possuía ainda caráter assistencialista em relação à classe trabalhadora. (WITTACZIK, 2008).

Foram criadas dezenove Escolas de Aprendizes Artífices, que já a partir de 1910 passaram a ofertar cursos de tornearia, mecânica eletricidade, carpintaria e artes decorativas.

Os objetivos dessas escolas era “habilitar os filhos desfavorecidos pela fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime”. Como sua organização não possuía dispositivos que assegurassem que os mestres de ofícios recrutados na indústria transmitissem seus conhecimentos e habilidades aos aprendizes, de modo a permitir uma rápida e controlada formação para o trabalho, a função domesticadora desse ensino deve ter se sobreposto à formação técnica que ocorria imitativamente. (BRYAN, 1983, p.13).

Bryan (1983) ressalta que essas tentativas de instituição de ensino industrial, além de reproduzirem o modelo artesanal de aprendizagem do ofício, possuíam caráter assistencialista, voltado aos menos abastados, e não avançou no tocante a elaboração de um efetivo processo de formação do trabalho industrial nos ditames da racionalidade capitalista, em parte pela tardia ocorrência do desenvolvimento do próprio capitalismo no Brasil, que foi considerado agroexportador até meados dos anos 1920, não demandava a formação rápida de um grande número de trabalhadores.

Com uma indústria de base incipiente, era relativamente fácil recrutar trabalhadores com conhecimentos técnicos mais profundos entre os operários de países capitalistas mais avançados. Entretanto esses especialistas se recusavam a ensinar seus conhecimentos aos operários nacionais, dessa forma, garantiam seu poder de barganha por salários relativamente superiores aos vigentes em seus países de origem.

Assim, o grande desenvolvimento das ferrovias no Brasil, em especial no período de 1847 a 1889 quando se construiu em média 553 km/ano de vias férreas, e 564 km/ano entre 1890 e 1898, configurou-se em uma pertinente situação para o desenvolvimento de instituições para a força de trabalho, uma vez que pertenciam ao Estado ou a consórcios capitalistas, que empregavam em suas oficinas de manutenção, grande número de trabalhadores em funções complexas que exigiam longos períodos de aprendizagem em condições que não possibilitavam o parcelamento das tarefas de forma lucrativa. (BRYAN, 1983).

A inexistência de um setor especializado na produção de bens de produção, suficientemente desenvolvido para suprir suas necessidades em peças de reposição, faz com que suas oficinas de manutenção adquiram grandes dimensões e complexidade, incumbindo-se da conservação dos equipamentos importados e produção de vagões, máquinas, ferramentas e locomotivas, constituindo-se na virada do século, a principal atividade econômica do país em termos de força de trabalho empregada (em 1896 a Cia. Paulista de Estradas de Ferro é a maior empresa industrial empregadora de São Paulo). (BRYAN, 1983, p. 16-17).

A saída para subordinação do trabalho nas oficinas, à organização do trabalho com base no ofício e, conseqüentemente ao domínio exercido pelo trabalhador sobre esse processo, a pequena escala da produção, até então insubstituível força de trabalho estrangeira (com altos salários e ideologias políticas anticapitalistas), foi a substituição do oficial estrangeiro pelo trabalhador nacional de origem agrária e formado em intuições de controle vinculadas ao capital. (Bryan, 1983).

Bryan (1983), cita discurso de Roberto Mange, no qual está explícita a ideia da formação de um “operário nacional”:

[...] É um erro pensar que o trabalhador nacional não pode se adaptar ao serviço da indústria” [...]. Trata-se de educar, para o trabalho e para a perseverança, a força de vontade do homem nativo [...]. Tenho tido ocasião de verificar quão rápida é a transformação do “caboclo” em um bom operário. (BRYAN, 1983, p. 22).

A formação compreendida por Mange para a classe operária, não é a imitativa observada em muitas escolas no período, pois além da resistência dos artífices em transmitir seus saberes por considerar os aprendizes seus concorrentes, essa ação prejudicaria a cota diária de produção. Haveria também a possibilidade dos “aprendizes” adquirirem “vícios” de produção, além da exigência de alteração de categoria de aprendiz para oficial, juntamente com aumento de salário. (BRYAN, 1983).

3.2 Do “Caboclo” ao Operário - de 1930 a 1950

A década de 1930 compreendeu uma gama de transformações para a sociedade brasileira, uma vez que nela vivenciou-se o fim do predomínio das oligarquias paulista e mineira, e a crescente expansão da indústria brasileira. Foi a partir desta década também que as forças políticas passaram a dar a máxima prioridade ao desenvolvimento do mercado interno, e adotaram uma estratégia em

que a industrialização desponta como instrumento para fortalecer a economia interna. (AMORIN, 2013).

Celso Fonseca (1986), pondera que, ao passar por um período de expansão industrial, há um crescimento na demanda por trabalhadores qualificados, com conhecimentos especializados e de nível superior ao então primário. Essa demanda resultou na reforma das instituições que ministravam a educação profissional, uma vez que o ensino nas escolas de aprendizes e artífices estava restrito às técnicas das profissões elementares, que já não atendiam a evolução das indústrias no país.

Neste período, houve um marco na história da educação profissional brasileira, pois o público alvo que antes era a camada mais pobre da população se expandiu, e atingiu as classes economicamente favorecidas com a instalação de escolas superiores para formação de recursos humanos, necessários ao processo produtivo devido ao início da industrialização no Brasil e a estrutura estatal. (FONSECA, C., 1986).

Industrialização essa, que teve como característica marcante, a forte presença do Estado no planejamento e no investimento, responsável por implantar setores de bens de produção para que o processo de substituição de importações ocorresse, com amplo apoio do empresariado nacional. (AMORIN, 2013).

As ideias de racionalização predominavam em todas as esferas sociais. As palavras de ordem da elite, veiculadas como discurso na campanha por uma reforma educacional no Estado de São Paulo - Inquérito Educacional de 1926⁸, eram “*disciplinar para o trabalho e pelo trabalho*”. O controle operário exige uma série de procedimentos adotados em relação à imigração, além da difusão dos pressupostos da racionalização científicas nos setores fabril, educacional e no ensino profissional. (AMORIN, 2013).

No decorrer da década de 1930 o Estado estabeleceu uma série de ações relativas a educação profissional, sendo a preocupação do então Presidente, Getúlio Vargas com a educação profissional, ressaltada por autores como Cunha (1981) e Fonseca (1989), ao relatarem que essa modalidade de educação tinha absoluta primazia entre as intenções educacionais de Vargas, que recebia ênfase em seus

⁸ O Inquérito Educacional de 1926, dirigido por Fernando de Azevedo, foi uma iniciativa do jornal *O Estado de São Paulo* com o objetivo de fazer um levantamento da situação da instrução pública de São Paulo, como parte de uma campanha do jornal por uma reforma educacional no estado. Em 1925, procedeu-se uma reforma do ensino em São Paulo, considerada retrógrada por Fernando de Azevedo, um dos expoentes dos liberais. (AMORIN, 2013, p. 126)

pronunciamentos. Para o presidente, o problema educacional estava intrinsicamente ligado ao trabalho, e o aluno visto sob a ótica das suas potencialidades para o trabalho futuro.

“Precisamos pôr em execução um plano completo de saneamento rural e urbano, capaz de revigorar a raça e melhorá-la como capital humano aplicável ao aproveitamento inteligente das nossas condições excepcionais de riqueza”. Considerando viver-se na época do predomínio da máquina, alertava Vargas que esta exigia trabalho cada vez mais qualificado, daí o ensino profissional e técnico dever ser levado ao extremo das possibilidades. (FONSECA, 1989, p. 233)

A transformação do “caboclo” em operário, parece estar vinculada a execução de ações voltadas ao “melhoramento da raça como força de trabalho”, para que esse desse suporte ao desenvolvimento industrial, e ao rendimento máximo do aparato produtivo.

Bryan (1983) também ressalta como a educação profissional é vista, no Governo Getúlio Vargas, e passa a ser condição para desenvolvimento nacional

Dessa ideologia desenvolvimentista, a questão da educação constitui um importante elemento e, em conformidade com ela, o governo Vargas retoma e reinterpreta as reivindicações liberais – democráticas dos educadores pertencentes ao movimento escolanovista, que atribuem à escola o papel de formar técnicos com sólida base científica e educar para a democracia mediante sua abertura a todas as classes sociais, como uma “condição”, como “requisito” ou “fator” do desenvolvimento nacional. (BRYAN, 1983, p. 61-62)

Em 1937, a outorga da Constituição e as mediações políticas e econômicas incluem a relevância da educação profissional para o Governo Getúlio Vargas, ao estabelecer em seu art. 129 que as escolas vocacionais e pré-vocacionais, como dever do Estado e com a colaboração da Indústria e dos sindicatos econômicos, deveriam criar escolas de aprendizes, destinadas aos filhos dos operários e associados, mas que em sua concepção aprofunda a dualidade educacional.

Cunha (2014) afirma que a criação das escolas técnicas, ou instituições para a formação de profissionais de qualificação intermediária para a indústria, para a agricultura, para o comércio e os serviços, no segundo ciclo do ensino médio, foi um dos elementos mais destacados da arquitetura educacional da Era Vargas. Enquanto as escolas normais e técnicas permitiam aos seus egressos a candidatura ao ensino superior somente em cursos considerados diretamente relacionados com os estudos realizados, o secundário era considerado compatível com qualquer curso superior.

Com as leis de equivalências dos anos 1950 e pela LDB 1961, que alterou essa realidade, houve um aumento de egressos das escolas técnicas em cursos superiores. Notavelmente, as escolas técnicas industriais, obtiveram prestígio pela qualidade do curso, empregabilidade dos concluintes e sucesso dos egressos nos vestibulares, não considera como surpresa que elas ocupassem papel de modelos. (CUNHA, 2014)

Amorin (2013) aponta que Vargas apostou na industrialização como o caminho para a superação da crise econômica, porém como o empresariado industrial ainda não apresentava as condições para bancar o projeto de industrialização, o Estado atuou neste sentido, com total apoio do empresariado a qualquer iniciativa estatal que viesse a lhe favorecer. Assim, se Vargas intencionava o controle dos trabalhadores pela disciplina do trabalho, claramente teria o apoio da burguesia industrial para implementação das políticas educacionais.

Bryan (1983) contesta em sua pesquisa, a “boa vontade” da burguesia industrial uma vez que haveria uma contradição entre o então dito empenho dos empresários em manter com recursos próprios instituições para formação da força de trabalho revelar-se-ia uma postura contraditória no que diz respeito a classe que vinha assumindo desde 1920, no governo de Arthur Bernardes, de oposição e boicote às medidas governamentais que provinham a Lei de Férias e ao Código de Trabalho de Menores.

Ressalta ainda o autor que a classe industrial considerava o trabalho operário como de natureza estritamente manual, sem necessidade de uma atividade cerebral complexa, e em nenhum momento de sua “indisposição” com o Estado sugeriu as atividades escolares como forma desejável de ocupação do tempo livre previsto na lei, “[...] demonstrando claramente que a formação da classe operária não faz parte do seu ideário e assim “os industriais não exigiram do governo que proporcionasse cursos adicionais de ofícios técnicos”. (BRYAN, 1983, p.58).

O que ocorreu, de acordo com o autor, foi a existência de dois decretos⁹ que sublinhavam a posição do Estado em obrigar as indústrias em manterem instituições para a formação de seus operários, além dos projetos para a regulamentação desses decretos

⁹ Lei de Férias – que previa um período de até 15 dias para os operários; e o Código de Menores que limitava a seis horas diárias a jornada de trabalho de jovens menores de 18 anos e proibia o trabalho de menores de 14 anos. (BRYAN, 1983, p. 56)

“[...] demonstra que ao contrário de ser uma iniciativa da indústria, o Projeto SENAFI, surge como uma tentativa dos industriais, já que a situação se apresenta como irreversível, de alijar a burocracia estatal e a classe operária do controle da formação profissional”. (BRYAN, 1983, p. 58).

Na análise de Bryan (1983), como forma de controlar o processo, a CNI – Confederação Nacional das Indústrias, a qual o SENAFI¹⁰ se reportaria, propôs o banimento dos sindicatos operários e a atribuição de um papel secundário do Estado na gestão da instituição, em troca de assumir integralmente os custos da criação e manutenção das escolas profissionais, a partir da arrecadação de cada estabelecimento industrial em proporcionalidade ao número de empregados. Entende o autor, que foi uma ação frente a uma proposta irreversível de mudança nas relações trabalhador-empregador, que induziu o interesse dos industriais pelo ensino profissional que conduziu a categoria à busca pelo controle sobre a formação da mão-de-obra especializada.

Respaldado pelos ideais do racionalismo, e da educação profissional como requisito ou fator para o desenvolvimento nacional, em 1931 constitui-se o IDORT – Instituto de Organização Racional do Trabalho, que alicerçado na filosofia taylorista, influenciou sobremaneira a educação profissional da época.

Batista (2015) informa que o IDORT, é uma entidade criada pelos empresários paulistas, e foi fundamental para a discussão e reorganização do ensino profissional no Brasil. Conforme Pichelli (1997) citado por Batista (2015), um dos objetivos do IDORT era o de estabelecer um novo paradigma que norteasse as relações entre as classes sociais. Buscava a conciliação das classes ao invés do conflito, tão evidente na época, como fator para a aceleração do desenvolvimento industrial.

Batista (2015) avalia ainda que foi no período do Estado Novo (1937-1945) que os industriais conseguiram, mesmo que não concordassem com a centralização da discussão nas mãos do Estado, regulamentar as propostas de ensino profissional no Brasil, a partir da reforma Capanema (1942), também conhecida como Leis Orgânicas do Ensino. Considera o autor, que essa reforma estruturou o ensino profissional, promoveu a reformulação do ensino comercial e subsidiou a criação do SENAI.

¹⁰ SENAFI – Serviço Nacional de Seleção, Aperfeiçoamento e Formação de Industriários.

Amorin (2013), na mesma linha de pensamento de Batista (2015), concorda que o IDORT foi decisivo na criação do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional em 1934, no qual baseou-se a estruturação do Senai em 1942, que foi parte do projeto de reestruturação social que investiu na disciplinarização das classes trabalhadoras por meio do trabalho, apostando na escola como instrumento privilegiado. Tratar-se-ia da constituição de uma mão de obra melhor qualificada, com uma aprendizagem básica em escolas controladas pelos empresários, que produziria uma parcela de técnicos de melhor formação, responsáveis pelo elo entre os operários e os engenheiros no processo industrial.

Na visão de Kuenzer (1989), essa ação se justifica, porque:

Nada mais compreensível, portanto, que a fábrica tente controlar as representações e as formas de concretização da qualificação /desqualificação, e da aquisição de saber teórico/prático, na medida em que, se a ausência de saber teórico obtido na escola ou em outras instituições compromete a acumulação do capital, o excesso desse tipo de educação pode ser igualmente comprometedor, por expor o operário a um processo pedagógico que a fábrica já não controla, tornando-se mais difícil o seu disciplinamento. (KUENZER, 1989, p. 132-133).

Sequencialmente, na década de 1940 inicia-se a criação das instituições responsáveis pela formação de mão-de-obra para os dois principais pilares da economia; a indústria e comércio, que deu origem ao chamado Sistema S. O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI foi o “S pioneiro”, instituído a partir do Decreto-Lei 4.048/1942 do então presidente Getúlio Vargas. Na sequência, em 1946, constituíram-se outros como o SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, o SESC – Serviço Social do Comércio e o SESI – Serviço Social da Indústria¹¹.

Em 1990 outros segmentos também foram incorporados ao Sistema S, tais como SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, o SENAT – Serviço Nacional do Transporte, SEST – Serviço Social do Transporte, o SESCOOP – Serviço Nacional de Apoio ao Cooperativismo e o SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa.

Com o Sistema S, o setor empresarial assumiu para a si a formação dos operários, com o objetivo de atender as demandas emergenciais, pautada na

¹¹ SENAC - Decreto-lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946. SESC - Decreto-lei nº 9.853, de 13 de setembro de 1946. SESI – Decreto-lei nº 9.403, de 25 de junho de 1946. SENAR - Lei Nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991. SENAT e SEST Lei nº 8.706, de 14 de setembro de 1993. SESCOOP Medida Provisória nº 1.781-7, de 11. SEBRAE decreto nº 99.570, de 9 de outubro de 1990.

concepção de uma mão-de-obra capacitada e ordeira para possibilitar o salto do país rumo ao progresso (AMORIN, 2013).

3.3 De 1950 aos Dias Atuais: Os Interesses Estrangeiros em Pauta

No período pós-guerras, a supremacia economia dos Estados Unidos fortaleceu-se e os interesses imperialistas, econômicos e culturais invadiram o Brasil, com a chegada das multinacionais no governo de Juscelino Kubitschek (JK) de 1956 a 1961, e com elas, a atuação direta dos EUA nos rumos econômicos e políticos do país. (ARANHA, 2006).

Com as instalações das multinacionais, o setor industrial brasileiro ganhou nova feição a partir da década de 1950, requisitando ainda mais investimentos na qualificação de mão-de-obra, com enfoque na escolaridade dos trabalhadores a ser determinante para o desenvolvimento industrial brasileiro, conforme discurso já ecoado na era Vargas. (BATISTA, 2015).

Essa educação era voltada à formação dos sujeitos de acordo com as novas configurações do trabalho, em orientações econômicas tecnicistas, organizadas sob a égide do paradigma taylorista-fordista. Batista (2015) descreve que, no início do século XX, as ideias de Taylor eram admiradas pelos industriais brasileiros, pois as entendiam como centrais para a consolidação de um projeto nacional, uma vez que defendiam a racionalização como uma solução para uma série de problemas econômicos e sociais do país.

Tais ideias de racionalização do trabalho eram tidas como fundamentais para o desenvolvimento da indústria nacional brasileira, pois visto como um Sistema de Organização do Trabalho Industrial, que se baseia na separação das funções de concepção e planejamento das funções de execução, na fragmentação e na especialização das tarefas, no controle dos tempos e movimentos e na remuneração por desempenho; mostrava-se como uma estratégia patronal de gestão/organização do processo de trabalho, integrado juntamente como fordismo, a Organização Científica do Trabalho. (BATISTA, 2015).

Em 1961, o Presidente Jânio Quadros (*Jango*) deu continuidade às políticas populistas da era Vargas, e quando João Goulart, herdeiro político de Vargas, tomou posse como presidente, em 1964, o populismo já estava desgastado. Esse desgaste

contribuiu para que as forças conservadoras e anticomunistas depusessem o presidente e estabelecessem a ditadura militar. (ARANHA, 2006).

Entre 1964 e 1985 o Brasil esteve sob égide do governo militar. As manifestações políticas foram contidas com forte doutrina de segurança nacional que justificava todo tipo de repressão. Perderam força os grupos dos operários, camponeses e estudantes que antes buscavam se fazer ouvir. (ARANHA, 2006).

Aranha (2006) descreve que nesse período, economicamente acentuou-se o processo de desnacionalização e fortalecimento do vínculo ao capital internacional, que trouxe benefícios as multinacionais e causou prejuízos as pequenas e médias empresas. Esse modelo garantia o desenvolvimento, mas causava sérias distorções de renda, concentrando-a no núcleo dominante.

O vínculo do Brasil do regime militar, com o capital internacional interpretou-se também no campo educacional do suporte técnico e financeiro para as reformas educacionais, necessárias ao alinhamento ideológico, prestadas pelos EUA.

Nesse período promulgou-se a Lei n. 5692, de 11 de agosto de 1971, denominada Lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º Graus, deflagrada de uma sugestão de condição viabilizadora da reforma universitária.

Conforme o artigo 1º desta Lei, o ensino de 1º e 2º grau objetivava “proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania”. (ARANHA, 2006, p.318). Para isso reestruturou-se o ensino, e ampliou-se a obrigatoriedade escolar de quatro para oito anos, aglutinando o antigo primário com ginásial, extinguindo-se os exames de admissão. (ARANHA, 2006).

Cunha (2014) descreve que, por determinação desta lei, fundiram-se o ensino secundário, o ensino normal, o ensino técnico industrial, o ensino técnico comercial e o ensino agrotécnico. A integração entre primário e ginásio, secundário e técnico seguiram os princípios da continuidade – que garantia a passagem de uma série para a outra, e da terminalidade – pois esperava-se que ao fim de cada um dos níveis o aluno estivesse pronto para ingressar como força de trabalho no mercado. (ARANHA, 2006).

Essa profissionalização universal e compulsória no ensino de 2º grau dividiu opiniões. Enquanto alguns acreditavam que esse ensino passaria a ter uma finalidade própria além de preparatório para os cursos superiores, outros

consideravam que a reforma contrariava seus interesses pois as disciplinas profissionalizantes diminuiriam a carga horária daquelas que lhes interessava para os exames de vestibular. (CUNHA, 2014).

Além disso, críticas vinham também no âmbito da administração educacional, daqueles que conheciam a realidade do trabalho e seus problemas, no sentido de reconhecer a inviabilidade prática da profissionalização universal e compulsória no ensino de 2º grau. (CUNHA, 2014).

Para Aranha (2006) como aspectos negativos somam-se: a) a supressão de disciplinas como Filosofia, e o aglutinamento de outras como História e Geografia em detrimento de disciplinas de civismo, servindo para impor a ideologia da ditadura além diminuir o senso crítico e consciência a política da situação; b) a desativação da antiga Escola Normal, que era destinada à formação de professores para o ensino fundamental. A autora considera que a inclusão da “habilitação magistério” no rol das demais profissões, fez com que se perdessem os recursos humanos e materiais necessários a esfericidade da função, e com eles a sua identidade.

Embora a Diretoria do Ensino Secundário do Ministério da Educação – MEC, ter na década de 60, elaborado e implantado vários projetos ginasiais “modernos”, “polivalentes” e “orientados para o trabalho”, nos quais se viam as inspirações das escolas técnicas-secundárias concebidas por Anísio Teixeira, não se observavam nelas as menções socialistas do educador. Isso porque a educação atuava sob a tutela de referências diretas ao modelo norte-americano e o alinhamento ideológico facilitava o financiamento de agências internacionais para os programas do MEC. (CUNHA, 2014).

Aranha (2006) argumenta que a implantação do projeto de educação proposto pelo governo militar não revogou a LDB de 1961 (Lei n. 4.024), amplamente debatida pela sociedade civil, porém introduziu alterações e fez atualizações, além de impor as novas Leis¹² referentes ao ensino universitário e para os 1º e 2º graus.

Explicita ainda Aranha (2006) que diversos acordos foram realizados desde o golpe de 64 entre MEC – Ministério da Educação e da Cultura e USAID – *United States Agency for International Development*, todavia só vieram a público em 1966. “A partir daí, desenvolveu-se uma reforma autoritária, vertical, domesticadora, que

¹² Lei n 5.540/68 (ensino universitário) e Lei n 5.692/71 (para 1º e 2º graus)

visava atrelar o sistema educacional ao modelo econômico dependente, imposto pela política norte-americana para a América Latina”. (ARANHA, 2006, p.316).

De fato, um convênio assinado em 1965, uniu técnicos norte-americanos e brasileiros em uma Equipe de Planejamento no Ensino Médio – EPEM, que prestaria assistência técnica aos sistemas estaduais de educação, deu início a reforma do ensino ginasial, logo após o início do golpe militar. Dessa reforma resultaram um plano para construção de 276 “ginásios orientados para o trabalho”, em quatro estados e de um ginásio-modelo em 18 capitais. A alocação dos recursos para essa construção foi garantida por novo convenio entre MEC e USAID que previa ainda a criação do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino – Premem. Esse programa se responsabilizava pela complementação e supervisão do plano, além do treinamento e aperfeiçoamento de professores para as disciplinas vocacionais. (CUNHA, 2014).

Conforme Aranha (2006), a tentativa de aplicar o modelo empresarial na escola, resultou em uma tendência tecnicista em educação, baseada na racionalização, própria do sistema capitalista. A autora destaca que os teóricos dessa linha buscavam adequar a educação as exigências da sociedade industrial e tecnológica, para inserir o Brasil no sistema do capitalismo internacional. A educação passou a ser tratada como capital humano, essencial para o crescimento econômico.

Cunha (2014) ressalta que embora o novo governo tivesse apoio das camadas médias urbanas e as favoreceu com medidas imediatas de aumento de vagas nos cursos superiores, necessárias para ascensão social, a política econômica, em contrapartida, tornou-se dificultosa a abertura de novos negócios e a acumulação de capital em pequenos estabelecimentos no comércio, na indústria e na prestação de serviço. O diploma de nível superior tornava-se requisito cada vez mais necessário, embora não suficiente, dando margem para o crescimento do setor privado. (CUNHA, 2014).

Nesse sentido Aranha (2006) observa que houve uma ampliação do mercado de trabalho, devido a implantação das multinacionais, o que estimulou a demanda de escolarização. “A antiga universidade, porém, não tinha condições de atender à procura. Sem acesso a faculdade, depois de aprovados em exame vestibular, os estudantes pressionavam o governo por mais vagas”. (ARANHA, 2006, p. 315).

Frente as pressões sociais de 1968, que pediam “mais verbas” e “mais vagas” para os cursos superiores públicos, uma das providências do governo foi a estruturação de um grupo de trabalho para elaborar um projeto de lei de reforma universitária. Para esse grupo, deveria haver um crescimento equilibrado dos sistemas de ensino e seus níveis, conciliação essa que seria dificultada pelo fato da demanda de vagas apresentar-se maior do que a oferta de trabalho para os egressos. (CUNHA, 2014).

O grupo considerou a reforma universitária, porém sugeriu uma reforma no ensino médio, por entender que se este preparasse para o trabalho haveria uma diminuição da demanda de vagas para o ensino superior. Com isso se atenuariam de imediato três problemas: o político, dos protestos; o social, da frustração dos egressos dos cursos superiores não conseguirem vagas; e o financeiro, da diminuição dos gastos públicos com o ensino superior. (CUNHA, 2014).

Essa reforma, assentava-se em três pilares básicos, conforme descreve Aranha (2006):

- Educação e desenvolvimento – Formação de profissionais para atender necessidades urgentes de mão de obra especializada no mercado em expansão;
- Educação e segurança – Com a introdução de disciplinas sobre civismo e problemas brasileiros, para a formação do cidadão consciente;
- Educação e comunidade – Com a criação de conselhos de empresários e mestres para estabelecer a relação entre escola e comunidade.

A reforma do 2º grau incorporou a sugestão de condição viabilizadora da reforma universitária. A concepção de ensino profissionalizante estava baseada na necessidade de organizar o ensino médio de modo que proporcionasse aos concluintes uma habilitação profissional. Essa necessidade derivaria do imperativo de combater a frustração dos alunos, resultados de seu despreparo para o mercado de trabalho ao fim do nível médio, o que estaria forçando-os a procurar escolas superiores com único meio de obter algum tipo de habilitação profissional. (CUNHA, 2014, p. 920).

Estaria a frustração de não encontrar uma ocupação após a conclusão do curso, sendo transferida do ensino superior para o ensino médio?

Para Cunha (2014) essa canalização aconteceu, e devido a crença na existência de uma demanda não atendida de técnicos de nível médio, sem,

entretanto, que se conhecesse o volume de oportunidade ocupacionais disponíveis. “Apenas acreditava-se que ela fosse grande o suficiente para compensar, minimamente, os concluintes do ensino médio que não ingressassem nos cursos superiores – e tal crença bastava” (CUNHA, 2014, p.920). Além de não haver dados para a generalização dessa escassez para todas as áreas, o aumento da oferta de técnicos industriais poderia vir a forçar a baixa de salários, diminuindo a vantagem então existente para a formação desses profissionais. (CUNHA, 2014).

Na perspectiva de Aranha (2006) a reforma não foi somente um fracasso como provocou prejuízos inestimáveis, pois além da falta de recursos materiais e humanos para atender a demanda de alunos expandida pela obrigatoriedade de oito anos da escola, a profissionalização não se efetivou. As escolas não possuíam professores especializados ou infraestrutura adequada aos cursos, em especial nas áreas de agricultura e indústria. Isso proporcionou o subterfúgio do recurso à área terciária, de instalação menos onerosa. “Sem a adequada preparação para o trabalho, era lançado no mercado um “exército de reserva”, de mão-de-obra desqualificada e barata, o que fez manter nossa dependência para com os países desenvolvidos”. (ARANHA, 2006, p.319).

Em meados de 1974, o então presidente general Geisel, ciente dos riscos ao governo em decorrência da derrocada do modelo econômico vigente, que gerava cada vez mais pobreza, possíveis sinais de rompimento entre empresas públicas e multinacionais, além da presença de correntes opositoras internas, iniciou um movimento de eliminação das tensões geradas e acumuladas pelos governos anteriores, com os primeiros passos para o alargamento da base social do Estado. A política educacional referente ao 2º grau constituía-se forte fonte geradora de tensões, devido as críticas dos alunos, de administradores educacionais e de empresários do ensino, que se declaravam em estado de falência devido aos altos custos que a educação profissional compulsória demandava. (CUNHA, 2014).

A revisão da reforma foi ação aligeirada nos trâmites legais e com a aprovação do Parecer n. 76/75, reinterpretou-se a Lei n. 5.629/71, não retirando de questão a justeza das teses da profissionalização do ensino de 2º grau. Entretanto reconhecia a necessidade de novas normas e instruções em função da falta de recursos financeiros necessários para a implantação do ensino profissionalizante, assim como de docentes qualificados. Também apontava dificuldades criadas pela

redução da carga horária da parte da educação geral, carência de informações sobre o mercado de trabalho e da não colaboração das empresas. (CUNHA, 2014).

Para Cunha (2014), a maior inovação do Parecer foi, além da diluição do caráter universal e compulsório do ensino profissional, a redefinição de ensino profissionalizante, que deixou de ser entendido como a transmissão de conhecimento técnico limitado e pouco flexível, para a uma preparação consciente das bases científicas que orientam uma profissão e a aplicação tecnológica dos conhecimentos, proporcionando uma formação mais flexível.

Assim, em vez da educação profissionalizante específica, passou-se a raciocinar em termos de uma educação profissionalizante básica, “que teria caráter geral e que se proporia a inserir o jovem no contexto do humanismo do nosso tempo, a ser concretizada eminentemente a nível do 2º grau”, através de uma habilidade básica, entendida como “o preparo básico para iniciação a uma área específica de atividade em ocupação que, em alguns casos, só se definiria após o emprego”. (CUNHA, 2014, p.928)

Nessa visão, ao terem informações de problemas amplos da atuação profissional, os alunos estariam preparados para atenderem as várias incumbências dentro da empresa. Essa formação para o trabalho multifuncional, nos remete ao modelo toyotista de produção, que tal como explicitado por Batista (2008), objetivava combinar o trabalho em equipe e habilidade individual e que em sua lógica, impôs um sistema de gestão total que incorporava trabalho repetitivo ao multifuncional, intensificando a atividade do trabalhador.

Outros dois Pareceres¹³ ainda foram apresentados até culminância da Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982. Essa Lei estipulava que a preparação para o trabalho, no ensino de 2º grau poderia *ensejar* habilitação profissional, conforme critério da escola. O Parecer n. 785/86 fortaleceu a dissimulação da educação profissional ofertada nos estabelecimentos, ao instituir que a preparação para o trabalho poderia ser entendida como a preparação para os exames vestibulares, desde que a escola ofertasse aos alunos informações sobre os cursos de nível superior, visitas às empresas, palestras de profissionais ou testes vocacionais.

Aranha (2006) aponta que as escolas particulares apresentavam um “programa oficial” que atendia apenas formalmente, as exigências legais, pois o trabalho em sala de aula continuava voltado para a preparação geral e o vestibular.

¹³ Parecer n.860/81 – solicitava a atualização da lei não apenas através de da interpretação dos dispositivos, mas pela alteração de sua redação. Parecer n.177/82 – que propunha a manutenção da habilitação profissional como objetivo no 2º grau podendo ser substituída pelo aprofundamento em determinados estudos de acordo com a natureza de cada estabelecimento de ensino. (CUNHA, 2014)

Enquanto “[...] a escola de formação da elite continuava propedêutica, as oficiais aligeiravam seus programas com disciplinas mal ministradas, descuidando-se da formação geral” (ARANHA, 2006, p.320). A consequência é que a reforma não conseguiu desfazer o dualismo, já que persistia a seletividade entre uma elite bem preparada que ocupava as vagas das melhores universidades e, os egressos de cursos profissionalizantes.

Em 1985, o fim do governo militar deixou uma “não grata” herança ao presidente José Sarney, que assumiu a presidência após a trágica morte de Tancredo Neves. Essa herança era composta pela crise política e econômica, dívida externa – controlada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) - arrocho salarial e aumento crescente do empobrecimento da classe média, e dos índices de violência no campo e na cidade. Além da promulgação da nova Constituição de 1988, poucos foram os avanços desse governo. (ARANHA, 2006).

A “crise” também esteve presente no governo seguinte, de Fernando Collor de Mello (1990 a 1992), que chegou a confiscar a poupança dos brasileiros para pagamento da dívida externa. Collor sofreu impeachment dois anos após tomar posse, dando lugar ao então vice-presidente Itamar Franco que governou até 1993.

De 1994 a 2002 o país foi governando por Fernando Henrique Cardoso, o FHC. Seu governo foi marcado por políticas econômicas neoliberais, com internacionalização da economia, “[...] tais como a venda de empresas estatais e a criação dos incentivos para atrair investimento de capital estrangeiro. Apesar disso, aumentaram o desemprego e endividamento externo do país.” (ARANHA, 2006, p.297).

Foi durante o governo FHC que se promulgou a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, sob a Lei n. 9.394/96. O primeiro projeto dessa lei foi o resultado de amplo debate entre sociedade civil, legislativos e educadores. Entretanto, com o apoio do governo, o senador Darcy Ribeiro propôs um outro projeto que acabou sendo discutido paralelamente e terminou por ser aprovado em 1996. Enquanto os defensores do projeto aprovado alegavam que o anterior era muito detalhista – com 172 artigos – corporativista, o projeto aprovado foi criticado por ser muito vago, omissos em pontos fundamentais e autoritário, por privilegiar o Poder Executivo e dispensar o Conselho Nacional composto por representantes dos vários segmentos da sociedade. (ARANHA, 2006).

Mantendo a lógica neoliberal, o Estado, através da LDB de 1996, delegou ao setor privado boa parte de suas obrigações. Entre elas a da educação profissional, que não se encontra obrigatoriamente vinculada à escola regular, em oposição a proposta anterior que sugeria a educação profissional articulada a formação geral e humanística. Na visão de Aranha (2006) isso fez com que proliferassem-se as escolas técnicas, geralmente privadas, com uma educação voltada unicamente ao atendimento as demanda do mercado de trabalho.

Em 2003, Luiz Inácio *Lula* da Silva, um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores - PT, assume a presidência. Entretanto, contrariando expectativas, o plano econômico foi mantido de certo modo em consonância com o governo anterior. Uma possível explicação para esse fato, decorra de alianças políticas com partidos conservadores, para garantir a governabilidade.

No governo Lula, a educação profissional ganhou expressivo fortalecimento da formação profissional, que volta a figurar como condição essencial para o desenvolvimento do país, com a promoção da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Tavares (2012), analisa que o governo Lula (2003 – 2011), que foi sucedido pela presidente Dilma Rousseff, destacou-se pelo grande volume de programas sociais voltados às camadas mais pobres da população. No entanto, mesmo oriundos de um partido de esquerda, estes governos mantiveram a transferência de serviços essenciais à população, como educação, por exemplo, para a iniciativa privada, estabelecendo parcerias público-privadas, como o repasse de verbas públicas para que essas empresas exerçam algumas das funções do Estado, como continua ocorrendo com o ProUni – Programa Universidade Para Todos, e passa a ocorrer com a criação do Pronatec.

É nesse período ainda que o dispositivo legal que proibia a instalação de novas escolas técnicas mantidas pela União é extinto e revoga-se o Decreto 2.208/1997, cuja característica fundamental foi a desvinculação dos ensinos médio e técnico, motivando muitas instituições de ensino a retomarem a oferta de Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio.

A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica passa por uma expansão e é reconfigurada a partir da criação dos IF – Institutos Federais de Educação, ao mesmo tempo em que ocorre um processo de expansão das Universidades Federais, culminando na implantação de 12 novas unidades entre os

anos de 2003 e 2008. O papel da educação profissional passa a ser defendido como a oferta à população de ensino, pesquisa e extensão, formação de professores para suprir a carência de profissionais principalmente nas áreas de ciências, formar técnico, tecnólogos e engenheiros em áreas específicas, contribuindo para o desenvolvimento de setores estratégicos da economia nacional. (TAVARES, 2012).

Segundo dados do censo MEC/INEP/DEED (2015), que expõe a evolução do número de matrículas na educação profissional por dependência administrativa - Brasil - 2008/2014, até o ano de 2014 a modalidade da educação profissional contava com 1.784,403 matrículas, destas 249.604 na rede Federal, 536.678 na rede Estadual, 40.927 na rede Municipal e, 957.194 matrículas na rede Privada de Ensino. Como base de análise em dados do MEC/INEP/SEEC, em 1999, o percentual de matrículas na educação profissional, era de 56,4% enquanto na rede privada era de 43,6%.

Em termos percentuais, no período compreendido entre 2008 a 2014, o número de matrículas aumentou 89,2%. Na rede Federal o percentual é de 88,1%, na rede Estadual 66,5%, na rede Municipal 13,3% e na Rede Privada, expressivo 111,9%, conforme MEC/INEP/DEED (2015).

Tais indicadores demonstram o crescente interesse das esferas privadas na Educação Profissional, ao mesmo tempo em que o Estado vai abrindo mão do controle e da oferta dessa modalidade de educação. Essa dicotomia é bem justificada na análise histórica anteriormente traçada, na reflexão realizada no item sobre os “preceitos pedagógicos” nos quais está alicerçada a educação profissional brasileira, conduzida em maior escala pela esfera privada e voltada para o atendimento às demandas da economia capitalista.

Atrelado a esses ditames, sempre esteve o discurso da falta de mão de obra qualificada para atender as demandas da industrialização. A escassez de profissionais qualificados e preparados para essas constantes mudanças nos processos produtivos inevitavelmente sempre se mostrou, no discurso dos inúmeros setores da economia, como o *calcanhar de Aquiles* para o desenvolvimento do Brasil.

Machado (1998) citado por Alberto (2005), considera que a educação, passou a ser submetida a um questionamento bipolar, em que por um lado é vista como a responsável pelo atraso e pobreza, e por outro, como a única via de promoção e elevação dos padrões de qualidade de vida.

Entretanto, em contrapartida da escassez da mão-de-obra, e de postos de trabalho com vagas ociosas, há a presença constante da sombra do desemprego, que prossegue como um dos assuntos mais preocupantes para a população laboral. Porém, continua sendo a falta de capacitação profissional o pivô do desemprego, do déficit na economia nacional, da frágil competitividade internacional e exportações menos favoráveis para o país?

Segundo documentos de entidade como o Banco Mundial, os discursos governamentais e do empresariado, sim. Essa fala está muito presente no próprio lançamento do Pronatec em 2011, quando a presidente Dilma Rousseff indica que:

[...] Os jovens bem qualificados estão sendo muito disputados pelas empresas [...] o mercado de trabalho está oferecendo boas oportunidades e melhores salários para quem tem qualificação. [...] Hoje, no Brasil, quem tem informação, tem emprego [...]. (Rousseff, 2011, s.p)

Essa fala da então presidente, reforça o descrito no documento do Banco Mundial, *¿Que oportunidades tienen nuestros hijos?*¹⁴. Para Deitos e Lara (2016) o diagnóstico então apresentado no documento revela uma situação educacional que se desdobra em problemas relacionados ao acesso, permanência, qualidade educativa e desigualdades sociais, eu que a “*educação é responsável por um conjunto de fatores sociais debilitados, em especial pelas condições sociais de subdesenvolvimento, pobreza e renda*”. (DEITOS e LARA, 2016, p.20).

A política educacional é apenas mais um componente do conjunto de medidas adotadas para as políticas sociais, e que acaba se justificando ideológica e politicamente como uma das principais responsáveis pelo acesso as condições tais como: renda, superação dos patamares de pobreza e elevação dos níveis de crescimento econômico. (DEITOS e LARA, 2016, p. 23)

Em linhas gerais, o Banco Mundial percebe a educação como um modo de compensar a situação de pobreza causada pelos ajustes econômicos e a enfatiza como um mecanismo fundamental na aquisição de um novo padrão de acúmulo de capital, afinal no discurso oficial, a educação promove o desenvolvimento social, aumenta a coesão social e oferece melhores oportunidades, e, uma população educada, pela lógica do Banco Mundial, conduziria as escolhas políticas *corretas*.

Ao investir e melhorar a qualidade da educação e serviços sociais, seria possível a manutenção do apoio dos eleitores às reformas econômicas tais como

¹⁴ BANCO MUNDIAL. *¿Que oportunidades tienen nuestros hijos? Informe sobre la oportunidad humana em America Latina e el Caribe 2010.*

privatização e política neoliberal, assegurando a estabilidade política e econômica. (MOTA JUNIOR; MAUÉS, 2014).

Em documento - *Achieving World Class Education in Brazil: The Next Agenda* (Alcançando uma Educação de classe mundial no Brasil: a próxima agenda), publicado em 2010, o Banco Mundial tece elogios às políticas e reformas educacionais implantadas pelos governos dos últimos 15 anos, entre elas o Pronatec, e segue orientado o caráter e os rumos das políticas educacionais de seu modelo hegemônico de educação, sociedade e estado.

A educação nesta perspectiva, conforme análise de Mota Junior e Maués (2014), tem caráter economicista, uma vez que, o sistema educacional deve desempenhar três papéis primordiais: desenvolvimento de habilidades da força de trabalho para sustentar o crescimento econômico, contribuição para a redução da pobreza e desigualdade buscando a oferta de oportunidade educacional para todos, e voltar-se a transformação de gastos na educação em resultados educacionais.

[...] Vê-se, pois, que o crescimento econômico deve ser o grande objetivo de um sistema educacional para o Banco. Essa concepção está profundamente impregnada da Teoria do Capital Humano, como o próprio BM reivindica, quando defende que as pesquisas internacionais têm demonstrado que o capital humano, considerado como a média de escolaridade da força de trabalho, é um elemento crítico para esse crescimento (MOTA JUNIOR e MAUÉS 2014, p. 1147).

Para Cruz (2003), esse discurso neoliberal do Banco Mundial resgata e reformula a Teoria do Capital Humano¹⁵ ao apontar uma suposta relação de dependência entre educação e desenvolvimento econômico e social. Essa relação enfatiza o valor do desempenho individual como determinante da condição de cada um na sociedade, o que propõe a transferência da lógica do mercado para a educação e elege a livre concorrência como fundamental para a garantia da eficiência e da qualidade dos serviços educacionais prestados.

[...] Com os efeitos da crise estrutural do capital e fracasso da política da contra insurgência, os organismos multilaterais, especialmente o Banco Mundial, vão passar por um processo de reorientação de suas políticas para a periferia do capitalismo. O desenvolvimentismo, que era a política de cunho macro característica dos governos populistas e militares, cedeu espaço para formulação de políticas focalizadas, e a generalização do ensino profissional, especialmente os investimentos no ensino técnico configurou-se como uma política formulada pelo BIRD. Porém, mesmo essa

¹⁵ A ideia do Capital Humano é uma quantidade ou um grau de educação e de qualificação, tomado como indicativo a um determinado volume de conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridas, que funcionam como potencializadoras da capacidade de trabalho e produção.

mudança de orientação não foi suficiente para minimizar a crise e nos anos de 1980 o BIRD adere ao ideário neoliberal recomendando para os países membros, especialmente para os países da periferia, planos de ajustes e de reformas estruturais, o objetivo era fazer com que esses países equacionassem seus problemas internos e pudessem continuar pagando as parcelas da dívida externa. (LIMA, 2012, p. 6-7)

Nesse campo, sob o escudo da globalização e da reestruturação produtiva, iniciou-se a aprovação de uma nova lei de diretrizes e bases da educação. Sem nenhuma discussão com os setores da sociedade civil, o governo sobrepôs uma concepção de educação desarticulada, vinculada aos organismos internacionais, entre eles Banco Mundial, FMI, Unesco, entre outros, utilizando um decreto presidencial (nº 2.208/1997) para regulamentar a educação profissional, que reformulou o ensino técnico dentro do contexto da nova ordem neoliberal internacional e da acumulação flexível. (LIMA, 2012).

Wittaczik (2008) reforça essa perspectiva ao analisar que a elaboração da Lei nº 9.394/96 “[...] coincide com a ascensão do neoliberalismo e as reformas educacionais, são realizadas sob a orientação e o apoio financeiro de organismos internacionais (BID, BIRD, UNESCO, OIT)”, e que por recomendação do Banco Mundial, no Brasil, devem ter prioridade investimento no Ensino Fundamental,

[...] podendo haver complementação com cursos de qualificação profissional que sejam de curta duração e tenham baixo custo. Quanto à Educação Profissional, vista como processo longo e dispendioso, o Banco Mundial recomenda que seja repassada, paulatinamente, para a esfera privada”. (WITTACZIK, 2008, p. 80)

Na análise de Mota Junior e Maués (2014):

[...] as reformas educacionais concebidas e executadas pelo governo brasileiro nos anos 1990 foram, em particular, profundamente influenciadas pelos diagnósticos e orientações do Banco Mundial, sobretudo durante os 8 anos de governo de (FHC) (1995-2002). (MOTA JUNIOR; MAUÉS, 2014, p. 1139)

Mota Junior e Maués (2014) citam ainda que os principais responsáveis pelo governo brasileiro na esfera educacional (nos dois mandatos de FHC), já haviam feito parte da equipe do Grupo do Banco Mundial e de outras agências multilaterais, o que denota o alinhamento estratégico entre o MEC e o Banco Mundial. Como exemplos, aponta: Paulo Renato Souza (ministro da Educação durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, Guiomar Nano de Mello (membro do Conselho Nacional de Educação a partir de 1997 até o fim do mandato de FHC) e Cláudia Costin (ex-ministra da Administração), entre outros. (MOTA JUNIOR; MAUÉS, 2014).

Oliveira (2007) reafirmam essa análise ao considerar que, conforme orientações internacionais, pressupondo o Brasil que deveria desencadear um conjunto de ações para melhor qualificar os trabalhadores para atingir um desenvolvimento sustentável, iniciou-se em 1995, sob a tutela do Ministério do Trabalho, uma profunda modificação na concepção da educação profissional, que passou a procurar no próprio mercado de trabalho a referência para sua reformulação.

Conforme o MTE, essa articulação melhoraria o perfil de qualificação dos trabalhadores e favoreceria maior competitividade na economia brasileira. Essa ação transformou esse Ministério no precursor das reformas estabelecidas no Interior do sistema de educação tecnológica do governo federal, juntamente com a SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia, do Ministério da Educação.

As emendas à LDB de 1996, flexibilizam a desarticulação do ensino médio e ensino técnico. No ensino médio o aluno é preparado para continuar aprendendo, adaptando-se com flexibilidade as novas condições de ocupação, para claramente se adequar às mudanças que ocorriam no mundo do trabalho. Já o ensino técnico passou a focar na formação de um homem com múltiplas funções, porém desespecializado, com aptidões para atuar em equipe, compreensão do processo produtivo, pronto a atuar em processos de produção mais intelectuais e de organização, visto que as máquinas se tornam mais inteligentes e que o trabalho se torna imaterial.

Essa desarticulação foi revogada em 2004 pelo decreto nº 5154/2004, sem, contudo, desarticular aspectos do decreto anterior que favorecia a expansão da formação profissional por meio de entidades privadas, seja na maior rapidez na formação ou na própria redução de custos de cursos de carga horária menores.

Definido que o ensino médio poderia ser articulado com a educação profissional técnica de modo integrado, concomitante ou subsequente¹⁶; a organização de um curso técnico de nível médio poderia ter várias terminalidades entre si com garantia de certificados de qualificação intermediárias.

¹⁶ O decreto nº 5154/2004, no art. 4º, instituiu três formas de articular o ensino médio com a educação profissional técnica; a primeira seria a forma **Integrada**, oferecida apenas para quem já tenha concluído o ensino fundamental, com matrícula única (§ 1º inciso I); a segunda forma seria a **Concomitante**, oferecida tanto para quem já tenha concluído o ensino fundamental, quanto para quem já tenha o ensino médio com matrícula diferente para cada curso, sendo na mesma instituição, em instituição distinta, ou instituições distintas, mas conveniadas (§1º inciso II alíneas a, b e c); a terceira forma seria a **Subseqüente**, oferecida apenas aos que já concluíram o ensino médio (§1º inciso III).

Outra alteração sutil na LDB nº 9649/1996 foi realizada pela Lei nº 11.195/2005, no governo Lula, que indica novos caminhos para o fortalecimento da educação profissional privada, ao definir no art. 5º que a expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, ocorrerá preferencialmente, em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não-governamentais que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino, em substituição ao Decreto nº 2208/1997, do então presidente FHC, o qual anteriormente lia-se “somente poderá ocorrer”, em lugar de “preferencialmente”.

Como sugestão para superação da crise educacional, o Banco Mundial sugere parcerias com a iniciativa privada, observa as experiências administrativas consideradas exitosas e a possibilidade de um novo padrão de gestão. Pode-se enfatizar que no nível de educação profissional a sugestão foi acatada, em especial com o lançamento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, criado pelo Governo Federal baseada na Lei nº 12.513 de 26 de outubro de 2011, com o objetivo de ofertar de cursos profissionalizantes gratuitos, com parcerias em instituições privadas de ensino, tais como o Sistema S.

No capítulo seguinte propõe-se a apresentação da operacionalização do Pronatec, a discussão de sua articulação com programas sociais, como por exemplo, o Brasil sem Miséria e sobre seus viés de formação empreendedora. Apresentam-se ainda dados da oferta da educação profissional no Estado do Paraná e em Cascavel.

4 O PRONATEC

Neste ponto, objetivamos esmiuçar o funcionamento operacional do Pronatec, alguns dos seus subprogramas, além de realizar uma leitura dos dados referentes a oferta do programa no Paraná e no município de Cascavel. Para isso estruturamos o estudo na descrição de funcionamento do programa. E abordamos desde a dimensão de atribuições de cada um dos setores envolvidos, o processo de pactuação de vagas, encaminhamento de matrículas pelos demandantes e confirmação das mesmas pelos ofertantes. Discutimos ainda sobre o Pronatec Empreendedor, oferecido pelo SEBRAE, dentro dos cursos do Pronatec a partir de 2013. Finalizamos a sessão com a apresentação dos dados da oferta da educação profissional, somando-se a oferta regular à oferta do Pronatec no período de 2011 a 2015.

Essa análise pretende descrever e refletir a operacionalização da implementação da política pública Pronatec. Para isso construiremos um cenário sobre o qual será possível verificar quais os cursos ofertados, para quais públicos são destinados, e em que medida o Pronatec afetou a oferta da Educação Profissional das redes estaduais e federais de educação, no Estado do Paraná, na cidade de Cascavel.

4.1 O Pronatec como Política Pública para a Educação Profissional

Ao final da década de 1980 [...] as políticas neoliberais foram apresentadas como única alternativa aos países em desenvolvimento, a fim de que pudessem inserir-se na modernidade (SILVA, 2005, p. 256). Entretanto, a adoção dessas políticas somente conduziu os países da América latina à subordinação das exigências políticas e econômicas dos organismos internacionais.

Assim, os países tomadores de empréstimos subordinaram-se a aplicação de um programa de ajuste, que os estruturou de acordo com características econômicas, de desenvolvimento e estágios industriais, de recursos ambientais, educação, cultura, etnias, geografia e religião. O modelo neoliberal de desenvolvimento econômico a ser implementado pelos governos nacionais, ficou afirmado no Consenso de Washington e os países “vulneráveis” da América Latina receberam a “tarefa de casa” que consistia em

A reforma do Estado, da previdência e reforma fiscal, a política de privatização de empresas estatais, a redução orçamentária de gastos públicos nacionais, o controle inflacionário, a política de facilitação de competitividade externa, a desregulamentação e regulamentação pela ótica privada, a estabilidade das instituições bancárias, a liberalização do fluxo de capitais, a obtenção de superávit primário, a política de incentivo do setor privado e de flexibilização dos contatos de trabalho.(SILVA, 2005, p. 255-256).

Desde o final dos anos 1980 assistimos no Brasil o processo de globalização, em adequação a economia mundial, e a implantação de políticas neoliberais, caracterizada principalmente por uma política econômica que arrocha a subordinada política social.

É preciso esclarecer que política social e política econômica são intrinsicamente relacionadas, com distinções apenas na esfera didática. Para Vieira (2001) ao falarmos em políticas, estamos referenciando estratégias governamentais que pretendem intervir nas relações da produção (política econômica) ou dos serviços sociais (política social). O autor destaca que não existe nada mais econômico que o social e nada mais social que o econômico, assim como não existe política econômica que não envolva a política educacional e ambas não podem ser vistas de forma fragmentada.

Governo não se confunde com estado, e assim como as estratégias governamentais para gerir o estado, as políticas (sociais e econômicas) acabam por ser fugazes e rápidas, não para aprofundar-se no núcleo do problema, mas apenas para amenizá-lo durante o período de mandato. Ainda é contemporânea a fala de Vieira (2001) ao discutir o emprego de políticas econômicas e políticas sociais no Brasil e na América Latina:

No Brasil e na América do Sul se têm empregado política econômicas discutíveis, praticamente sem formulação da política social. As vezes aparecem programas e diretrizes, relacionadas com a política social; tais programas e diretrizes em si revelam somente pretensões de uma política social. Quase sempre eles não concretizam, apenas se transformam em quimera, em sonho, em programas e diretrizes para serem exibidos à sociedade, sem intervenção nela, porque não tem função de intervir. (VIEIRA, 2001, p.19)

Muito além da mediação dos conflitos, as políticas sociais são medidas necessárias para que o Estado garanta condições macroeconômicas que reduzam a incerteza do ambiente econômico, possibilitando um horizonte mais previsível do cálculo do risco do investimento privado, salvaguardando as necessidades capitalistas. (BRANCO, 2009).

Sob essa ótica, o Pronatec aparece como uma política social, de cunho econômico, e que não tem pretensão de intervir na dinâmica do mercado, nem de sanar qualquer tipo de anseio social, nem promover transformações econômicas, mas garantir a qualificação da mão de obra ao mercado que a consome. Branco (2009) considera que atualmente se admitem que as diferenças naturais podem ser neutralizadas por intermédio da educação, que passa a ser instrumento para capacitar seres humanos, para a concorrência no mercado de trabalho, e fica subordinada aos requisitos de habilidades necessárias aos processos de produção de mercadorias comandado pelo capital.

Em seu discurso durante cerimônia de lançamento do Programa, em 28/04/2011, a então Presidente da República, Dilma Rousseff, justificava a criação do Pronatec como condição para a continuidade do “[...] vigoroso e duradouro processo de desenvolvimento”, que conduziu o país ao posto de 7ª economia do mundo.

Estamos, hoje, próximos do pleno emprego e enfrentamos grande demanda de mão de obra qualificada. Demanda, muitas vezes, assimétrica porque, em alguns casos, falta mão de obra qualificada, em outros, sobra mão de obra sem a qualificação necessária derivada das nossas necessidades, da indústria, do comércio, dos serviços, enfim, do sistema produtivo. O sistema de capacitação profissional brasileiro já não corresponde às necessidades do país e às dimensões de nossa economia. Ele é fruto de um outro período do desenvolvimento econômico do nosso país. Por isso, ele se tornou um desafio. Um desafio à nossa capacidade de crescimento e, por isso mesmo, tem de ser enfrentado de maneira direta e muito articulada. Nesse sentido, eu lanço hoje aqui o Pronatec, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego. Por um lado, o Pronatec, ele vai democratizar, como o Fernando Haddad, ministro da Educação, mostrou, a oferta de cursos de educação profissional de nível médio. Vai qualificar o nosso nível médio de ensino e elevar a qualidade dessa modalidade de ensino em todo o Brasil. (ROUSSEFF, 2011, p.5)

Entretanto, essa fala, contraditória à política proclamada pela esquerda, quanto à escassez de mão-de-obra, e paradoxal à condição para o desenvolvimento nacional, antecede o Governo Dilma Rousseff. O também defensor da “esquerda”, e antecessor de Dilma Rousseff, ex-Presidente Luis Inácio “Lula” da Silva, defendia o entendimento da necessidade de qualificação do trabalhador para ocupação dos postos de trabalho disponíveis, para o crescimento econômico e para a valorização do trabalhador, e em alguns momentos, fazia menção a sua própria história de vida; como ocorreu em um discurso durante cerimônia de inauguração do Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica (Cefet/RJ) - Unidade de Petrópolis Petrópolis-RJ, em 13 de setembro de 2008.

[...] devo o que sou hoje a um curso profissional que fiz, lá pelos idos de 1960, no Senai, quando aprendi a minha profissão. Um homem ou uma mulher com uma profissão vale muito mais no mercado de trabalho do que um homem ou uma mulher sem uma profissão. [...] Agora que a economia começou a crescer durante 25 trimestres consecutivos, o que está acontecendo aqui em Petrópolis, na cidade do Rio de Janeiro, na cidade de São Paulo, nas capitais todas deste país? Está com falta de pedreiro, de ajudante de pedreiro, de azulejista, de soldador, de metalúrgico, de engenheiro e de muitas profissões. Grande parte das profissões deste país rareou no momento em que a economia começou a crescer. Então, o nosso trabalho agora, do governo federal, do governo estadual, do governo municipal, dos empresários, é formar a quantidade de gente necessária que a gente não formou nos últimos 20 anos, porque não tinha mercado de trabalho para essas pessoas. [...] Essa é uma coisa prazerosa. E por que é prazerosa? É prazerosa porque este país só vai ser uma economia respeitada no mundo, grande, e vamos fazer parte dos países ricos, no dia que tivermos capacidade de exportar conhecimento e inteligência. Para isso, temos que investir na educação. (SILVA, 2008, p.2).

Os discursos das lideranças de esquerda parecessem corroborar com o discurso no governo anterior, de viés neoliberal. Em 1995, o então Presidente, Fernando Henrique Cardoso, em discurso durante o lançamento do Programa Educação para a Competitividade (Proeduc), conclamava a necessidade do aperfeiçoamento do trabalhador, enfatizando que sem educação não haveria aumento de produtividade, aumento de salários, e conseqüentemente, distribuição de renda.

[...] a assistência efetiva ao trabalhador requer um aperfeiçoamento seu, requer a sua formação. Sem educação não é possível haver aumento de produtividade, nem é possível haver, mais tarde, aumento de salário, que é algo fundamental para o Brasil; nem, portanto, distribuição de renda. De modo que este Programa, de alguma forma, sintetiza uma série de aspirações que são de todos nós e que são aspirações nacionais. [...] É uma fase de um Brasil maduro, que se prepara sem temor para a competição em nível internacional. Isso só pode ter um curso adequado se nós, realmente tivermos um enraizamento, dentro do nosso País, daquilo que é a verdadeira modernidade, que não são as máquinas - é o saber. É realmente a capacidade de absorver, de trabalhar, de produzir tecnologias, de produzir formas de organizar, porque organização é fundamental. (FHC, 1995, p. 445-446).

Ao analisar a fala dos três últimos gestores do Brasil, verifica-se que a implementação de Políticas Públicas, como por exemplo, o Pronatec, decorrem da materialização de ações atentadas aos constantes discursos governamentais que reiteram a fala dos representantes dos setores econômicos quanto a escassez de mão-de-obra qualificada no Brasil e das implicações negativas desta carência para o desenvolvimento econômico do país.

A política social, é o resultado da pressão social organizada e tensões, e contradições mobilizadas. Conforme Netto (2003, p.16) pode ser o resultado de uma

antecipação do Estado à tais pressões, com a oferta de “[...] uma solução neutralizadora de qualquer potencial transformador contido na demanda”, embora essa política social não esgote a tensionalidade da questão social que a originou. Essa intervenção do Estado na educação, assim como em outras esferas por exemplo, a saúde, habitação, serviços sociais, informação e defesa do consumidor, é vista historicamente como social. Ao se apresentar como social faz com que a política governamental pareça boa à população, e desse modo, quando o governo fala em prioridades sociais, prioridades humanas, acalenta e comporta-se como o defensor das camadas pobres, ao mesmo tempo em que oculta e escamoteia a vinculação dessas medidas à estrutura econômica e a acumulação de capital (FALEIROS, 2009).

Novamente reafirmamos que além de estigmatizar e controlar, a Política Social não se propõe a efetiva resolução dos problemas sentidos pela população, mas sim em amenizar sua eclosão. De outra forma, como é possível analisar o não investimento do montante destinado ao Pronatec, em educação profissional pública, para, a médio e longo prazo, diminuir consideravelmente as dificuldades e os desafios hoje enfrentados por essa modalidade de educação em especial, e que culminam na evasão escolar, na baixa qualificação profissional, na dificuldade de inserção no mercado de trabalho, entre outras “mazelas”, hoje atribuídas quase que em sua totalidade à prática docente.

A responsabilização do professor, é parte do discurso neoliberalista, e está presente na fala de pensadores como Mello (1983, p. 6), que ao investigar como a escola contribui para o fracasso da criança pobre, cita dois elementos indissociáveis: “[...] um deles é a incompetência técnica, o não saber ensinar, a falta de domínio do conteúdo do currículo e do manejo da situação de ensino”. Segundo a autora, essa incompetência técnica articulada com uma representação falsa das camadas populares, articula-se em alibi para descomprometer a escola com o fracasso, como uma desculpa para não assumir responsabilidades.

A “terceirização” da responsabilidade do Estado Liberal, baseia-se no conceito da igualdade de oportunidades, na liberdade dos indivíduos aos bens, na individualização da conquista. Essa prática é descrita por Faleiros (2009) da seguinte forma:

O Estado Liberal [...], justifica suas políticas sociais com base na igualdade de oportunidades, no livre acesso dos indivíduos aos bens disponíveis, com o pleno desenvolvimento de suas capacidades e de suas responsabilidades

no mercado. O estado está se desobrigando, cada vez mais, de suas obrigações de garantia do bem estar coletivo e investindo também cada vez mais em repressão para conter a violência social que se desencadeia com o desemprego e a perda das referências da cidadania social. [...] A desigualdade e não a solidariedade é que é valorizada pelas políticas de responsabilização individual pela sua sorte, acentuando-se a desigualdade e a polarização entre mais ricos e mais pobres. (FALEIROS, 2009, p. 79)

Percebe-se no Pronatec um predomínio do viés neoliberal, com a terceirização da educação, que repassa grande parte dos recursos às escolas privadas, que já contém a infraestrutura necessária para a oferta dos cursos, e ainda envia auxílio financeiro aos alunos como “ajuda de custo para transporte e alimentação” para que esses pudessem frequentar os cursos, quando o montante investido poderia ter sido destinado a construção e readequação de escolas públicas. Assim caminharíamos para o ensino democrático e gratuito¹⁷ descrito por Cunha (1981, p. 6) como “[...] aquele que não só permite o acesso de todos que o procuram mas, também, oferece a qualidade que não pode ser privilégio de minorias econômicas e sociais”, e assim não estar sujeito aos mandatários vigentes ou as oscilações dos mesmos.

No discurso governamental essa ação por si só (a oferta do Pronatec) já promove a igualdade ao acesso de oportunidades, ao mesmo tempo em que estimula a responsabilização de cada um pelo seu sucesso, afinal deu-se a oportunidade de qualificação, e a ajuda pecuniária para manter-se na formação, a conquista de uma oportunidade digna de trabalho não é mais responsabilidade do governo, mas sim do empenho de cada um, seguindo a ordem natural harmônica¹⁸.

Não se trata de uma política para a educação para todos e sim uma política social voltada à formação imediata de mão-de-obra na perspectiva da empregabilidade¹⁹, sem discutir a questão do emprego, enfatiza-se as práticas neoliberais embasadas no Estado não interventor, incentivo a individualidade e discurso da igualdade de oportunidades.

¹⁷ O bem gratuito é aquele que o consumidor não paga por ele no ato da aquisição, a despeito de já tê-lo pago sob outra forma, tais como impostos ou contribuições sociais. Porquê pagá-lo novamente? CUNHA, 1981, p. 6).

¹⁸ Visão liberalista onde se concebe uma sociedade como a soma das ações individuais racionais leva ao bem estar geral já que elas fazem parte de uma ordem natural harmônica obtida pelo funcionamento do mercado que conseguiria direcionar os interesses privados rumo a um ótimo social, garantindo ordem natural, tornando-se indesejável qualquer intervenção nesse mercado, defendendo-se o Estado Mínimo. (CARCANHOLO, 2000).

¹⁹ Aqui entendida conforme conceito de Alberto (2005), como o de qualificar, requalificar, atualizar e reprofissionalizar, de modo a estar sempre “pronto” as novas demandas de produção

Para Lima (2012) o lançamento do Pronatec, realizado no Governo Dilma Rousseff, deu continuidade à política de precarização e adaptação da formação técnica secundária aos interesses do capital, pois conforme analisa:

PRONATEC é muito mais do que a adaptação do PROUNI (Programa Universidade Para Todos, que transfere recursos públicos para instituições privadas, através de Bolsas) para o ensino técnico. A Lei 12.513/2011 alterou configurações do FAT (fundo de Amparo ao Trabalhador), do seguro desemprego, do FIES (Fundo de Financiamento do Estudante de Ensino Superior) e dos programas de transferências de renda. O Pronatec é a materialização das recomendações da UNESCO de que os governos da América Latina deveriam utilizar o modelo do Sistema “S” para a formação profissional. (LIMA, 2012, p.10)

Na perspectiva de Lima (2012), o ciclo de privatização, precarização e aceleração da formação técnica de nível médio foi concluído, pois, para o autor, “o que antes era apenas enunciado, com o Pronatec a educação explicitamente torna-se uma atividade central no processo de transferência de recursos públicos na tentativa de contenção da crise estrutural do capital”. (LIMA, 2012, p.10).

O Pronatec virou a menina dos olhos do Banco Mundial. Não são poucas as matérias divulgadas em mídia, em especial em veículos oficiais, que noticiam a exaltação do programa por dirigentes do Banco. O Portal Brasil, divulgou em março de 2014 que a então marca de 1 milhão de alunos de baixa renda formados em cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi um dos destaques apresentados pelo governo brasileiro, durante evento promovido pelo Banco Mundial, o Encontro da Comunidade de Aprendizagem em Transferências Monetárias da África, em Fortaleza (CE), que reuniu representantes de 29 países que compõe a Comunidade de Aprendizagem dos países africanos - CoP. Conforme noticiado por Brasil (2014), em maio de 2015, representantes do Banco Mundial visitaram o Instituto Federal da Bahia, para conhecerem a experiência de um viés do Pronatec, o Mulheres Mil. Conforme portal do IFB – Instituto Federal de Brasília (2015), os funcionários da instituição financeira internacional estavam acompanhados dos servidores do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) Leonardo Prudente, Danielle Alves e Natália Almeida. O mesmo Leonardo Prudente, declara que o Brasil mantém um termo de cooperação financeira com o Banco Mundial.

Por esse acordo, aquela instituição faz o acompanhamento de programas realizados pelo governo brasileiro. Entre as ações acompanhadas está o Pronatec, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego, que visa aumentar a qualificação dos trabalhadores brasileiros. (INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA, 2015, s.p.).

Cruz (2003) expõe que os ditos “acordos de cooperação” com o BM, consistem em mecanismos de monitoramento de metas acertadas nos “convênios”, e o que de fato existe é a efetivação de uma estratégia de expansão, em que a educação se restringe ao papel de mera reprodutora de força de trabalho e formação ideológica em conformidade com os interesses do capital, além de ser segmento do mercado a ser explorado comercialmente pelo setor privado.

Esse discurso, fortalece o conceito da educação profissional como condição para o desenvolvimento nacional, acesso a renda, elevação de índice de crescimento econômico, sem considerar os contextos sociais, as equidades de acesso, o modelo econômico vigente ou até mesmo as reais necessidades de formação da população a ser atendida.

4.2 A Operacionalização da Política Pública Pronatec

O Pronatec é uma política pública que não nasceu ao acaso. Esse programa congrega diversas iniciativas relacionadas a Educação Profissional e Tecnológica, que iniciaram em 2001, com o lançamento do Plano Nacional de Educação – PNE, 2001-2010. Ao traçar as metas e rumos das políticas públicas para a área de educação para o período, o plano objetivava, conforme Feres (2015), consolidar uma visão sistêmica da educação, em substituição a fragmentação decorrente da LDB de 1996 que desvinculava a educação profissional do sistema da educação nacional.

Em 2007, o governo federal lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, com ações previstas para a identificação e solução de problemas relacionados a educação brasileira. Deste plano resultou o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, no qual vinculou-se ações de assistência técnica e financeira da União para Estados e municípios ao cumprimento de metas de qualidade materializadas no Plano de Ações Articuladas – PAR (FERES, 2015).

Já em 2008, foi aprovada a lei que criou os IFET, que possibilitou a integração entre escolas técnicas e agrotécnicas, formando uma rede, que compreende também instituições que não aderiram a proposta dos institutos federais, mas também oferecem educação profissional em todos os níveis. No mesmo período foram criados o programa Brasil Profissionalizado, a rede de ensino

técnico distância – Rede e-Tec Brasil, firmado o Acordo de Gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem, criado o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – Sistec. (FERES, 2015).

O Programa Brasil Profissionalizado buscou a construção, reforma e ampliação das redes estaduais de educação profissional e tecnológica. A criação da Rede e-Tec buscou fomentar e induzir a oferta de Educação Profissional e Tecnológica à distância para contribuir com a interiorização da oferta e atender o público que não pode ou deseja ser atendido na modalidade presencial. No Acordo de Gratuidade, as instituições do SENAI e SENAC assumiram o compromisso de aplicar a partir de 2014, dois terços dos recursos referentes à receita compulsória líquida para o público de baixa renda, tanto para cursos técnicos de nível médio, quanto para cursos FIC ou qualificação profissional. (FERES, 2015).

Após esta “estruturação”, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, foi criado pelo Governo Federal a partir da Lei nº 12.513 de 26 de outubro de 2011²⁰ (Brasil, 2011), que propunha a oferta de cursos profissionalizantes gratuitos com intuito de ampliação da oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) à população brasileira por intermédio de uma série de subprogramas, projetos e ações de assistência técnica e financeira. Os objetivos do PRONATEC, conforme a Lei acima citada são:

I – a ampliação de vagas e expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT);

II – o fomento à ampliação de vagas e à expansão das redes estaduais de educação profissional;

III – o incentivo à ampliação de vagas e à expansão da rede física de atendimento dos serviços nacionais de aprendizagem;

IV – a oferta da Bolsa-Formação, nas modalidades:

a) Bolsa-Formação Estudante;

b) Bolsa-Formação Trabalhador;

V – o financiamento da Educação Profissional e Tecnológica;

VI – o fomento à expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância;

²⁰ Embora tenha sido criada pela Lei nº 12.513 de 26 de outubro de 2011, o PRONATEC norteia-se por um rol de Guias, Leis, Portarias e Notas informativas, que, efetivam, incluem ou alteram as regras da execução do Programa. O quadro com a relação das mesmas encontra-se no apêndice deste estudo.

VII – o apoio técnico voltado à execução das ações desenvolvidas no âmbito do Programa;

VIII – o estímulo à expansão de oferta de vagas para as pessoas com deficiência, inclusive com a articulação das redes públicas de Ensino;

IX – e a articulação com o Sistema Nacional de Emprego.

Para Feres (2015), o Pronatec reúne e fortalece iniciativas e ações elaboradas antes de sua criação, ao mesmo tempo em que cria novas iniciativas e inova ao induzir “[...] a integração entre as ações de educação profissional e dos principais atores responsáveis pela implementação da política pública”. (FERES, 2015, p.86).

Entre as iniciativas está a Bolsa Formação²¹, que consiste no pagamento de bolsas de estudo para as escolas ofertantes, para que elas possam custear as despesas relativas aos cursos e a assistência estudantil aos alunos. Desse modo o programa garante a cobertura integral de despesas com a oferta educacional, todos os insumos necessários (material didático e kit escolar), além do transporte e alimentação oferecidos a beneficiários. Os cursos ofertados são propostos em duas modalidades: Cursos Técnicos e Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) (MEC, 2016).

Os Cursos Técnicos são programas de nível médio com o propósito de capacitar o aluno, proporcionando conhecimentos teóricos e práticos nas diversas atividades do setor produtivo, com carga horária mínima de 800 horas. Os cursos ofertados devem constar no Catálogo de Cursos Técnicos do Ministério da Educação. Após a conclusão, o aluno aprovado recebe um diploma de Habilitação Técnica.

Já os Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), especificamente Qualificação Profissional, possuem duração mínima de 160 horas, previstos no Guia Pronatec de Cursos FIC, editado periodicamente pelo Ministério da Educação.

Para Feres (2015), a Bolsa-Formação pode ser considerada a iniciativa com maior impacto na implantação do programa pois reúne como parceiros ofertantes todas as instituições de educação profissional participantes do Pronatec, ou seja: Institutos Federais, Universidades Federais e Estaduais, redes estaduais e distritais de educação profissional, Senai, Senac, Senat, Senar e fundações públicas

²¹ Regulamentada pela portaria MEC 185, de 2012, e posteriormente substituída pela portaria MEC 168, de 2013.

mantenedoras de escolas que ofertam cursos técnicos. Congrega ainda como demandantes cerca de 15 Ministérios e todas as Secretarias Estaduais e Distritais de Educação, que mobilizam Centros de Referência em Assistência Social (Cras), Secretarias Municipais de Turismo, Cultura, Emprego, entre outras. Na visão do autor, a iniciativa possibilitou a ampliação da oferta de vagas pelas diversas redes de ensino participantes, que disponibilizaram vagas tanto em suas unidades sede quanto em outros espaços de ensino, denominados unidades remotas.

Conforme o Manual do Pronatec SENAI (2013b), a Bolsa-Formação atenderá prioritariamente:

I – estudantes do Ensino Médio da rede pública, inclusive da Educação de Jovens e Adultos;

II – trabalhadores, inclusive agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores;

III – beneficiários titulares e dependentes dos programas federais de transferência de renda, entre outros que atenderem a critérios especificados no âmbito do Plano Brasil sem Miséria;

IV – pessoas com deficiência;

V – povos indígenas, comunidades quilombolas e outras comunidades tradicionais;

VI – adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas;

VII – públicos prioritários dos programas do governo federal que se associem à Bolsa-Formação;

VIII – e estudantes que tenham cursado o Ensino Médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral.

O Manual descreve ainda que existem dois tipos de Bolsa-Formação: Bolsa - Formação Estudante e Bolsa-Formação Trabalhador. Para ambas, os cursos serão ofertados por instituição de Educação Profissional e Tecnológica vinculada à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, aos Sistemas Nacionais de Aprendizagem ou às Redes Públicas Estaduais.

a) Bolsa-Formação Estudante

Conforme descrita na Portaria 168, a Bolsa-Formação Estudante destina-se à oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio ou cursos técnicos. A Bolsa-Formação Estudante será desenvolvida por meio de cursos de educação profissional técnica de nível médio: na forma concomitante, para

estudantes em idade própria; na forma concomitante ou integrada, na modalidade educação de jovens e adultos; e na forma subsequente.

Os cursos de educação profissional técnica de nível médio na forma concomitante, ofertados por intermédio da Bolsa-Formação Estudante, são destinados a estudantes regularmente matriculados no Ensino Médio, em instituições da rede pública. Os estudantes devem estar obrigatoriamente matriculados no Ensino Médio público, a fim de caracterizar a forma concomitante, nos termos do art. 36-C, inciso II, da Lei nº 9.394, de 1996. Os cursos de educação profissional técnica de nível médio, nas formas integrada ou concomitante, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), ofertados por intermédio da Bolsa-Formação Estudante, são destinados aos beneficiários com idade igual ou superior a 18 anos e que não tenham concluído o Ensino Médio.

Os cursos deverão ser ofertados em turno e dias compatíveis com o público da EJA. Os cursos de educação profissional técnica de nível médio, na forma subsequente, ofertados por intermédio da Bolsa-Formação Estudante, são destinados aos beneficiários portadores de certificado de conclusão de Ensino Médio, prioritariamente àqueles que tenham cursado o Ensino Médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral. (SENAI, 2013b).

b) Bolsa-Formação Trabalhador

Os Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), ofertados por intermédio da Bolsa- -Formação Trabalhador, são destinados aos beneficiários com idade igual ou superior a 16 anos no ato da matrícula. Os cursos voltados para a área da Construção Civil ou Madeira e Mobiliário têm como requisito a idade mínima de 18 anos. (SENAI, 2013b).

A execução do programa, com disponibilidade da Bolsa-Formação, se estrutura na tríade Ofertantes – Demandantes – MEC. Mesmo se houver variações de arranjos e detalhes específicos para cada modalidade ou demandante, o fluxo da oferta comporta sempre as etapas: pactuação e repactuação; oferta de turma; seleção e pré-matrícula de beneficiários; matrículas em 1ª chamada/2ª chamada/chamada de reposição/trocar aluno de oferta; realizações dos cursos e atualização de informações (frequência e aproveitamento); encerramento de turma e emissão de diplomas e certificados; conciliações de vagas e cômputo de horas. (SENAI, 2013b).

O Quadro 2, refere-se aos perfis dos beneficiários encaminhados para a primeira chamada dos cursos pelos demandantes. Embora o escopo do público beneficiário seja bastante amplo, no Paraná apenas as Modalidades de Demanda destacadas em negrito tiveram uma participação expressiva no projeto, e grande parte das modalidades previstas e descritas no quadro, não teve adesão significativa nas ofertas já realizadas.

DEMANDANTE	MODALIDADE DE DEMANDA	TIPO DE MODALIDADE DE DEMANDA*	PÚBLICO BENEFICIÁRIOS
Secretaria de Estado e do Distrito Federal de Educação (SEED)	Pronatec Jovem Técnico Concomitante	Compartilhada	Estudante do Ensino Médio da Rede Pública
	Pronatec Jovem FIC		
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)	Pronatec Brasil sem Miséria	Compartilhada	Cadastros no CadÚnico
	Pronatec Mulheres Mil	Exclusiva	Mulheres cadastradas no CadÚnico
	Pronatec Sistema Sócio Educativo aberto	Compartilhada	Jovens e Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto
	Pronatec Vira Vida	Exclusiva	Jovens em situação de vulnerabilidade social que participam do Projeto Vira Vida
Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	Pronatec Seguro-Desemprego	Prioritária	Beneficiários do Seguro-Desemprego
	Pronatec Trabalhador	Compartilhada	Trabalhadores
	Pronatec Aprendizagem	Exclusiva	Participantes do Programa de Jovem Aprendiz
	Pronatec Certific	Exclusiva	Cidadão interessado em realizar processo de certificação de saberes
Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	Pronatec jovem Trabalhador	Exclusiva	Jovens que participam do Pro Jovem Trabalhador
Ministério do Turismo (MT)	Pronatec Copa	Compartilhada	Trabalhadores que atuam ou pretendem atuar nos setores de turismo, hospitalidade ou lazer
	Pronatec Copa na Empresa	Exclusivo	Trabalhadores que atuam nos setores de turismo, hospitalidade ou lazer
	Pronatec Copa Social	Compartilhada	Jovens em situação de vulnerabilidade egressos do Projeto Vira Vida
Ministério da Defesa (MD)	Pronatec Exército	Exclusiva	Praças do Exército em prestação de serviço militar
	Pronatec Aeronáutica	Exclusiva	Praças de Aeronáutica em prestação de serviço militar
	Pronatec Marinha	Exclusiva	Praças de Marinha em prestação de serviço militar
	Pronatec Exército Reserva	Compartilhada	Praças do Exército que deram baixa do serviço militar nos últimos 12 meses e que atiradores de tiro de guerra.
	Pronatec Aeronáutica Reserva	Compartilhada	Praças da Aeronáutica que deram baixa do serviço militar nos últimos 12 meses e que atiradores de tiro de guerra.
	Pronatec Marinha Reserva	Compartilhada	Praças da Marinha que deram baixa do serviço militar nos últimos 12 meses e que

DEMANDANTE	MODALIDADE DE DEMANDA	TIPO DE MODALIDADE DE DEMANDA*	atiradores de tiro de guerra. (Continuação) PÚBLICO BENEFICIÁRIOS
Ministério da Defesa (MD)	Pronatec Marinha Mercante	Compartilhada	Trabalhadores que atuam ou pretendam atuar no setor aquaviário
Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)	Pronatec Campo	Compartilhada	Público de agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais e da Reforma Agrária
Secretaria dos Direitos Humanos (SDJ)	Pronatec Pop Rua	Exclusiva	População em situação de Rua
	Pronatec Sistema Socioeducativo Fechado	Exclusivo	Jovens e adolescente em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado
	Pronatec Viver Sem Limite	Prioritária	Pessoas com deficiências
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)	Pronatec Brasil Maior	Compartilhada	Trabalhadores para os setores relacionados ao Plano Brasil Maior
Ministério das Comunicações (MC)	Pronatec Comunicações	Compartilhada	Trabalhadores que atuam ou pretendem atuar na área de produção, programação e distribuição de informações e dados sobre plataformas de radiodifusão ou telecomunicações.
Ministério da Justiça (MJ)	Pronatec Sistema Prisional	Compartilhada	Privados de liberdade em regime semiaberto e egressos de estabelecimentos penais.
	Pronatec Sistema Prisional em Regime Fechado	Exclusiva	Cumpridores de penas em Sistemas Penitenciários em regime fechado
Ministério da Previdência Social (MPS)	Pronatec reabilitação profissional	Prioritária	Trabalhadores em processos de reabilitação profissional
Ministério da Cultura (MC)	Pronatec Cultura	Compartilhada	Trabalhadores para atender as demandas do mercado cultural
Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)	Pronatec Pesca e Aquicultura	Compartilhada	Pescadores e aqüicultores que atuam ou pretendem atuar no setor pesqueiro e aquícola
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADE)	Pronatec Pro jovem Urbano	Exclusiva	Jovens que participam do Pro jovem urbano
	Pronatec EJA Técnico Integrado	Exclusiva	Egressos do ensino fundamental, inclusive na modalidade EJA e do Pro jovem urbano, com idade igual ou superior a 18 anos
	Pronatec EJA técnico concomitante	Compartilhada	Egressos do ensino fundamental, inclusive na modalidade EJA e do Pro jovem urbano, com idade igual ou superior a 18 anos.
	Pronatec EJA FIC	Compartilhada	Estudantes matriculados no ensino fundamental EJA, com idade igual ou superior a 15 anos e no ensino médio EJA com idade igual ou superior a 18 anos
Ministério da Integração Nacional (MIN)	Pronatec Defesa Civil	Exclusiva	Pessoas que atuam direta ou indiretamente em atividade relacionada à defesa civil
Secretaria Nacional da Juventude (SNJ)	Pronatec Juventude Viva	Exclusiva	Jovens em Situação de vulnerabilidade social.

Quadro 2. Tipos de Modalidade de Demanda e Beneficiários.

Fonte: MEC (2015); SENAI (2014).

O processo de pactuação de vagas conjuga-se na articulação entre parceiros demandantes e as instituições de ensino (ofertantes) no planejamento conjunto da oferta, de acordo com a demanda de formação profissional.

Nos estudos de Feres (2015, p.88) compreende-se que o processo de pactuação do Pronatec rompeu com a antiga lógica “ofertista”, “[...] por meio da qual as vagas e cursos eram definidos sem função dos interesses das instituições de ensino responsáveis pela oferta dos cursos”; e priorizou-se o atendimento as demandas do setor produtivo e do perfil do públicos prioritários.

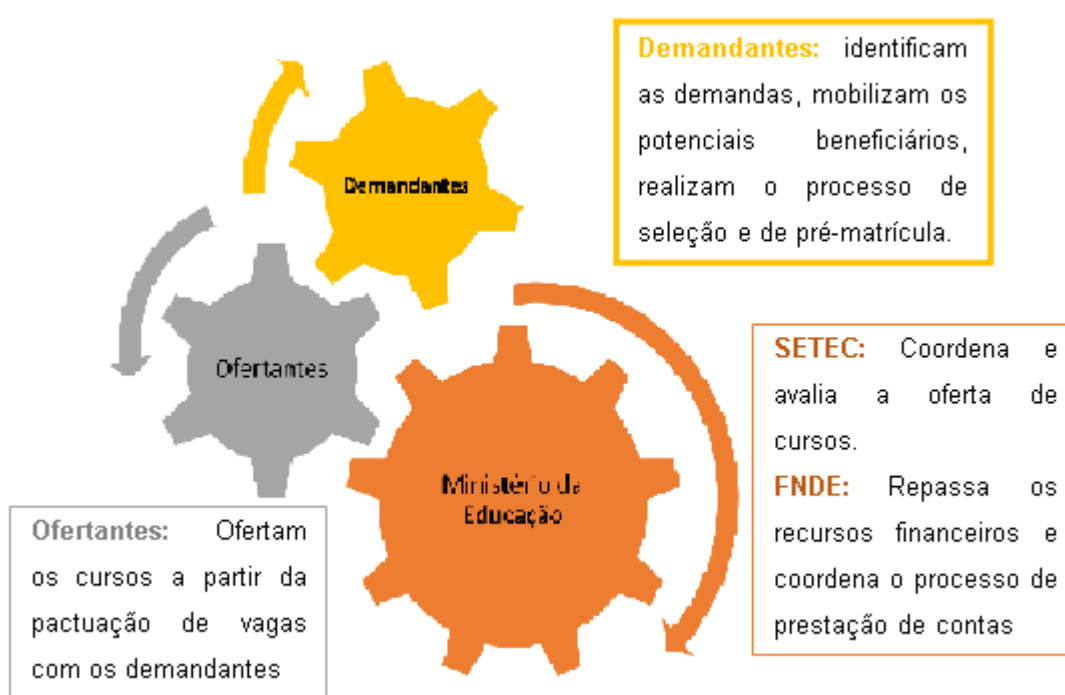


Figura 1. Modelo de Funcionamento da tríade Demandante – Ofertante – MEC.
Fonte: SETEC/ MEC (2013)

Antes anual, a partir de 2014 a pactuação passou a ocorrer duas vezes ao ano, ou semestralmente, com possibilidades de ajustes, processo esse chamado de Repactuação. Tanto a pactuação quanto a repactuação resultam de uma negociação entre demandantes e ofertantes, que resulta na listagem das ofertas a serem inseridas no Sistec. As condições para publicação das turmas no sistema são: a aprovação do demandante e a homologação das vagas. O processo é realizado com o seguinte fluxo:

1) Apresentação da demanda – negociação entre parceiro demandante e ofertante com reunião registrada em ata;

2) Parceiro ofertante realiza, no Sistec, a proposta de oferta,
 3) Gestor do parceiro demandante homologa a proposta de oferta,
 4) MEC, com base no Mapa de Demanda, analisa as ofertas e aprova ou reprova.

5) Após a aprovação do MEC, está firmada a Pactuação. No caso da repactuação o fluxo é mesmo.

Após esse processo, o ofertante passa a criar e publicar as turmas, com entendimento em conjunto com os demandantes sobre períodos e horários, organizando-se assim os processos de mobilização, pré-matrícula, primeira chamada de matrículas, segunda chamada de matrículas e início das aulas. Conforme Manual do Pronatec SENAI, versão 1 de novembro de 2013, em função da modalidade de demanda, a unidade ofertante, no ato de criação da turma deve atribuir um dos tipos – Exclusiva, Compartilhada, Preferencial - à oferta. (SENAI, 2013b).

Tipo	A quem se aplica	Prazos para oferta
Exclusiva	Turma que atenderá determinado perfil beneficiário. Será visualizada para inserção de pré-matrículas somente pela unidade ofertante que articulou essa oferta. Nessa modalidade não há disponibilização de vagas para inscrições online. Exemplo: MJ	Prazo para início das aulas de no mínimo sete dias após sua publicação no Sistec
Preferencial	Criada para tender determinada unidade demandante previamente acordada entre demandante e ofertante. A visualização da turma preferencial será restrita a unidade demandante para a qual foi criada, pelo período de dois dias para realização de pré-matrícula. Após esse período, caso ainda existam vagas disponíveis, a turma torna-se compartilhada e ficará visível para os demais demandantes. Exemplo: CRAS	Prazo para início das aulas é de no mínimo 25 dias e no máximo 90 dias após data da publicação da turma no Sistec
Compartilhada	A turma é visualizada por todas as unidades demandantes que pactuaram vagas para aquele curso, no mesmo município da unidade ofertante e pelas unidades demandantes das modalidades prioritárias. Exemplo: MTE	Prazo para início das aulas e de no mínimo 25 dias e, no máximo 90 dias após a data de publicação da turma.

Quadro 3. Descritivo dos tipos de modalidade de demanda
 Fonte: SENAI (2013b). Elaboração da autora.

Todos esses processos são realizados via Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional – SISTEC. O Sistec é um sistema informatizado do

Governo Federal, com o objetivo de promover mecanismos de registro e controle dos dados da Educação Profissional e Tecnológica no país e está em operação desde 2009, concentrando todos os dados referentes à Educação Profissional e Tecnológica. Para acessar o Sistec é obrigatório possuir senha cadastrada no Sistema de Segurança Digital do Ministério da Educação (SSD). Cada unidade, ofertante ou demandante possui um Interlocutor Sistec responsável pela inserção e fidedignidade das informações no Sistema. O Sistec possui manual de operacionalização próprio, editado pelo MEC, disponível na página do próprio Sistema. (SENAI, 2013b).

No Sistec as unidades ofertantes são responsáveis por inserir as informações requisitadas nos processos de pactuação de vagas, criar e publicar as turmas para visualização dos demandantes, confirmar as matrículas, fazer a gestão das informações referentes a frequência e a situação de cada um dos alunos matriculados, conclusão da turma e emissão dos certificados dos alunos aprovados.

As unidades demandantes respondem pela mobilização dos beneficiários para a ocupação das vagas dos cursos disponibilizados pelas unidades ofertantes, verificar se o aluno atende ao perfil prioritário, e inserir as pré-matrículas dos alunos conforme prazo previsto no Sistec.

Quando as vagas não são ocupadas em sua totalidade pelos encaminhamentos dos demandantes, as vagas remanescentes das turmas compartilhadas, são disponibilizadas para inscrição on-line. No site <http://pronatec.mec.gov.br/inscricao/>, o interessado pode fazer uma pesquisa dos cursos ofertados por Estado, município, Escolaridade ou Instituição, realizar a pré-matrícula, imprimir o protocolo e posteriormente confirmá-la na unidade ofertante em um prazo de 48 horas, mediante a apresentação que comprove o perfil indicado. As vagas que aparecem para busca são aquelas que não foram preenchidas pelo público prioritário de cada demandante dentro do prazo da inserção das pré-matrículas, por essa razão, disponibilizadas para demais públicos, conforme o quadro a seguir. A matrícula online, implantada a partir de 2013, possibilitou que o escopo do público beneficiário do programa se ampliasse, o que facilitou o acesso daqueles que por ventura, não se enquadrassem nos perfis prioritários.

BENEFICIÁRIO (PÚBLICO – ALVO)	DOCUMENTAÇÃO COMPATÍVEL COM O PERFIL
Estudantes do Ensino Médio da Rede pública, inclusive da Educação de Jovens e Adultos	Declaração de Matrícula do Ensino Médio em escolas da rede pública
Trabalhadores, inclusive agricultores, familiares, silvicultores, aquícultores, extrativistas e pescadores	Carteira de Trabalho assinada ou auto declaração
Beneficiários de programas federais de transferência de renda ou pessoas inscrita no Cadúnico	Número de Identificação Social (NIS) ou auto declaração
Pessoas com Deficiência	Auto declaração
Povos Indígenas, comunidades quilombolas ou outras comunidades tradicionais	Auto declaração
Reservistas das Forças Armadas (exército, marinha, aeronáutica) ou atiradores de tiro de guerra	Certificado de reservista com período máximo de 12 meses de baixa, ou cartão de identificação militar com identificação de Atirador de Tiro de Guerra
Estudantes que tenham cursado Ensino Médio Completo em Escola da Rede Pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral	Certificado de conclusão do Ensino Médio e Histórico Escolar que comprove ter cursado e concluído todas as séries de Ensino Médio em escola pública ou certificado de conclusão do Ensino Médio e declaração atestando a condição de bolsista integral em todas as series do ensino médio em instituição privada
Desempregados	Requerimento de benefício do seguro-desemprego ou termo de rescisão de contrato de trabalho ou auto declaração

*O recurso da **auto declaração** (de próprio punho), pode ser aceito em última instância, sendo que o beneficiário ficará responsável pela informação que fornece.

Quadro 4. Descrição do perfil e dos documentos a serem apresentados pelos alunos da matrícula online.

Fonte: SENAI (2014).

No caso dos cursos técnicos subsequentes, destinados aos egressos do ensino médio, um novo critério foi estabelecido em 2015 para ocupação das vagas remanescentes. Conforme Edital SETEC/MEC nº 05, de 25 de junho de 2015, as vagas remanescentes destinaram-se apenas aos estudantes que concluíram o ensino médio nos últimos três anos, ou seja, em 2012, 2013 ou 2014, independente da data de emissão do seu certificado, o que restringiu o número de beneficiários, e consequentemente, o preenchimento das vagas disponibilizadas.

Ao confirmar sua matrícula na unidade ofertante o aluno deve assinar o “Termo de Compromisso e Comprovante de Matrícula – Pronatec”, disponível no Sistec e impresso após o procedimento de matrícula. As confirmações de matrícula no Sistec seguem um fluxo de prazos estabelecidos pelo MEC, e detalhados na Figura 2. (SENAI, 2013b).



Figura 2. Esquema do fluxo de prazos estabelecidos pelo MEC para inserção e confirmação de matrículas no SISTEC.
Fonte: SENAI (2013b).

Caso o aluno queira desistir do curso, deve formalizar a situação indo até a unidade ofertante e preenchendo a declaração de desistência. A cada Cadastro de Pessoa Física – CPF, é permitida a matrícula em três cursos FIC, por ano. Caso o beneficiário abandone o curso oferecido no âmbito da Bolsa-Formação Trabalhador, não poderá realizar matrícula para novo curso por um período de três anos. Essa proibição não se aplica aos casos em que se apresenta a justificativa para a desistência que podem ser: incompatibilidade de horário gerado pela aceitação de oferta de emprego, mudança de município ou residência, doença grave ou outro de força maior. Todas as situações de desistência, assim como as demais situações de matrículas são registradas no Sistec, e interferem no cômputo de horas para repasse do valor aluno/hora/aula do MEC para os Ofertantes. (SENAI, 2013b).

O Programa prevê repasse de recursos para os ofertantes, nas modalidades chamadas Bolsa-Formação. Com base nos dados informados no Sistec, o MEC realiza a conciliação de vagas e o cômputo de horas, processo pelo qual calcula o número de horas/aluno oferecido por cada parceiro ofertante. O valor dessas horas/aluno é comparado ao valor transferido ou descentralizado ao parceiro, para determinar o saldo, credor ou devedor da União. Esse cálculo é realizado a partir da

quantidade de matrículas registradas no Sistec, multiplicado pela carga horária de cada curso e pelo valor do custeio, mais a assistência estudantil. Dessa forma, são verificadas as confirmações de matrículas e cancelamentos realizados no mês anterior e estas informações repassadas para a apropriação de receitas das unidades executoras das matrículas /turmas, conforme suas competências. (SENAI, 2013b).

Para efeitos de cálculo, são considerados os valores abaixo. Para o cálculo de turmas FIC é considerada a fórmula N^o de matrículas X Carga horária do curso X valor total. Já o cálculo dos cursos Técnicos considera N^o de matrículas X 400h X valor total, sendo pagas 400 hora/aluno a cada 6 meses e o pagamento do saldo para completar a carga horária total do curso repassado no último semestre do curso conforme Tabela 1.

Tabela 1. Descritivo de valores base para cálculo do pagamento do custeio do curso Pronatec ao ofertante.

Período	Valor de custeio H/a (Repassa para o ofertante)	Valor de Assistência Estudantil h/a (Repassa para o aluno)	Valor Total
Data de início do curso inferior a 06/02/2012	R\$ 8,00	R\$ 0,50	R\$ 8,50
Data de início do curso entre 06/02 a 30/06/2012	R\$ 8,00	R\$ 1,00	R\$ 9,00
Data de início do curso superior a 30/06/2012	R\$ 8,00	R\$ 2,00	R\$ 10,00

Fonte: Senai (2013b).

Além da homologação de vagas, gerenciamento e repasse dos recursos cabe ao MEC o monitoramento e avaliação das ofertas, conforme Resolução CD/FNDE nº3, de 16 de março de 2012. Para isso, o MEC faz o acompanhamento sistemático e contínuo a partir de relatórios extraídos do Sistec, atendimento a denúncias, ou realiza visitas *in loco* para verificação. Conforme dados do SETEC/MEC (2013), no ano de 2012 foram realizadas 100 visitas *n loco* e 376 no ano de 2013 (Gráfico 1).

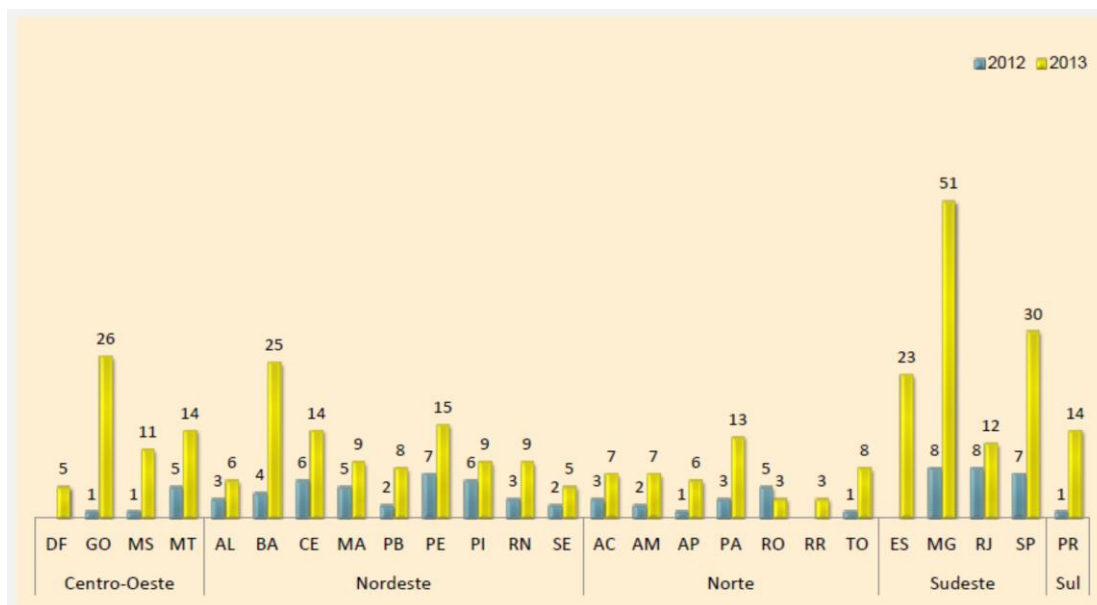


Gráfico 1. Unidades de ensino monitoradas pelo MEC entre 2012 e 2013.
Fonte: SETEC/MEC (2013).

As regiões mais “visitadas” pelo MEC foram Sudeste (139), Nordeste (138), seguidas por Centro-Oeste (63) e Norte (62), e Paraná (15). Não obstante, o SENAI foi a rede ofertante que recebeu o maior número de visitas, mas que, conforme aponta o Gráfico 2, também ofertou o maior número de vagas para o programa.

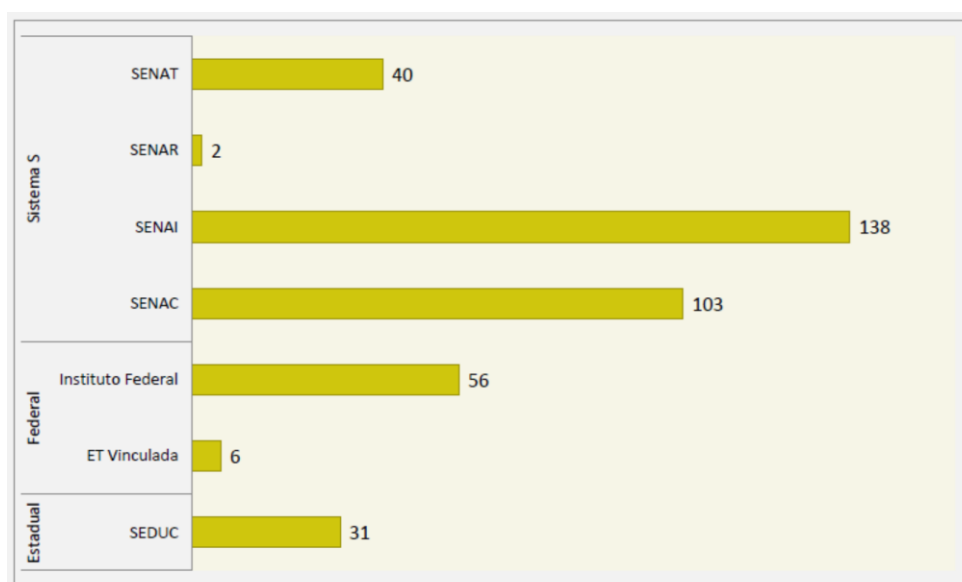


Gráfico 2. Redes ofertantes monitoradas entre 2012-2013.
Fonte: SETEC/MEC (2013).

Dados do SETEC/MEC (2013) dão o demonstrativo do número de matrículas realizadas, dentro de cada uma das iniciativas agrupadas pelo Programa, entre os anos de 2011 e 2013 (Tabela 2).

Tabela 2. Matrículas Pronatec entre os anos 2011 e 2014 por iniciativas do programa.

CURSOS TÉCNICOS		2011	2012	2013	2014*	Total
Bolsa Formação	Previsto	9415	99.149	151.313	151.313	411.190
	Executado	0	101.541	304.966	28.823	435.330
Brasil Profissionalizado	Previsto	33.295	90.563	172.321	233.781	529.960
	Executado	82.823	79.770	70.355	0	232.948
E-TEC	Previsto	74.000	150.000	200.000	250.000	674.000
	Executado	75.364	134.341	137.012	0	346.717
Acordo com o Sistema S	Previsto	56.416	76.119	110.545	161.389	404.469
	Executado	85.357	102.807	132.289	0	320.453
Rede Federal EPCT	Previsto	72.000	79.560	90.360	101.160	343.080
	Executado	117.621	119.274	121.958	7.788	366.641
CURSOS FIC		2011	2012	2013	2014	Total
Bolsa Formação	Previsto	226.421	590.397	743.717	1.013.027	2.574.102
	Executado	22.876	531.101	1.243.047	356.746	2.153.770
Acordo como o Sistema S	Previsto	421.723	570.020	821.965	1.194.266	3.007.974
	Executado	582.931	733.223	844.561	2.160.735	4.321.450
Total Geral Fic + Técnicos		967.772	1.802.057	2.854.208	393.357	6.016.594

* até 03/03/2014. Fonte: GEEE(2015) SETEC/MEC (2013).

Os números, além de expressivos, são progressivos, e demonstram que o maior número de matrículas permaneceu com a iniciativa do Acordo com o Sistema S. Essa percepção é ilustrada no Gráfico 3 produzido pela SETEC/MEC (2013), o qual explicita o percentual de matrículas realizadas por ofertantes, em 19/11/2013.

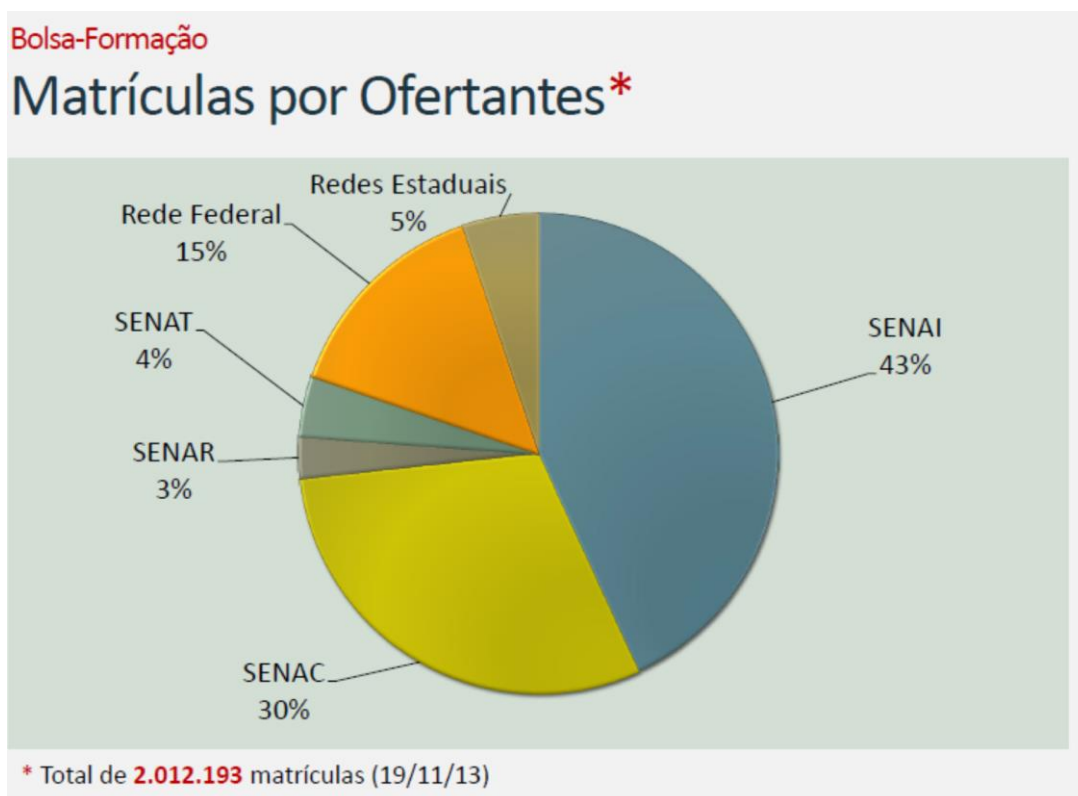


Gráfico 3. Demonstrativo de percentual de matrículas por ofertantes em 2013.
Fonte: SETEC/MEC (2013)

No desdobramento das matrículas por demandantes, visualiza-se no Gráfico 4 que o público mais beneficiado com o programa foi o do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, seguido pelas inscrições online, da Secretaria de Educação e Cultura – SEDUC. O público do MDS contempla pessoas cadastradas no CadÚnico²², jovens e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto e jovens em situação de vulnerabilidade social que participam do Projeto Vira Vida. Já os beneficiários do SEDUC são os estudantes do ensino médio da rede pública de ensino.

²² O Cadastro Único (CadÚnico) é um sistema que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, para que possam ter acesso aos programas Sociais do Governo Federal. Entende-se por família de baixa renda aquela que possui renda mensal de até meio salário mínimo per capita; ou renda mensal total de até três salários mínimos, ou seja, que a soma de todos os salários do grupo familiar seja de até três salários mínimos. (Brasil, 2015)

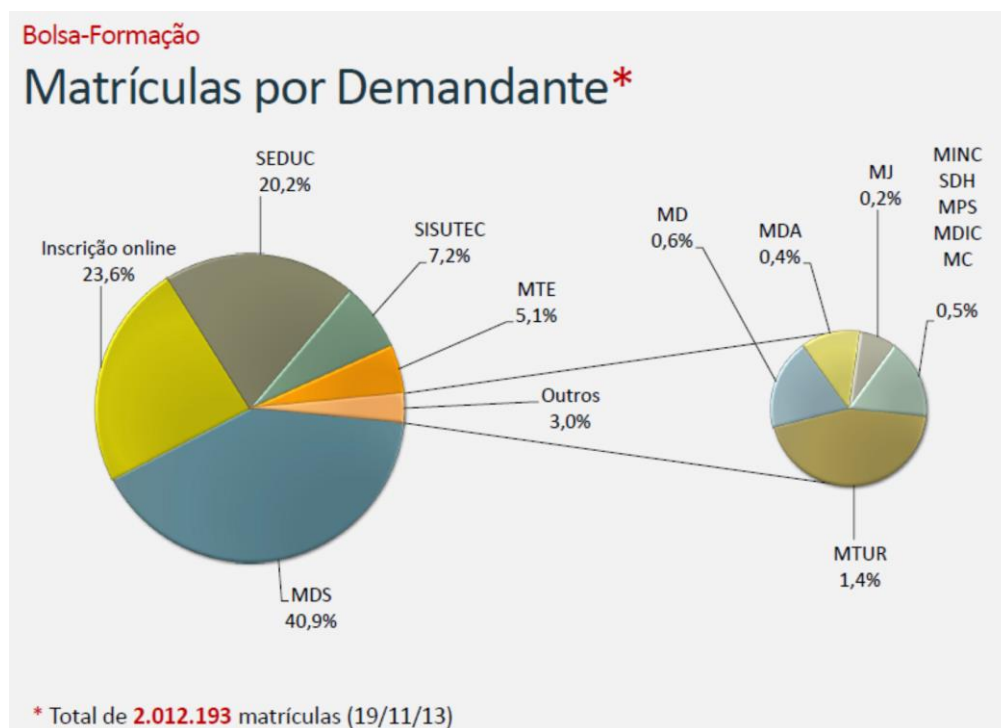


Gráfico 4. Demonstrativo de percentual de matrículas por demandantes em 2013.
Fonte: SETEC/MEC (2013).

Em trinta de julho de 2014, o caderno educação do Portal UOL educação (UOL, 2014) já divulgava que o Pronatec estava perto de atingir a meta de oito milhões de vagas em cursos de formação profissional. O mesmo veículo informou e analisou que um dos sinais de que o Governo Federal estava satisfeito com os resultados do Programa foi o pronunciamento da Presidente Dilma Rousseff, realizado em 18/07/2014, na ocasião do lançamento da segunda etapa do programa (Pronatec 2.0)²³. Neste período houve a promessa da oferta de doze milhões de vagas a partir de 2015, distribuídas em duzentas e vinte áreas de cursos técnicos e seiscentas e quarenta e seis áreas de curso de qualificação.

Embora em abril de 2015, a Presidente tenha anunciado que iria transformar o Pronatec em Programa de Estado para garantir sua continuidade, esse não escapou dos cortes no orçamento praticados pelo governo em maio, quando o Ministério da Educação perdeu 9,5 bilhões de seu orçamento. Em junho de 2015, após o dois adiamentos nas inscrições, foi anunciado que somente um terço das vagas propaladas seriam ofertadas, ou seja um milhão de vagas e não três milhões.

²³ Segunda versão do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), Pronatec 2.0, foi oficialmente lançado em cerimônia no Palácio do Planalto, em Brasília (DF), em 18/06/2014, com a promessa de oferecer 12 milhões de vagas em 220 cursos técnicos e em 646 cursos de qualificação a partir de 2015. (BRASIL, 2014)

A crise econômica que despontou no cenário Brasileiro continuou a provocar cortes e severos ajustes fiscais, e a educação também sofreu com esse “ajuste”. Da já ajustada previsão de 1 milhão de vagas, somente 288 mil se efetivaram, e apenas para 333 municípios, em verdade o corte reduziu mais de 60 % das vagas.

Entre os anos de 2011 a 2015, foram investidos mais de 15 bilhões no Pronatec, que geraram cerca de 6.304.594 matrículas. A maior parte deste investimento permaneceu na iniciativa da bolsa-formação, como apresentado na Tabela 3.

Tabela 3. Demonstrativo de Investimentos no Pronatec entre 2011 e 2015, por Iniciativa, no Brasil

Iniciativa	Investimento no período
Bolsa Formação	8.284.725.453,81
Expansão e reestruturação da Rede Federal	5.199.892.371,84
Rede e-Tec Brasil	556.567.615,83
Brasil Profissionalizado	1.049.931.687,80
Total	15.091.117.129,28

Fonte: CGEE (2015) Siafi Gerencial. Elaborado pela Setec/MEC

Em 2013, o MEC/SETEC (2013) sinalizou algumas medidas para avaliação do programa, mas poucos são os resultados divulgados. Entre as ações previstas estavam as parcerias com o Centro de Gestão e estudos Estratégicos CGEE para elaboração do Mapa da Educação Profissional; com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira – INEP para desenvolvimento de um sistema de avaliação dos cursos técnicos e com o Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicadas (IPEA) para a avaliação de egressos dos cursos técnicos e FIC. O CGEE desenvolveu o Mapa da Educação Profissional e Tecnológica do Brasil, apresentado em 2015, no qual apresentou dados para subsidiar da oferta da EPT no Brasil. Já os sistemas de avaliações ainda não estão vigentes.

O SENAI, responsável pelo maior número de ofertas e matrículas na iniciativa da Bolsa-Formação, realiza desde 2011 pesquisas de acompanhamento de egressos por meio do Sistema de Acompanhamento de Egressos do SENAI, para verificar eles estão empregados e atuando na área de formação. Segundo dados do SENAI (2016), 70% dos egressos estão no mercado de trabalho. Também são realizadas avaliações ao final dos cursos técnicos, o SAEP – Sistema de Avaliação da Educação profissional e Tecnológica, que observa se o aluno está entre os níveis de conhecimento abaixo do básico, básico, adequado ou avançado. Na pesquisa de

2015, dos mais de 44mil egressos que realizaram a prova no país, 32.075 ou 71,5% obtiveram nota entre os níveis adequado e avançado. Por estados, os alunos que apresentaram resultados nessas duas faixas foram: Sergipe (82,7%), São Paulo (82,6%), Santa Catarina (80,8%) e o Paraná (78,3%), seguidos de Minas Gerais (74,9%), Bahia (74,8%) e Espírito Santo (74,7%). Entre esses alunos, estão os egressos das turmas Pronatec desenvolvidas pela instituição, não sendo possível fazer o desmembramento apenas para os alunos beneficiários do Pronatec. (FIEP, 2015).

4.1.1 Bolsa-Formação Trabalhador Brasil Sem Miséria

Conforme MEC (2012) o Plano Brasil sem Miséria – BSM, foi estabelecido pelo Decreto Federal nº 7.492 de 02 de junho de 2011, com a finalidade de “[...] superar a situação de extrema pobreza da população em todo território nacional, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações”. (MEC, 2012, p18).

O Pronatec articula-se como Brasil Sem Miséria - BSM, por meio da parceria entre Ministério do Desenvolvimento Social - MDS e Ministério da Educação – MEC, para criação de oportunidade de qualificação profissional para pessoas inscritas no CadÚnico, com prioridade de atendimento ao público beneficiário do BSM. A este público foram ofertados os cursos FIC, com carga horária mínima de 160 horas, com a articulação do Inclusão Produtiva, eixo que compõe o BSM e busca proporcionar o acesso a população de extrema pobreza a oportunidade de ocupação e renda. (MEC, 2012).

No âmbito do BSM, as iniciativas de inclusão produtiva urbana vão reunir ações de estímulo à geração de ocupação e renda via empreendedorismo individual, de economia solidária, de oferta de orientação profissional e de cursos de qualificação profissional, bem como à intermediação de mão-de-obra para atender as demandas das áreas públicas e privada. (MEC, 2012, p.18).

Essas ações são efetivadas por meio do incentivo à:

- Intermediação de mão-de-obra, que objetiva (re)colocar o trabalhador no mercado de trabalho por meio do SINE – Sistema Nacional de Emprego.
- Empreendedorismo Individual, que visa a estimulação da formalização jurídica de pessoas que trabalham de forma autônoma, com incentivos

como isenção a tributos federais, benefícios previdenciários de aposentadoria, salário maternidade e auxílio doença.

- Economia Solidária, que trata de um conjunto de atividades econômicas organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores na forma coletiva e autogestionária.

Outra ação contempla a criação do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho, o ACESSUAS – TRABALHO, para promoção da integração do público do BSM ao mundo do trabalho. Conforme MEC (2012), as ações desse programa promovem atividades de informação ou orientação, visando a movimentação e circulação de informações sobre as ofertas e possibilidades de cursos FIC e de inclusão produtiva. Verifica-se que o ACESSUAS se mostrou como uma importante ferramenta para a mobilização do público beneficiário aos cursos ofertados pelos Pronatec. Os municípios contemplados pelo Programa ACESSUAS recebem do Governo Federal recursos para desenvolver ações de identificação e busca ativa de público alvo, sensibilização para participação nos cursos FIC, divulgação dos cursos, e inserção dos dados no beneficiário no Sistec para encaminhamento de pré-matrícula. (MEC, 2012).

Ainda dentro do Plano Brasil sem Miséria, outro eixo articulou-se com o Pronatec, o de acesso a serviços públicos, que trata do fornecimento e da ampliação dos serviços e das ações de cidadania e de bem estar social. Nessa pauta está a saúde bucal, tratada pelo programa Brasil Sorridente. (BRASIL, 2014).

Em 2014 o Ministério da Saúde (MS) e o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) firmaram parceria para articular o Brasil Sorridente e o Pronatec/BSM, criando oportunidade para o atendimento odontológico do público matriculado em cursos Pronatec. (BRASIL, 2014).

Essa política contribui para a eliminação de barreiras impostas pelo mercado, com a colocação de próteses dentárias, por exemplo. O encontro dessas políticas, associado aos programas de transferência de renda, aumenta as oportunidades de o cidadão obter melhores chances de inserção qualificada no mundo do trabalho. (BRASIL, 2014, p.3)

Na primeira etapa da parceria foram contemplados 271 municípios, de vinte e cinco estados, para prestação dos serviços de atenção primária, como promoção de saúde bucal, consultas, exames, restaurações, profilaxia, tratamento periodontal, tratamento endodôntico (conforme disponibilidade técnica e de equipamento),

exodontias de decíduos e permanentes, diagnóstico precoce de patologias em tecido duro ou mole e reabilitação protética. (BRASIL, 2014).

4.2 Pronatec 2.0 e a Formação Empreendedora

O Pronatec 2.0 fortaleceu em seu bojo a proposta de uma educação profissional voltada ao empreendedorismo. Em setembro de 2013 o Acordo de Cooperação Técnica nº 50/2013 foi celebrado entre Ministério da Educação – MEC e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, com o objetivo de implantação do Pronatec Empreendedor. O intuito do Acordo foi o de “[...] difundir a cultura empreendedora em cursos técnicos de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada oferecidos por intermédio do Bolsa-Formação”. (MEC, 2013).

Tal iniciativa seria operacionalizada por meios da Sensibilização, Capacitação e Premiação.

1) **Sensibilização:** essa etapa tem por objetivo a sensibilização de alunos, professores e escolas para o tema empreendedorismo por intermédio da distribuição de cartilha e vídeo blog para estudantes, de cartilha para professores e do Baú do Saber²⁴ para o acervo da biblioteca da escola ofertante. Para esta etapa cabe ao Sebrae a produção e reprodução do kit de materiais para as escolas, com a devida MEC e a elaboração e reprodução da publicação do vídeo para os alunos e professores.

2) **Capacitação:** também contempla ações para alunos e professores. Aos alunos prevê a incorporação de conteúdos sobre empreendedorismo com carga horária de 24 a 52 horas que abrange as competências: compreender o mercado de trabalho e o mundo do trabalho com vistas ao desenvolvimento do seu projeto de vida; identificar os tipos de empreendedorismo e suas características e reconhecer a importância de atitudes empreendedoras para o seu projeto de vida e construir um plano de vida e carreira. Aos professores delegou-se a responsabilidade pelo desenvolvimento de conteúdos relativos ao empreendedorismo, havendo para isso a oferta de capacitação de professores a distância, no formato *online*, com duração de

²⁴ O Baú símbolo da parceria da escola com o Sebrae é composto entre outras coisas por publicações sobre empreendedorismo, guia com recomendações de sites e filmes que tratam do tema, banner, cartilha com apresentação do Pronatec Empreendedor, marcadores de livro, etc. (MEC, 2013).

32 horas que com os estudantes, contempla o repasse e o estudo referente à formação de alunos e um módulo voltado para a aplicação de objetos de aprendizagem em contextos diferenciados.

Ao Sebrae coube a elaboração e aplicação da capacitação inicial e continuada de professores, o desenvolvimento dos conteúdos para a disciplina de empreendedorismo e reprodução dos materiais e ainda o desenvolvimento e financiamento de especialização/mestrado em educação empreendedora. Entre os compromissos do MEC estão a aprovação do material a ser reproduzido e promover a incorporação dos conteúdos sobre empreendedorismo nos cursos oferecidos por intermédio do Bolsa-Formação.

3) **Premiação:** reconhecimento de experiências exitosas realizadas por alunos e professores com o Concurso de Objetos de Aprendizagem e, uma outra frente de premiação na modalidade equipe, formada por estudantes, professores e gestores ligados ao Pronatec. Ao Sebrae incumbiu-se a elaboração do regulamento para os concursos e a integração da comissão julgadora. Ao MEC coube a participação das etapas referentes à premiação, compondo a comissão julgadora e a disponibilização dos objetos de aprendizagem vencedoras em seu site. (MEC, 2013).

O referido acordo não previu a transferência de recursos financeiros entre os partícipes, atribuiu-se a cada uma os recursos necessários a consecução de suas obrigações. Entretanto, considera a possibilidade ao dispor no parágrafo único da cláusula sexta que as ações que dependam de repasse de recursos financeiros serão tratadas por instrumentos específicos, de acordo com a legislação aplicável à parceria. (MEC, 2013).

Até o primeiro semestre de 2015 eram 15 os cursos alcançados, já no segundo semestre, 55 novos cursos foram incluídos nessa iniciativa, inclusive os de habilitação técnica, ampliando o rol para 70 cursos. Na Nota Informativa 020/2013, o MEC informava que em reuniões realizadas com a participação de ofertantes da Bolsa-Formação, do MEC e do Sebrae, definiram-se que no ano de 2013 o Pronatec Empreendedor seria realizado nos cursos: Cabeleireiro, Cuidador de idoso, Promotor de vendas, Montador e reparador de computador, Técnico em informática, Eletricista residencial, Motorista de transporte escolar, Pedreiro de alvenaria, Pintor de obras, Técnico em agroindústria, Bovinocultor de leite, Fruticultor, Horticultor orgânico, Salgadeira, Manicure e Pedicure.

A mesma Nota Informativa descrevia que as instituições ofertantes deveriam a partir de setembro de 2013, agregar o módulo “Plano de Vida e Carreira, com carga horária de 24 horas aos cursos descritos. Citava ainda os módulos “Atitudes Empreendedoras”, com 16 horas e, “Mundo do Trabalho”, com 12 horas, que poderiam ser integradas ao currículo dos 15 cursos. Orientava ainda o conteúdo correspondente a carga horária de 24 horas a ser desenvolvido por meio de uma disciplina específica ou em algum componente curricular já existente.

Em junho de 2015, a Nota Informativa 122/2015 comunicava que até o primeiro semestre o Pronatec Empreendedor havia capacitado 4.447 professores, 2.177 escolas e 131.418 estudantes, e em função disto iniciava a expansão do número de cursos que poderiam a partir do segundo semestre, ter o conteúdo de empreendedorismo incorporado em seus currículos. Neste ato foi incorporado os outros 55 cursos, que elevou ao número de 70, os cursos abarcados pela iniciativa.

Após esta Nota Informativa os cursos contemplados com o Pronatec Empreendedor foram:

a) Cursos FIC - Açougueiro, Agente cultura, Agricultor familiar, Agricultor Orgânico, Alfaiate, Apicultor, Artesão de bio joias, Artesão de bordado a mão, Artesão de cerâmica, Artesão de pintura em tecido, Auxiliar de confeitaria, Auxiliar de cozinha, Auxiliar de Padeiro, Barbeiro, Bovinocultor de corte, Carpinteiro de obras, Churrasqueiro, Condutor de turismo da pesca, Condutor de turismo de aventura, Condutor de turismo de centros históricos e culturais, Confeccionador de bijuterias, Confeccionador de bolsas, Confeccionador de calçados, Costureiro, Cozinheiro, Cuidador infantil, Depilador, Fotógrafo, Garçom, Gesseiro, Jardineiro, Maquiador, Marceneiro, Massagista, Mecânico de automóveis leves, Meliponicultor, Mestre de obras, Operador de Computador, Organizador de eventos, Padeiro, Pescador, Piscicultor, Pizzaiolo, Preparador de doces e conservas, Produtor agropecuário, Programador de sistemas, Recriador cultural, Suinocultor, Vendedor, Vidraceiro, Bovinocultor de leite, Cabeleireiro, Cuidador de idoso, Eletricista Instalador residencial de baixa tensão, Fruticultor, Horticultor orgânico, Manicure e pedicure, Montador e reparador de computadores, Motorista de transporte escolar, Pedreiro de Alvenaria, Pintor de obras imobiliárias, Promotor de vendas e Salgadeiro.

b) Cursos Técnicos – Técnico em: Eletrotécnica, Mecatrônica, Mecânica, Programação e Redes de Computadores, Administração, Informática e Agroindústria.

Conforme divulgado pelo Sebrae no Portal do Pronatec Empreendedor, o programa baseia-se na perspectiva do auto emprego, além do desenvolvimento de competências empreendedoras que são fundamentais para a trabalhabilidade, como componente da dimensão produtiva da vida social. Descreve que a qualificação é peça chave para o processo de pensar o projeto de futuro pessoal e profissional de forma empreendedora, surgindo a necessidade de estabelecer metas, definir estratégias e meios para alcançá-las.

Não aprofundaremos neste estudo o discurso do empreendedorismo dentro da política de formação do Pronatec, contudo é salutar que o Pronatec Empreendedor pode ser entendido como uma “tábua de salvação” em meio ao mar de excluídos no mercado de trabalho, presentes na economia informal, destituídos da proteção formal e dos direitos trabalhistas.

Nesse sentido, Deitos (2006) alerta para o vigente modelo de educação profissional, estruturados nos conceitos de empregabilidade polivalente e trabalho autônomo, embutidos na formação do aprender a aprender. Em tal perspectiva, habilita-se o indivíduo para a competição no mercado de trabalho, sem, no entanto, garantir o emprego. Propõe-se então a possibilidade do trabalho autônomo, a necessidade de ser empreendedor e buscar alternativa para sobreviver fora das relações de emprego. Essa prática justifica a não integração, pela culpabilização do indivíduo pelo seu próprio fracasso em não se inserir no mundo do trabalho.

4.3 O Pronatec no Paraná e em Cascavel: uma Análise da Oferta da Educação Profissional

Schwartzman e Castro (2013) informam que ao final dos anos 1990, aumentou a preocupação do governo federal com sua rede de centro de formação profissional, os CEFET's. Tal preocupação procedia de que estes haviam se transformado na prática em

[...] cursos preparatórios para o ingresso nas universidades mais competitivas, atendendo predominantemente a estudantes de classes média e alta que conseguiam acesso através de exames de seleção, os “vestibulinhos”. (SCHWARTZMAN e CASTRO, 2013, p. 594).

A partir disto, requereu-se que os CEFET's diminuíssem as matrículas no Ensino Médio convencional e concentrassem seu trabalho no atendimento da formação profissional e nos ramos técnicos, separados do âmbito acadêmico. A partir do Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004, se restabeleceu a possibilidade da integração e da formação básica e profissional de forma orgânica no currículo, em contraponto ao o Decreto nº 2.208/1997, que instituiu a formação dual.

Kuenzer (1997) considera que tal Decreto mostrou-se oportunista ainda no sentido de restringir os custos com a educação profissional das Escolas Técnicas Federais (ETF's) e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), financiado pelo poder público federal, os quais, segundo discurso oficial, não atingem os trabalhadores e se revestiam de características mais propedêuticas do que profissionalizantes.

A Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, instituída no governo Lula interrompeu essa orientação, transformando os CEFET's em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, para que estes passassem a oferecer também cursos de nível universitário de graduação e pós-graduação. Estava instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Ainda em 2008, foi incorporado na Lei de Diretrizes e Bases (nº 9.394/1996) por meio da Lei nº 11.741, o Decreto nº 5.154, apresentando a seção VI-A, denominada Educação Profissional de Nível Médio, que prevê sua organização pelas formas: (i) articulada (integrada e concomitante) com o Ensino Médio; e (ii) subsequente, em cursos destinados a quem já concluiu o Ensino Médio.

Assim, os novos conceitos presentes na legislação educacional incluem as categorias: Ensino Médio Integrado; Ensino Médio Normal/Magistério; e Educação Profissional nas formas concomitantes, subsequente ou mista. (SEED, 2014). No Paraná, foram criados sete Institutos Federais – IF, nas cidades de Curitiba, Foz do Iguaçu, Jacarezinho, Paranaguá, Paranavaí, Telêmaco Borba, e Umuarama. Fundou-se ainda oito Universidade Tecnológicas - UT, nas cidades de Curitiba, Pato Branco, Dois Vizinhos, Medianeira, Apucarana, Londrina, Francisco Beltrão e Toledo. Na Figura 3 é possível verificar o Mapa com a distribuição e localização dos Institutos Federais, Universidades Tecnológicas, CEFETS e Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades, que compõe a Rede Federal de Educação Profissional.

O Boletim do Censo da Educação Profissional 2015, elaborado pela Secretaria de Educação do Paraná, apresenta um resumo dos resultados do censo escolar da educação básica de 2015. A Tabela 4 ilustra um comparativo da matrícula inicial na educação profissional por etapa de ensino e dependência administrativa no Paraná nos anos de 2009 e 2015. No total por dependência administrativa somam-se as matrículas nas modalidades Ensino Médio Integrado, Ensino Médio Normal Magistério, Educação Profissional Nível Técnico (subsequente e concomitante), PROEJA, e Formação Inicial Continuada – FIC, também entre o EJA Integrado, tal qual o PROEJA²⁵.

Tabela 4. Comparativo da matrícula inicial da Educação Profissional por etapa de Ensino e Dependência Administrativa, no Paraná, entre os anos de 2009 e 2015.

Ano	DTA	Matrícula Inicial					Total de Matrículas
		E.M. Integrado	E.M Normal /Magistério	E. Profissional Nível Técnico (1)	Proeja (2)	FIC (3)	
2009	Estadual	21.247	23.796	21.677	1.631	0	68.351
	Federal	2.943	0	9.267	353	0	12.563
	Privada	242	444	21.196	251	7	22.140
	Total	24.432	24.240	52.140	2.235	7	103.054
2010	Estadual	24.767	24.782	29.135	1.723	1.089	81.496
	Federal	3.013	0	7.325	398	0	10.736
	Privada	460	433	20.829	221	0	21.943
	Total	28.240	25.215	57.289	2.342	1.089	114.175
2011	Estadual	26.955	23.082	31.969	1.481	742	84.229
	Federal	3.522	0	3.181	403	0	7.106
	Privada	606	346	20.330	294	11	21.587
	Total	31.083	23.428	55.480	2.178	753	112.922
2012	Estadual	28.127	21.753	30.839	1.150	381	82.250
	Federal	3.809	0	3.478	297	0	7.584
	Privada	813	279	20.257	0	0	21.349
	Total	32.749	22.032	54.574	1.447	381	111.183
2013	Estadual	28.047	20.523	28.488	763	0	77.821
	Federal	3.830	0	3.042	138	0	7.010
	Privada	987	280	21.539	0	0	22.806
	Total	32.864	20.803	53.069	901	0	107.637
2014	Estadual	27.256	18.459	26.609	578	0	72.902
	Federal	4.263	0	2.822	88	0	7.173
	Privada	1.021	198	36.931	0	0	38.150
	Total	32.540	18.657	66.362	666	0	118.225

²⁵ Curso Integrado ao Ensino Médio: destinado à alunos que já concluíram 8ª Série/9º ano; Curso Subsequente ao Ensino Médio: destinado à alunos que já concluíram o Ensino Médio e desejam obter uma profissionalização; PROEJA - Cursos Técnicos Integrados na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos: destinados aos jovens e adultos que concluíram o Ensino Fundamental e buscam a formação no Ensino Médio integrado à formação Técnica profissional sob a forma de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Ano	DTA	E.M. Integrado	E.M Normal /Magistério	E. Profissional Nível Técnico (1)	Proeja (2)	FIC (3)	(Continuação) Total de Matrículas
	Estadual	26.533	17.312	24.072	348	0	68.265
	Federal	4.437	-	7.544	14	2	11.997
2015	Privada	1.167	197	34.182	17	6.148	41.711
	Total	32.137	17.509	65.798	379	6.150	121.973

Fonte: Seed/Sude/Diplan - Coordenação de Informações Educacionais

(1) Educação Profissional Subsequente e Concomitante

(2) Educação de Jovens e Adultos Integrado a Educação Profissional de Nível Médio

(3) Educação de Jovens e Adultos Integrado a Educação Profissional de Nível Fundamental

A Tabela 5 demonstra um expressivo aumento do percentual total de matrículas no ano de 2010, com um percentual que ultrapassa 10,80% em relação ao ano de 2009, quando foi criada a Rede Tecnológica. Esses números sofrem pequenas quedas nos anos de 2011 a 2013, volta a crescer em 2014 e 2015.

Entretanto, uma apreciação mais aprofundada nesses números indica que o aumento das matrículas não se deu somente nas escolas Estaduais e Federais, pois a rede privada mostrou-se como uma influência considerável nesses índices.

Tabela 5. Evolução de matrículas por dependência administrativa no Paraná, entre os anos de 2009 e 2015

Dependência Administrativa					
Ano	Estadual	Federal	Privada	Total	Percentual em relação ao ano anterior (%)
2009	68.351	12.563	22.140	103.054	*
2010	81.496	10.736	21.943	114.175	10.80
2011	84.229	7.106	21.587	112.922	-1,09
2012	82.250	7.584	21.349	111.183	-1.54
2013	77.821	7.010	22.806	107.637	-3,18
2014	72.902	7.117	38.150	118.225	8.95
2015	68.265	11.997	41.711	121.973	3.17
Total	535.314	64.113	189.686	789.169	*

Fonte: Seed/Sude/Diplan (2015)

Para fins de análise tomaremos como referencial as matrículas nas modalidades Ensino Médio Integrado e Ensino Profissional de Nível Técnico, por serem as modalidades que tem envolvimento mais amplo das três esferas de dependência administrativa (Tabela 6).

Tabela 6. Matrículas na modalidade Ensino Médio Integrado, por Dependência Administrativa entre 2009 e 2015, no Paraná.

DTA	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Estadual	21.247	24.767	26.96	28.127	28.047	27.256	26.533
Federal	2.943	3.013	3.522	3.809	3.83	4.263	4.437
Privada	242	460	606	813	987	1.021	1.167
Total	24.432	28.240	4128	32.749	29.034	32.540	32.137

Fonte: Seed/Sude/Diplan (2015)

Na modalidade Ensino Médio Integrado, o predomínio no número de matrículas permanece com a rede estadual de educação, seguida pelas redes Federal, e com pouca representatividade, na rede particular. Contudo, embora a Rede estadual tenha apresentado um decréscimo de matrículas a partir de 2013, o mesmo não ocorreu com as demais esferas que permaneceram com os índices crescentes de matrícula ano a ano, como mostra o Gráfico 5.

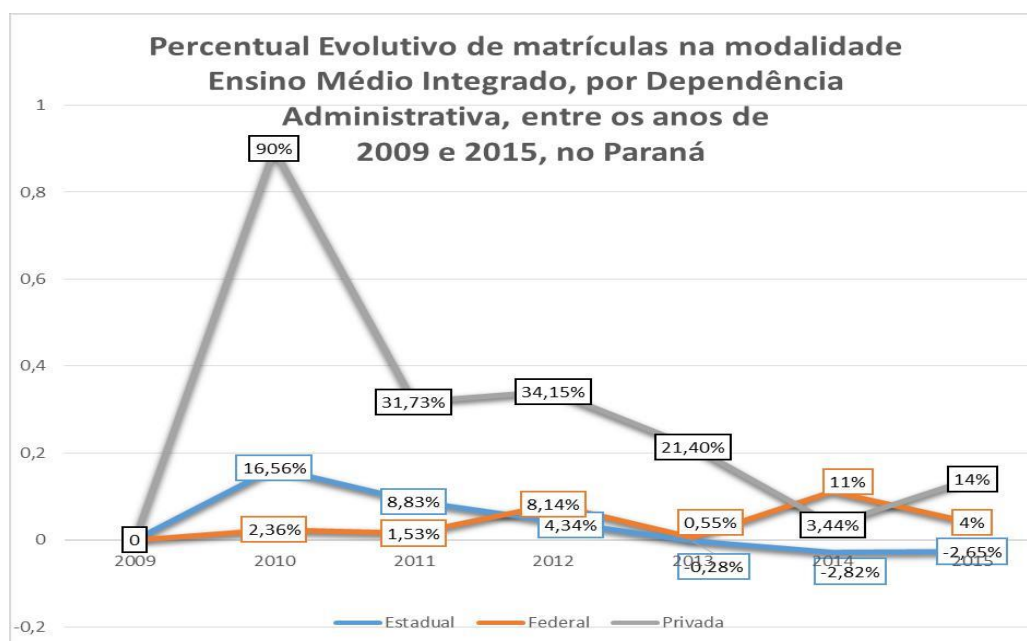


Gráfico 5. Evolução de matrículas na modalidade Ensino Médio Integrado, por dependência administrativa, no Paraná, entre os anos de 2009 e 2015.

Fonte: Seed/Sude/Diplan (2015). Elaboração da Autora.

Em níveis percentuais, se observados os números de matrículas em relação ao período anterior, a partir de 2012 rede Federal se sobrepõe a Estadual, que começa a apresentar índices negativos já em 2013. A rede privada inicia sua evolução em 2010, com crescente em 2011 e 2012, decai em 2013 e volta a crescer

acima das redes estaduais e federais a partir de 2014 - 2015. Verifica-se que embora em números reais de matrícula a rede estadual seja majoritária na oferta, no tocante ao índice de crescimento, as redes federais e particulares apresentaram melhores números (Tabela 7).

Tabela 7. Escolas e matrícula do Ensino Médio Integrado entre os anos 2009 e 2013 no Estado do Paraná.

Ano	Municípios	Variação % em relação ao ano anterior	Escolas	Variação % em relação ao ano anterior	Matrículas	Variação % em relação ao ano anterior
2009	85	-	145	-	21.247	-
2010	107	25%	197	36%	24.767	17%
2011	112	5%	203	3%	26.955	9%
2012	111	-1%	200	-2%	28.127	4%
2013	109	-1	195	-3%	28.047	-1%

Fonte: INEP. Boletim Censo Escolar Paraná (2014) / SEED/Sude/Diplan – Coordenação de informações Educacionais

O aumento de matrículas no Ensino Médio Integrado pode refletir a amplitude regional para oferta, de 85 municípios em 2009 para 109 em 2013, ou seja 28,23%, e de 145 para 195 escolas, com um aumento de 34,48% no período. Mesmo com queda na ampliação regional e de escolas (de -1%, e -2% respectivamente), o número de matrículas apresentou um percentual de crescimento de 4% em 2012. A continuidade na queda da ampliação, com redução de municípios e escolas em relação a 2013, resultou em queda de -1% de matrículas em 2013, como demonstra a Tabela 8.

Tabela 8. Matrículas no Ensino Médio Integrado, na rede estadual, por curso e turno no ano de 2013, no Estado do Paraná.

Cursos	Matrículas diurno	Matrículas noturno	Total
Administração	7.925	2.538	10.463
Agropecuária	4.299		4.229
Informática	2.971	932	3.903
Meio Ambiente	2.047	246	2.293
Química	706	248	954
Secretariado	721	127	848
Eletromecânica	777		777
Edificações	551	44	595
Alimentos	493	8	501
Recursos Humanos	378	59	437
Eletrônica	377		377
Logística	321	52	373

Cursos	Matrículas diurno	Matrículas noturno	(Continuação) Total
Agroecologia	236		236
Guia de Turismo	215	15	230
Florestas	213		213
Saúde Bucal	114	52	166
Prótese Dentária	142		142
Portos	116		116
Agroindústria	114		114
Outros – Eixo Gestão e Negócios	114		114
Arte Dramática	106		106
Mecatrônica	93		93
Vendas	78	8	86
Publicidade	83		83
Contabilidade	77		77
Outros – Eixo Recursos Naturais	77		77
Eletrotécnica	76		76
Informática para Internet	60		60
Comércio Exterior	39	19	58
Redes de Computadores	50		50
Paisagismo	43		43
Agricultura	29		29
Mecânica	29		29
Manutenção e Suporte em Informática	19		19
Celulose e Papel	10		10
TOTAL	23.699	4.348	28.047

Fonte: INEP. Boletim Censo Escolar Paraná (2014)/SEED/Sude/Diplan – Coordenação de informações Educacionais.

A maior oferta de cursos para o Ensino Médio Integrado no ano de 2013, foi no período diurno (86%), as matrículas apresentaram-se significativas em dez áreas: Administração, Agropecuária, Informática e Meio Ambiente, seguidas por Eletromecânica, Secretariado, Química, Edificações, Alimentos e Recursos Humanos. O total de matrículas no período noturno, representa apenas 16% do montante, nas mesmas áreas do período diurno, com exceção da Agropecuária e da Eletromecânica, não ofertadas à noite. Percebe-se uma redução das opções de áreas de formação profissional ofertadas para os cursos técnicos integrados, na modalidade noturna.

Se relacionarmos o total de matrículas de 2013 no Ensino Médio Integrado, de 28.047, contra o montante registrado para o Ensino Médio, Regular, Integrado e Normal/ Magistério, apenas na esfera estadual, no mesmo ano, 411.212, verificaremos que essa modalidade representou apenas 6,9% de matrículas na Educação Básica (Tabela 9).

Tabela 9. Evolutivo de matrículas na modalidade Ensino Profissional Nível Técnico por Dependência Administrativa entre 2009 e 2015, no Paraná

DTA	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Estadual	21,677	29,135	31,969	30,839	28,488	26,609	24,072
Federal	9,267	7,325	3,181	3,478	3,042	2,822	7,544
Privada	21,196	20,829	20,330	20,257	21,539	36,931	34,182

Fonte: SEED/Sude/Diplan – Coordenação de informações Educacionais

Na modalidade Ensino Profissional de Nível Técnico, a realidade é diferente. Embora a rede estadual se sobressaia à rede Federal, a esfera particular tem boa participação na oferta, o que a torna ainda dominante a partir do ano de 2014 e 2015 (Gráfico 6).

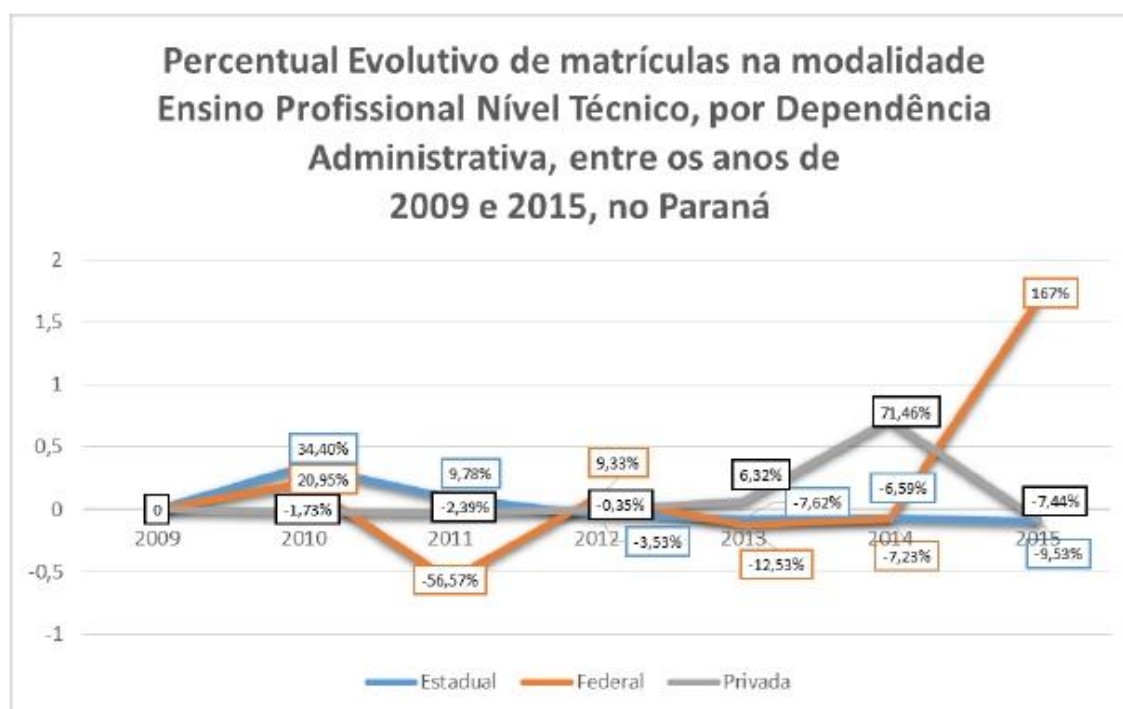


Gráfico 6. Evolução de matrículas na modalidade Ensino Profissional de Nível Técnico, por dependência administrativa entre os anos 2009 e 2015, no Paraná.

Fonte: INEP. Boletim Censo Escolar Paraná (2014) / SEED/Sude/Diplan – Coordenação de informações Educacionais, (2015). Elaboração da autora

Na análise percentual observa-se que a rede privada se mantém em decréscimo até 2012, cresce novamente, com expoente em 2014, quando ultrapassou as demais esferas de oferta, e volta a cair em 2015. A rede federal tem expressiva queda em 2011 (-56,57%), sobe no ano seguinte, decaindo novamente entre 2013 e 2014, para crescer em 2015, mesmo se mantendo abaixo da rede

privada em número de real de matrículas. A rede estadual caiu em 2010 e manteve o declínio constante, com índices negativos até 2015.

Em relação aos índices negativos apresentados nos totais de matrículas nos anos de 2011, 2012 e 2013, verifica-se que a queda também foi influenciada pelas modalidades Ensino Médio Normal/ Magistério, PROEJA e FIC. Na modalidade Normal, cuja oferta é quase totalitária por parte do Estado, observa-se uma vertiginosa queda ano a ano. Obteve apenas um pequeno aumento no ano de 2010 (4,02% em relação a 2009) e desde então sofreu uma queda de 30,56% (Tabela 10).

Tabela 10. Estabelecimentos e matrículas da Educação Profissional de Nível Técnico, na rede estadual, entre os anos de 2009 e 2013, no Estado do Paraná.

Ano	Municípios	Variação % em		Variação % em	
		relação ao ano anterior	Escolas	relação ao ano anterior	Matrículas
2009	91	-	164	-	21.677
2010	118	30%	239	46%	29.135
2011	114	-3%	237	-1%	31.969
2012	114	-	240	1%	30.839
2013	112	-2%	233	-3%	28.488

Fonte: Boletim Censo Escolar Paraná (2014)/SEED/Sude/Diplan – Coordenação de informações Educacionais.

O Ensino Profissional de Nível Técnico também expandiu a oferta regional, de 91 municípios em 2009 para 112 em 2013, ou seja 23,07%, e de 164 para 233 escolas, com um aumento de 42,07% no período. Embora tenha tido uma queda de 3% em relação a crescente regional e de -1% em relação ao aumento do número de escolas, em 2011, houve um aumento de 10% no número de matrículas efetuadas. Os números se mantiveram relativamente estáveis em 2012, apesar de apresentar uma queda de 4% no número de matrículas. Em 2013 observamos diminuição na oferta, tanto regional quanto em número de escolas, além da diminuição de 8% nos números de matrículas, como se observa na Tabela 11.

Tabela 11. Matrículas na Educação Profissional Nível Técnico, por curso e turno, na rede estadual, em 2013, no Estado do Paraná.

Cursos	Matrículas diurno	Matrículas noturno	Total
Administração	12	6.780	6.792
Segurança do Trabalho	108	2.912	3.020
Enfermagem	215	2.665	2.880
Informática	16	2.533	2.549
Recursos Humanos		1.517	1.517
Meio Ambiente	47	1.448	1.495

Cursos	Matrículas diurno	Matrículas noturno	(Continuação)
			Total
Química	125	1.146	1.271
Edificações		1.231	1.231
Logística		1.152	1.152
Contabilidade		945	945
Secretariado		628	628
Eletromecânica	101	382	483
Saúde Bucal		468	468
Agropecuária	408		408
Alimentos	15	301	316
Transações Imobiliária		296	296
Farmácia		288	288
Eletrônica		251	251
Vendas		224	224
Nutrição e dietética	13	204	217
Agente Comunitário de Saúde		205	205
Guia de Turismo		201	201
Agroindústria		169	169
Mecânica		118	118
Portos		115	115
Eletroeletrônica	31	81	112
Comércio Exterior		110	110
Arte Dramática		104	104
Prótese Dentária		102	102
Eletrotécnica		98	98
Outros – Eixo Ambiente e Saúde		93	93
Produção de Áudio e vídeo		91	91
Desenho de Construção Civil		77	77
Celulose e Papel		73	73
Florestas	62		62
Mecatrônica		62	62
Biocombustíveis		54	54
Vestuário		53	53
Análises Clínicas		47	47
Cozinha		47	47
Açúcar e Álcool		18	18
Hospedagem		12	12
TOTAL	1.153	27.335	28.488

Fonte: SEED (2014) SEED/Sude/Diplan – Coordenação de Informações Educacionais.

A realidade da Educação Profissional de Nível Técnico é inversa a da oferta de cursos para Ensino Médio Integrado. Quase que a totalidade de matrículas 95,95%, está no turno noturno, e apenas 4,05% no turno diurno. Em relação às áreas de maior concentração das matrículas o diferencial também aparece nos cursos de Administração, Segurança do Trabalho, Enfermagem, Informática, Recursos Humanos, Meio Ambiente, Química, Edificações, Logística e Contabilidade. Destes cursos, quatro (Recursos Humanos, Edificações, Logística e

Contabilidade) não são ofertados no período diurno. Analisa-se ainda que são ofertadas 42 opções em curso de Nível Técnico, contra 35 na modalidade Integrado, com reduzidas opções de áreas de formação profissional no período diurno. Na relação do o total de matrículas de 2013 no Ensino Médio Nível Técnico, de 28.488, contra o montante registrado para o Ensino Médio, Regular, Integrado e Normal/Magistério, apenas na esfera estadual, no mesmo ano, 411.212, verificaremos que essa modalidade representou apenas 7% de matrículas na Educação Básica (Tabela 12).

Tabela 12. Comparativo entre cursos com maior número de matrículas entre as modalidades Ensino Médio Integrado e Profissional de Nível Médio, na dependência Estadual, no ano de 2003, no Paraná.

Educação Profissional de Nível Técnico			Ensino Médio Integrado		
Cursos	Total	% do total de matrículas	Cursos	Total	% do total de matrículas
Administração	6.792	24%	Administração	10.463	36,7%
Segurança do Trabalho	3.020	11%	Agropecuária	4.229	14,9%
Enfermagem	2.880	10,3%	Informática	3.903	13,7%
Informática	2.549	9%	Meio Ambiente	2.293	8,0%
Recursos Humanos	1.517	5,4%	Química	954	3,4%
Meio Ambiente	1.495	5,3%	Secretariado	848	3,0%
Química	1.271	4,5%	Eletromecânica	777	2,8%
Edificações	1.231	4,3%	Edificações	595	2,1%
Logística	1.152	4,15	Alimentos	501	1,8%
Contabilidade	945	3,4%	Recursos Humanos	437	1,5%

Fonte: SEED (2014 – 2015). Elaboração da autora.

A maior efetivação de matrículas nas duas modalidades está no Eixo Tecnológico²⁶ Gestão e Negócios, com o curso de Administração, seguido por Recursos Humanos, Contabilidade, Logística e Secretariado. Da mesma forma está a representatividade dos eixos Infraestrutura e Informática e Comunicação com os cursos de Edificações e Informática.

O Eixo tecnológico Ambiente, Saúde e Segurança está mais presente na modalidade Nível Técnico com os cursos de Segurança do Trabalho, Enfermagem, e Meio Ambiente, ao passo que o Eixo Recursos Naturais é verificado apenas na modalidade Integrado, com o curso de Agropecuária.

Já o Eixo Controle e Processos Industriais está mais presente na modalidade Integrada com o curso de Eletromecânica e Química.

²⁶ Eixo Tecnológico é um mecanismo de caracterização, definido pelo MEC, resultante do agrupamento de cursos técnicos conforme suas características científicas e tecnológicas. Como resultado deste agrupamento foram definidos doze Eixos Tecnológicos que somam ao todo 185 possibilidades de oferta de Cursos Técnicos

No município de Cascavel, Paraná, conforme dados do site da Secretaria de Educação, foram ofertadas na rede estadual, 2664 matrículas em 2015, distribuídas em seis Colégios, que dispõe de 14 cursos técnicos, nas modalidades Integrada (I), Subsequente (S) e PROEJA (P), como mostra a Tabela 13.

Tabela 13. Oferta de cursos técnicos (I, S, P) em Cascavel no ano de 2015-2016, por número de matrículas

Curso	Modalidade	Qtd de turmas por modalidade	Qtd de matrículas por modalidade	Qtd de matrícula por curso
Técnico em Administração	Integrado	18	543	715
	Subsequente	12	172	
Técnico em Informática	Integrado	16	433	542
	Subsequente	5	109	
Técnico em Eletromecânica	Integrado	7	176	314
	Subsequente	4	138	
Técnico em Eletrônica	Integrado	7	137	231
	Subsequente	4	94	
Técnico em Meio Ambiente	Integrado	8	187	207
	Subsequente	2	20	
Técnico em Enfermagem	Subsequente	6	155	155
Formação de Docentes	Normal / Magistério	4	116	116
Técnico em Edificações	Subsequente	4	109	109
Técnico em Segurança do Trabalho	Subsequente	3	86	86
Técnico em Química	Integrado	2	62	79
	Subsequente	1	17	
	Subsequente	2	8	
Técnico em Secretariado	Integrado	3	38	
	PROEJA	2	11	
Técnico em Farmácia	Subsequente	2	31	31
Técnico em Recursos Humanos	Subsequente	1	15	15
Técnico em Redes de Computadores	Subsequente	1	7	7
Total de matrículas				2667

Fonte: site dia a dia educação, 2015. Elaboração do Autora.

Percebe-se que Cascavel, na esfera estadual, segue o fluxo do restante do Estado referente ao maior índice de matrículas em determinados cursos, diferenciando-se apenas do curso de Formação de Docentes, que está no rol das ofertas de maior procura.

Ao partimos para análise da oferta na esfera privada, consideramos as matrículas nos cursos ofertados pelo Sistema S, no município, entre os anos de

2011 e 2015, os quais envolvem as modalidades Formação Inicial Continuada – FIC (Qualificação Profissional), Técnico Subsequente e Técnico de Nível Médio.

No Paraná, no ano de 2013, enquanto no total geral as matrículas tiveram um índice negativo de -3,18% em relação ao ano anterior, a dependência administrativa privada, apresentou um índice positivo de 6,82% em relação ao número de vagas ofertadas no ano anterior. Considera-se que o PRONATEC tenha auxiliado nesse crescimento, pois em 2013 foram ofertadas 71.585 vagas em 208 cursos profissionalizantes, das quais 47,625 foram preenchidas, ou seja 65% do total ofertado. Isso representa uma ampliação de 53 para 257 municípios atendidos, conforme nota divulgada pela assessoria de imprensa da Secretária de Estado e Educação em fevereiro de 2014. (SEED, 2014). Entretanto, nesta mesma nota o então Vice Governador Flávio Arns já sinalizava preocupação em relação redução de oferta pois das 73.017 vagas pactuadas com os municípios, para o primeiro semestre, apenas 43.118 haviam sido homologadas pelo MEC.

Para o SENAI e SENAC em Cascavel, esses os índices de crescimento de oferta do PRONATEC de 2012 para 2013 corresponderam a 85% e 49,6%, respectivamente. Em relação a 2013 – 2014 a queda foi de 44,05% para o SENAI e 23,6% para o SENAC. No Gráfico 7, temos a expressão do universo total de vagas ofertadas para os cursos do PRONATEC pelo Sistema S, em Cascavel, durante o recorte de estudo.

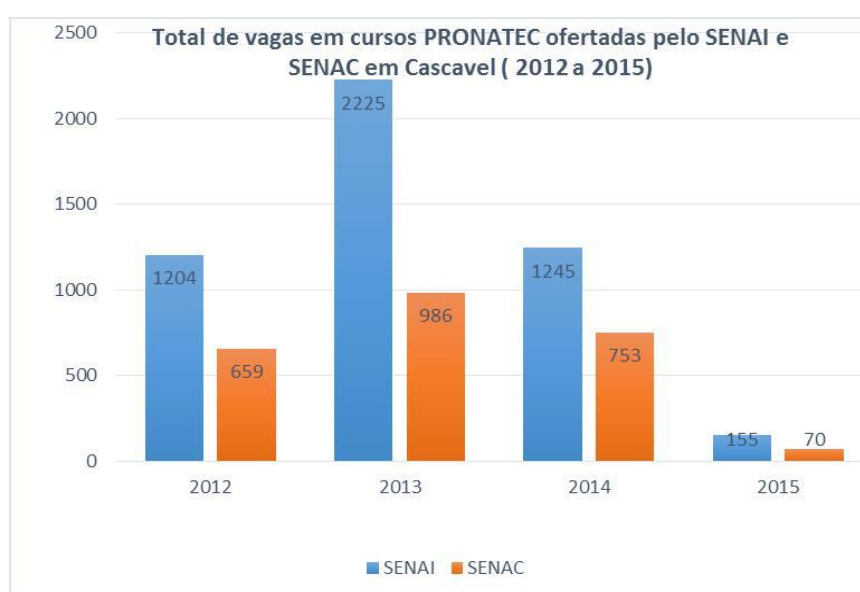


Gráfico 7. Cursos Ofertados pelo Sistema S, no âmbito do Pronatec, entre os anos de 2011 e 2015, em Cascavel – PR.

Fonte: Demandantes MDS, NRE, MTE, MJ. (2011-2015) Elaboração da Autora.

Os dez cursos FIC com maior oferta no município de Cascavel entre 2011 e 2015 pelo foram Auxiliar Administrativo, Operador de Computador, Eletricista de Automóveis, Costureiro, Maquiador, Manicure e Pedicure e Modelista, como ilustra o Gráfico 8. Cabe ressaltar que os cursos de Maquiador, Manicure e Pedicure, e Recepcionista não foram mais ofertados a partir de 2014, com a vigência do Guia FIC 4º, por meio da Nota Informativa Pronatec – 14/2014.

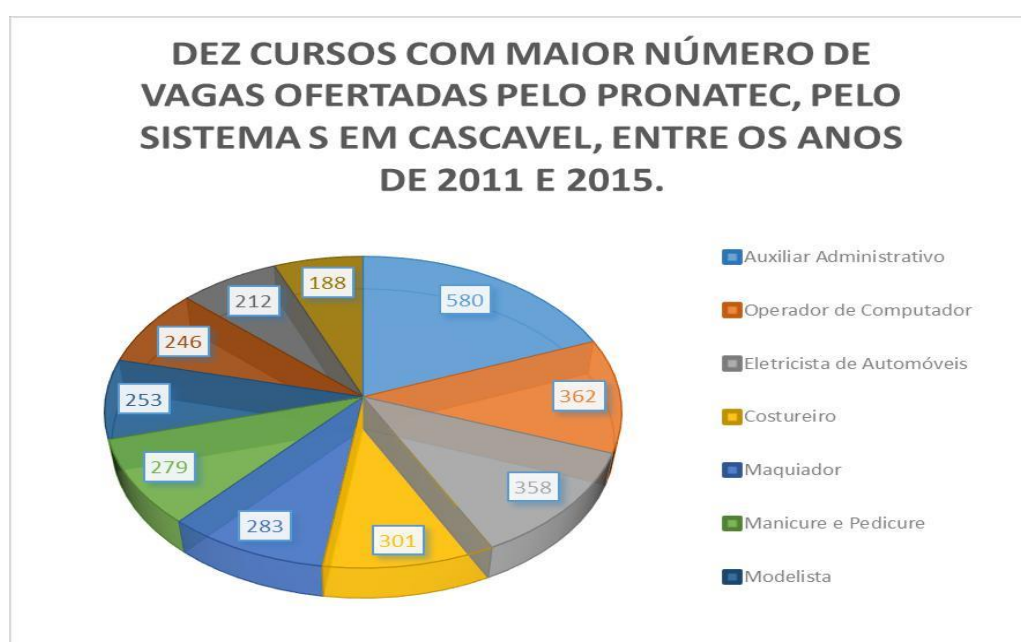


Gráfico 8. Os dez cursos com maior oferta pelo Pronatec, pelo Sistema S em Cascavel, entre 2011 e 2015.

Fonte: MDS, NRE, MTE. Elaboração da autora

Essa oferta segue a tendência dos números nacionais. No cômputo geral do Brasil as maiores ofertas foram para os cursos: Auxiliar Administrativo, Operador de Computador, Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão, Recepcionista, Inglês Básico, Auxiliar de recursos Humanos, Auxiliar de Pessoal, Costureiro, Montador e Reparador de Computadores, Almojarife, Manicure e Pedicure, Vendedor e Pedreiro de Alvenaria. (SETEC/MEC, 2003).

No Tabela 14, ilustra-se um “ranking” dos cursos que tiveram maior oferta de vagas, entre os anos de 2011 e 2015, de acordo com o Eixo Tecnológico. Percebe-se que os cursos voltados para a Gestão e Negócios, foram os mais ofertados no município, seguido com proximidade pelo eixo Controle e Processos Industriais.

Tabela 14. Cursos com maior número de vagas ofertadas em Cursos FIC, pelo Sistema S no Município de Cascavel, entre os anos de 2011 e 2015, por eixo tecnológico.

Colocação por Eixo Tecnológico	Curso	Ofertante	Vagas
1º Gestão e negócios (1407) Vagas	Agente de inspeção de Qualidade	SENAI	20
	Almoxarife	SENAI	25
	Assistente de Planejamento e Controle de Produção	SENAI	42
	Auxiliar Administrativo	SENAI, SENAC	580
	Auxiliar de Recursos Humanos	SENAC	212
	Operador de Caixa	SENAC	66
	Promotor de Vendas	SENAC	25
	Recepcionista	SENAC	246
	Vendedor	SENAC	120
2º Controle e Processos industriais (1167 vagas)	Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão	SENAI	177
	Instalador de Acessórios Automotivos	SENAI	48
	Mecânico de Manutenção de Máquina de Costura	SENAI	32
	Mecânico de Manutenção de Motores a Diesel	SENAI	18
	Mecânico de Manutenção de Veículos Rodoviários Pesados	SENAI	18
	Mecânico de Motocicletas	SENAI	39
	Mecânico de Motores a Diesels	SENAI	141
	Serralheiro de Alumínio	SENAI	20
	Soldador no Processo Eletrodo Revestido Aço Carbono e Aço Baixa Liga	SENAI	20
Soldador no Processo Mig Mag	SENAI	147	
	Torneiro Mecânico	SENAI	149
3º Ambiente e Saúde (848 vagas)	Balconista de Farmácia	SENAC	109
	Cabeleireiro	SENAC	60
	Cabeleireiro Assistente	SENAC	82
	Depilador	SENAC	35
	Manicure e Pedicure	SENAC	279
	Maquiador	SENAC	283
4º Produção Industrial (824 vagas)	Auxiliar de Costureiro	SENAI	72
	Confeccionador de Bolsas em Tecido	SENAI	38
	Costureiro	SENAI	301
	Costureiro Industrial do Vestuário	SENAI	72
	Marceneiro	SENAI	68
	Modelista	SENAI	253
	Operador de Máquina de Corte de Roupas	SENAI	20
5º Infraestrutura (634 vagas)	Aplicador de Revestimento Cerâmico	SENAI	188
	Armador de Ferragem	SENAI	18

Colocação por Eixo Tecnológico	Curso	Ofertante	(Continuação) Vagas
5º Infraestrutura (634 vagas)	Cadista para a Construção Civil	SENAI	95
	Encanador Instalador Predial	SENAI	28
	Mestre de Obras	SENAI	36
	Motorista de Transporte de Passageiros	SENAT	20
	Operador de Empilhadeira	SENAT	20
	Operador de Escavadeira Hidráulica	SENAT	20
	Pedreiro de Alvenaria	SENAI	111
	Pintor de Imóveis	SENAI	18
	Pintor de Obras	SENAI	77
	Porteiro e Vigia	SENAC	103
6º Informação e Comunicação (591 vagas)	Administrador de Banco de Dados	SENAI	20
	Montador e Reparador de Computadores	SENAI	76
	Montagem e manutenção de Computadores	SENAI	72
	Operador de Computador	SENAI, SENAC	362
	Programador Web	SENAI	61
7º Produção Alimentícia (376 vagas)	Auxiliar de Confeitaria	SENAI	36
	Confeiteiro	SENAI, SENAC	123
	Padeiro	SENAI	123
	Padeiro Confeiteiro	SENAI	94
8º Turismo, Hospitalidade e Lazer (236 vagas)	Auxiliar de Cozinha	SENAC	62
	Garçom	SENAC	15
	Pizzaiolo	SENAC	67
	Salgadeiro	SENAI	92
9º Produção Cultural e Design (60vagas)	Estilista	SENAI	60

* Conforme Guia FIC 3º e 4º edições
Fonte: MDS, NRE, MTE. Elaboração da autora

Na modalidade habilitação profissional Nível Técnico, a maior oferta de vagas foi nos cursos de Técnico em Enfermagem, Técnico em Redes de Computadores e Técnico em Logística, que corresponde aos Eixos Tecnológicos de Ambiente, Saúde e Segurança; Informática e Comunicação e Gestão e Negócios (Tabela 15).

Tabela 15. Vagas ofertadas em Técnicos, pelo Sistema S no Município de Cascavel, entre os anos de 2011 e 2015, classificados por número de vagas.

Colocação por Eixo Tecnológico	Cursos	Ofertante	Vagas
1º Ambiente e Saúde (331 vagas)	Técnico em Enfermagem	SENAC	226

Colocação por Eixo Tecnológico	Cursos	Ofertante	(Continuação) Vagas
1º Ambiente e Saúde (331 vagas)	Técnico em Segurança do Trabalho	SENAI	75
	Técnico em Imagem Pessoal	SENAC	30
2º Controle e Processos Industriais (225 vagas)	Técnico em Eletromecânica	SENAI	75
	Técnico em Eletrotécnica	SENAI	75
	Técnico em Manutenção Automotiva	SENAI	75
3º Gestão e Negócios (175 vagas)	Técnico em Logística	SENAI, SENAC	135
	Técnico em vendas	SENAC	40
4º Informação e Comunicação (145 vagas)	Técnico em Redes de Computadores	SENAI	145
5º Produção Industrial, e Infraestrutura (140 vagas)	Técnico em Vestuário	SENAI	70
	Técnico em Edificações	SENAI	70
6º Turismo, Hospitalidade e Lazer (65 vagas)	Técnico em Eventos	SENAC	65

Fonte: MDS, NRE, MTE. Elaboração da autora.

A relativa diferença entre os cursos ofertados pela rede estadual e pelo Sistema S com o Pronatec, explica-se pela orientação da SEED, nos processos de pactuação de vaga, de não ofertar cursos que já estivessem sendo ofertados pela rede Estadual.

Em relação aos números nacionais percebe-se uma tendência a maior oferta de alguns cursos que também se destacam no município. No Brasil, os cursos de Nível Técnico com maior oferta foram: Segurança do Trabalho, Administração, Informática, Mecânica, Eletrotécnica, Contabilidade, Logística, Enfermagem, Eletromecânica, Edificações, Automação Industrial, Recursos Humanos e Eletrônica. (SETEC/MEC,2013).

Embora sejam amplamente divulgados os números de vagas e valores de investimento, não existem dados, oficiais ou não, que apontem para a eficácia do programa quanto a concretização de seus objetivos primeiros, como aumento de empregabilidade dos egressos dos cursos de capacitação profissional, ou de índices que apontem que os egressos ocuparam melhores postos de trabalho, aumentaram sua renda familiar ou que continuaram seus estudos em função da participação no programa.

Conforme CGEE (2015), que desenvolveu o Mapa da Educação Profissional e Tecnológica do Brasil – Relatório Final, até o momento a expansão da educação profissional no Brasil ocorreu na proporção de 29% de vagas para cursos técnicos e 71% para cursos FIC. Isso poderia evidenciar que a política de educação

profissional no país atualmente privilegia os cursos breves. O estudo considera que ao priorizar a formação de curta duração, o Pronatec se volta prioritariamente a uma população com baixa escolaridade, que tem dificuldade de voltar aos bancos escolares, “[...] mas que pode melhorar sua inserção ocupacional com cursos de curta duração”. (CGEE, 2015, p.22).

Se por um lado os cursos de curta duração podem parecer importantes em um contexto de grande contingente de população nessas condições de escolarização, o investimento maciço de recursos nessa modalidade relega à segundo plano a formação em cursos profissionais de nível médio, “[...] especialmente, em sua forma mais adequada à formação de cidadão, que consiste na modalidade integrada”. (CGEE, 2015, p.23).

Em um dos capítulos do Mapa da Educação Profissional e Tecnológica do Brasil, desenvolvido pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE, no ano de 2015, Marcelo Machado Feres, no artigo “A contribuição do Pronatec para a expansão da educação profissional brasileira”, considera que a análise dos dados relativos a execução do Pronatec, desde 2011 a 2014, proporciona que se discuta, em que medida o programa tem contribuído como política pública para ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica no Brasil. Entretanto ressalta a necessidade da realização de estudos sobre o mercado de trabalho para identificar as perspectivas de vagas geradas nas diversas áreas profissionalizantes, a curto e a médio prazo.

Essa sugestão, nos conduz à próxima discussão, em que nos propomos a analisar a oferta dos postos de trabalho no Brasil, no Paraná e em Cascavel e também entrelaçar as informações entre oferta de postos de trabalho *versus* cursos ofertados pelo Pronatec, buscando responder a inquietação que move esta pesquisa: Os cursos ofertados pelo Pronatec atendem a propalada demanda do mercado de trabalho e melhoram a inserção ocupacional?

5 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E A DEMANDA DE POSTOS DE TRABALHO NO BRASIL, NO PARANÁ E EM CASCAVEL

Considerando a proposta do estudo, inicia-se a partir deste ponto, a análise da necessidade de formação profissional para ocupar tais postos de trabalho. Dessa forma pretende-se a seguir, elencar as 10 áreas de atuação profissional que mais disponibilizaram vagas entre os anos de 2011 e 2015, conforme dados do CAGED, IPARDS, IBGE e MTE. A partir dessa compilação de dados, cruzar as informações referentes às demandas de postos de trabalho formais com a oferta dos cursos Pronatec, FIC e Técnico, no mesmo período, a partir dos eixos tecnológicos, quantidade de vagas ofertadas e, se estas estão condizentes com a demanda sinalizada na análise dos postos de trabalho. Sequencialmente analisaremos a escolaridade exigida e o descritivo da função para o desenvolvimento das funções elencadas.

5.1 O Paraná e Cascavel em Números: Dados Socioeconômicos

Antes de adentrarmos à proposta da análise efetiva da relação oferta de postos de trabalho *versus* oferta de educação profissional, é importante verificarmos os dados socioeconômicos do Paraná e do município de Cascavel, pois esses subsidiam a oferta e a necessidade de mão-de-obra, e em especial, nos proporciona a apuração quanto as demandas de “perfis” laborais.

O descritivo dos indicadores sociais e econômicos, distribuição do emprego, e o comparativo entre estabelecimentos empregadores e geração de empregos, dão-nos subsídios para caracterizar a região sobre a qual se volta o olhar deste estudo. As fontes para a construção de tal cenário foram extraídas do IBGE, PNUD, IPARDS, INEP, Censo Escolar e da publicação Paraná em Dados (2015) que sistematizou alguns indicadores, estatística e mapas.

A análise dessas fontes revela que o Estado do Paraná é o 15º em territorialidade nacional (199.308 Km²) e 5º em número de municípios (399). Em 2016, sua população estimada é de 11.242.720 milhões de habitantes, apresentando um crescimento relativo de 6,1% em relação ao ano de 2010. A maior concentração de pessoas está na capital do Estado, Curitiba, com 1.864,416

habitantes, seguidas pelas região metropolitana e as cidades de Ponta Grossa, Londrina, Maringá e Cascavel (Figura 4). (IBGE, 2016).

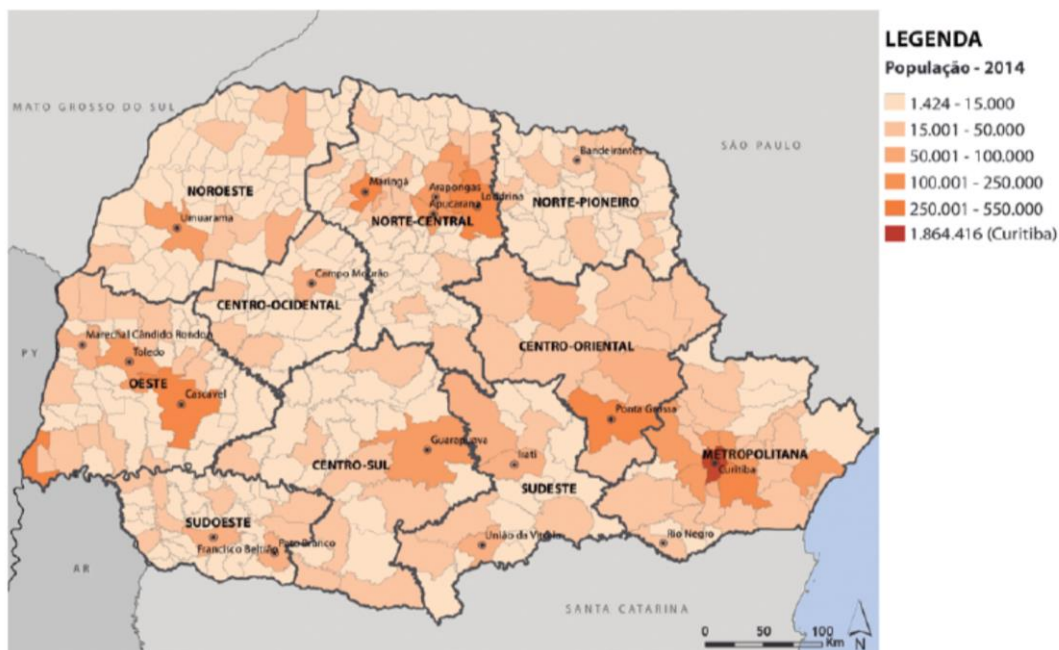


Figura 4. Distribuição Populacional no Estado do Paraná, no ano de 2014.
Fonte: Paraná em Dados. SENAI (2015)

Cascavel possui área territorial de 2.091,401 Km², com população estimada de 316.266 mil habitantes, possuindo alto Índice de Desenvolvimento Humano - IDHN (entre 0,700 e 0,799). Longevidade, Renda e Educação foram as dimensões que mais contribuíram para esse índice, que colocou o município acima do IDHN do Paraná e do Brasil. (IBGE, 2016).

Para analisarmos os índices municipais, é necessário verificar a contextualização da cidade em relação ao Estado e demais regiões. Apresentamos na sequência, o resumo dos principais indicadores econômicos e sociais, que posicionam o Paraná em relação ao Brasil, e o crescimento relativo dos índices em comparação aos anos anteriores (Gráfico 5). Ao expor os dados estaduais, indicamos também os dados municipais para procedermos com a construção do contexto econômico e social de análise.

Economia

● Posicionamento ruim
● Posicionamento bom

INDICADOR	DADO	POSICÃO NACIONAL	PARTICIPAÇÃO NACIONAL	CRESCIMENTO RELATIVO
Produto Interno Bruto ⁽¹⁾⁽²⁾ ₂₀₁₂	R\$ 255,9 bi	5°	5,8%	42,8% _{2008/2012}
PIB per capita ⁽²⁾ ₂₀₁₂	R\$ 24.195	7°	-	42,9% _{2008/2012}
Valor Adicionado Bruto (VAB) ⁽³⁾⁽⁴⁾ ₂₀₁₂	R\$ 216,8 bi	5°	5,8%	40,2% _{2008/2012}
Agricultura e Pecuária ₂₀₁₂	R\$ 20,0 bi	5°	10,1%	37,4% _{2008/2012}
Indústria ₂₀₁₂	R\$ 53,2 bi	5°	5,5%	29,1% _{2008/2012}
Comércio e Serviços ₂₀₁₂	R\$ 143,6 bi	5°	5,6%	45,2% _{2008/2012}
Empregos ⁽⁵⁾ ₂₀₁₃	3.121.384	4°	6,4%	18,3% _{2009/2013}
Agricultura e Pecuária ₂₀₁₃	106.100	3°	7,1%	(3,4%) _{2009/2013}
Indústria ⁽⁶⁾ ₂₀₁₃	881.244	4°	7,5%	18,9% _{2009/2013}
Comércio e Serviços ₂₀₁₃	2.134.040	4°	6,0%	19,4% _{2009/2013}
Estabelecimentos ⁽⁵⁾ ₂₀₁₃	306.920	3°	8,0%	17,9% _{2009/2013}
Agricultura e Pecuária ₂₀₁₃	28.888	3°	8,9%	3,0% _{2009/2013}
Indústria ⁽⁶⁾ ₂₀₁₃	54.436	4°	9,2%	30,8% _{2009/2013}
Comércio e Serviços ₂₀₁₃	223.596	5°	7,7%	17,3% _{2009/2013}
Taxa de desocupação ⁽⁷⁾ ₂₀₁₀	5,0%	25°	-	-
Exportações ⁽⁸⁾ ₂₀₁₃	US\$ FOB 18,2 bi	5°	7,5%	62,5% _{2009/2013}
Importações ⁽⁸⁾ ₂₀₁₃	US\$ FOB 19,3 bi	3°	8,1%	101,1% _{2009/2013}
Receita Tributária Federal ⁽⁹⁾ ₂₀₁₃	R\$ 40,5 bi	5°	5,3%	94,4% _{2009/2013}

Quadro 5. Indicadores Econômicos do Paraná (2010 a 2013).

Fonte: Paraná em Dados (FIEP, 2015)

No cenário de 2013, o Paraná apresentou bom posicionamento frente à Federação, quanto aos dados de empregos, estabelecimentos e taxa de desocupação. Também figura entre os principais Estados em relação ao PIB e geração de Receita Tributária Federal. Já em 2012, o PIB Nacional era de 22.646 e no Paraná esse número era 24.193, representando 5,8% do PIB Nacional. A cidade de Cascavel aparecia como o 9º município com o melhor PIB do Estado, com R\$ 21.489, ou 2,45% do PIB Estadual. (IBGE, 2012)

A composição do PIB Paranaense se alavanca em grande parte pelas atividades de Comércio e Serviços, seguido pela indústria, e em menor escala pela Agricultura e Pecuária. Essa mesma escala é seguida na composição do PIB

Cascavelense, com 68% em serviços, 15,3% na Indústria, 12,10% em impostos, e 3,90% em atividade agropecuária (Gráfico 9). (IBGE, 2012).

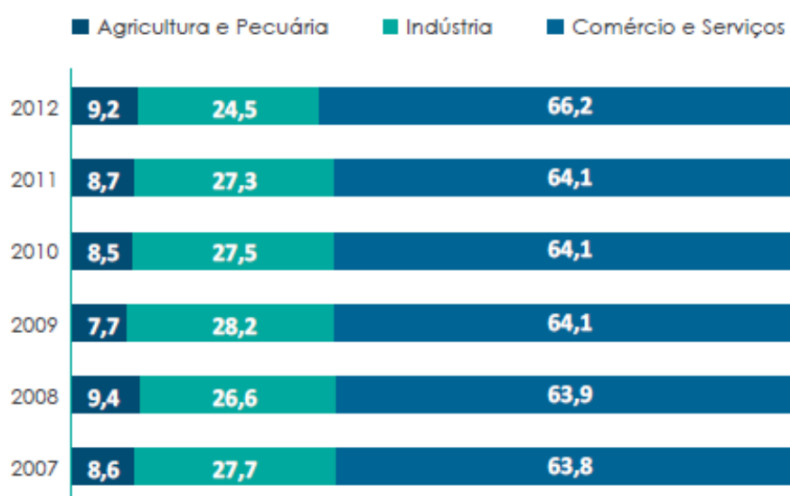


Gráfico 9. Demonstrativo da composição do PIB Paranaense (%) entre 2007 e 2012.
Fonte: Paraná em Dados. SENAI (2015)

No Estudo do SENAI (2015), Indicador de Concentração de Renda, medido pelo Coeficiente de Gini, apontou alto grau de desigualdade - 0,787, situando o Estado em 12ª colocação em relação aos indicadores nacionais, de 0,495. Entretanto o IPEA, calculado com informações de 2013, do IBGE, informa que o índice do Paraná em 2013 é de 0,469 e a média brasileira de 0,527. Já o indicador para Cascavel é de 0,41, não muito distante da média geral do Estado (Quadro 6) (IPARDES, 2015).

Indicadores sociais

● Posicionamento ruim
● Posicionamento bom

INDICADOR	DADO	SIGNIFICADO	POSIÇÃO NACIONAL
VULNERABILIDADE SOCIAL			
IDH ₂₀₁₀ ⁽¹⁾	0,749	por estar entre 0,700 e 0,799, o IDH do estado é considerado alto	5°
Concentração de renda ₂₀₁₂ ⁽²⁾⁽³⁾	0,787	o coeficiente é muito próximo de 1, indicando que o estado possui alta concentração de renda	12°
Renda mensal <i>per capita</i> ₂₀₁₀ ⁽⁴⁾	R\$ 747	a média de ganhos era R\$ 237,00 a mais do que o salário mínimo vigente na época (R\$ 510)	6°
Taxa de pobreza ₂₀₁₀ ⁽⁴⁾	7,3%	7,3% da população ganha até 1/4 salário mínimo por mês	23°
Taxa de indigência ₂₀₁₀ ⁽⁴⁾	3,6%	3,6% da população ganha até 1/8 salário mínimo por mês	24°
EDUCAÇÃO			
Taxa de analfabetismo ₂₀₁₀ ⁽⁴⁾	5,8%	5,8% da população com mais de 10 anos não sabe ler e escrever	22°
Média de anos de estudo ₂₀₁₃ ⁽²⁾⁽⁵⁾	8,1	a média de anos de estudo das pessoas com mais de 10 anos é de 8,1 anos	7°
Ensino fundamental incompleto ₂₀₁₀ ⁽⁴⁾	48,8%	48,8% da população não possui ensino fundamental completo	21°
Ensino fundamental completo ₂₀₁₀ ⁽⁴⁾	18,1%	18,1% da população possui ensino fundamental completo	6°
Ensino médio completo ₂₀₁₀ ⁽⁴⁾	22,9%	22,9% da população possui ensino médio completo	11°
Ensino superior ₂₀₁₀ ⁽⁴⁾	9,7%	9,7% da população possui ensino superior	4°
Taxa de distorção série-idade no ensino fundamental ₂₀₁₃ ⁽⁶⁾	13,0%	13,0% das crianças matriculadas no ensino fundamental estão com idade superior à esperada	23°
Taxa de distorção série-idade no ensino médio ₂₀₁₃ ⁽⁶⁾	21,6%	21,6% dos adolescentes matriculados no ensino médio estão com idade superior à esperada	24°
SAÚDE			
Proporção de idosos ₂₀₁₃ ⁽²⁾	12,7%	12,7% da população do estado tem 60 anos ou mais	11°
Taxa de natalidade ₂₀₁₁ ⁽⁷⁾	14,6%	14,6 crianças nascem vivas para cada mil habitantes	23°
Taxa de fecundidade ₂₀₁₁ ⁽⁷⁾	1,7%	as mulheres têm, em média, 1,7 filhos	19°
Taxa de mortalidade ₂₀₁₁ ⁽⁷⁾	6,4%	6,4% pessoas morrem para cada mil habitantes	6°
Esperança de vida ₂₀₁₂ ⁽⁷⁾	75,8	a esperança de vida no estado é de 75,8 anos	7°

Quadro 6. Indicadores Sociais do Paraná 2010 a 2015.
Fonte: Paraná em Dados (FIEP, 2015).

Outro fator importante para a análise social e econômica do Estado é o número de pessoas ocupadas. Dados do IBGE (2014), demonstram que o maior número de pessoas ocupadas está nos setores de Serviços e Comércio, que entre 2007 e 2013 os indicadores permaneceram crescentes, salvo nos setores de

agricultura e indústria, que tiveram uma pequena queda em entre 2009 - 2010 e 2011 – 2012, como mostra a Tabela 16.

Tabela 16. Evolução de pessoas ocupadas por setor no Estado do Paraná, entre 2007 e 2013.

	Pessoas ocupadas por setor 2007 – 2013						
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Agricultura	2802	3155	2903	3065	3069	3134	3139
Comércio	20192	22029	23045	23700	26219	27700	29282
Indústria	17975	20773	21714	24850	26646	26120	27119
Serviços	28923	29826	31009	33950	36930	39482	42106

Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas 2014.

Durante o Seminário do Emprego e Trabalho Decente, realizado em maio de 2012, a Secretaria de Trabalho, Emprego e Economia Solidária apresentou alguns indicadores municipais, com base em dados do IPARDES. Conforme esses dados, Cascavel possuía em 2010, uma população economicamente ativa de 161.365 pessoas, e destes, 80% alocados em empregos formais. Na distribuição setorial do emprego formal verificou-se que 3,5% estavam na área Agrosilvipastoril, 28% na Indústria, 18% em serviços de natureza pública e 50% em Comércio e demais serviços. A remuneração média mais praticada foi de R\$ 1.184,14 (Tabela 17). (IPARDES, 2016)

Tabela 17. Comparativo do número de estabelecimentos e empregos (RAIS) segundo as atividades econômicas – 2015.

Atividades Econômicas	Paraná		Cascavel	
	Estabelecimentos	Empregos	Estabelecimentos	Empregos
Indústria	36.258	691.163	1.203	19.215
Construção civil	19.588	139.775	906	6.449
Comércio	120.754	670.477	4.204	28.504
Serviços	109.216	1.505.264	3.780	45.137
TOTAL	314.993	3.113.204	10.670	102.510

Fonte: MTE/RAIS, IPARDES (2016). Elaboração da autora.

Atualizados esses dados, o comparativo entre o número de estabelecimento e empregos com base na RAIS (2016) informa que tanto no Estado do Paraná em geral, quanto no município de Cascavel, o setor de serviços apresenta-se com maior volume. Apenas em relação ao comércio, em Cascavel aparece como segunda

atividade econômica com maior número de empregos, enquanto esse posto é ocupado pela Indústria, nos dados gerais do Estado.

5.2 Projeção de Empregos *versus* Demanda de Formação Profissional no Município de Cascavel

Ao tratarmos de educação profissional e sobre as Políticas a ela destinada, é crucial analisarmos a disponibilidade de postos de trabalho para receber a população de egressos da formação profissional destinada a atendê-los.

A manchete do site Portal da Indústria, vinculado a CNI – Confederação Nacional da Indústria, em 20/09/2012, anunciava que a Indústria precisaria de 7,2 milhões de técnicos até 2015. O Mapa do Trabalho Industrial, elaborado pelo SENAI, mostrava que a procura por profissionais mais capacitados havia aumentado, elevando o índice à demanda de 1,1 milhões de novos trabalhadores ou jovens que nunca trabalharam, habilitados até 2015, além da vigente necessidade dos trabalhadores manterem-se qualificados para acompanhar os avanços tecnológicos da indústria (Figura 5).



Figura 5. Mapa do Trabalho Industrial previsto para 2015.
Fonte: Portal da Indústria. CNI (2012).

A necessidade de trabalhadores de nível técnico e em áreas de média qualificação, conforme expectativa da época, era de 7,2 milhões, superior em 28% aos 5,8 milhões requeridos entre os períodos de 2008-2011. A região Sudeste concentraria o maior número de oportunidades, com necessidade de 4,13 milhões de profissionais (57,6% da demanda), seguida pela região Sul, que necessitava

capacitar 1,5 milhões de novos profissionais, Nordeste com defasagem de 854,5 mil, Centro Oeste com demanda de 383,5 mil, e a região Norte com uma carência de 294,8 mil profissionais. O estudo listava ainda as 177 ocupações mais necessitadas, que iam desde cozinheiros e padeiros, a supervisores de produção de indústrias químicas e petroquímicas.

A expectativa pela busca de profissionais mais capacitados pautava-se no indicador positivo da queda de taxa de desemprego visualizada entre 2013 e 2014, e a criação de 21,2 milhões de novos postos de trabalho no mesmo período, conforme estudos de Carleial (2015).

Contudo, na visão de Carleial (2015), as ocupações criadas foram de baixo salário, “[...] reforçando o “mantra” de que a estrutura salarial é dominada por trabalhadores que ganham até dois salários mínimos, o que é compatível com o crescimento do salário médio no período”, o que desmistifica um pouco dessa revolução vivida no mercado de trabalho. (CARLEIAL, 2015, p. 208).

Constata-se dessa forma que a previsão da CNI esbarrou em uma séria crise econômica vivenciada mais claramente no país logo no início de 2015 e na consequente desaceleração do crescimento do Brasil. Essa situação, transformou o cenário e a palavra de ordem passou de “temos vagas” para “corte de custos”, que culminou em índices altíssimos de demissões, da até então promissora, economia brasileira.

Em outubro de 2015, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Caged, divulgou o fechamento de 169.131 postos de trabalho com carteira assinada, sendo o sétimo mês seguido de encerramento de vagas formais de trabalho. O ano de 2015 contabilizou 1,54 milhões de fechamentos de postos de trabalho com registro em carteira, considerado o pior índice desde 1992. As maiores quedas estavam relacionadas à construção civil, seguida pelas indústrias de transformação, serviços, agricultura, comércio, e indústria extrativa mineral. (CAGED, 2015).

Ainda de acordo com o Caged, todas as regiões do Brasil registram queda no total de empregos formais. Sudeste registrou 97.384 postos de trabalho fechados, seguido pelo Sul com 21.422, Nordeste com 17.630, Centro Oeste com 16.435 e Norte com 16.260 menos postos de trabalho. (CAGED, 2015).

Coincidentemente essa é a mesma ordem do Ranking apresentado anteriormente, relativo a defasagem de profissionais, conforme Tabela 18.

Tabela 18. Comparativo entre demanda de profissionais apontada em 2012 e Postos de trabalho fechados em 2015.

Regiões	Demanda de profissionais apontada em 2012	Número de postos de trabalho fechados em outubro de 2015
Sudeste	4.013.000,00	97.384,00
Sul	1.500.000,00	21.422,00
Nordeste	854.500,00	17.630,00
Centro oeste	383.500,00	16.435,00
Norte	294,800,00	16.260,00
Total	7.032.813,00	169.131,00

Fonte: CAGED (2015), CNI (2012).

Especificamente na indústria, o número de empregados caiu consideravelmente entre 2012 e 2015, conforme dados da Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (Pimes), realizada pelo IBGE (2016). Essa crise econômica conduz a queda na produção da indústria e conseqüentemente agrava as conseqüências no mercado de trabalho neste setor, que chegou a produzir 8,3% menos que em 2014 (Tabela 19).

Tabela 19. Demonstrativo de percentual anual de queda de postos de trabalho.

Ano	Percentual de queda de empregos
2012	1,4%
2013	1,1%
2014	3,2%
2015	6,2%

Fonte: IBGE (2016).

Ainda conforme IBGE (2016), essa redução no número de empregados foi generalizada, e atingiu os dezoito ramos pesquisados pelo Instituto. Os setores que mais impactaram o recuo no total de empregos na indústria do país foram: Meios de transporte: -11,4%, Máquinas e aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações: -13,9%, Produtos de metal: -10,7%, Máquinas e equipamentos: -8,3%, Alimentos e bebidas: -2,2%, Outros produtos da indústria de transformação: -9,7%, Vestuário: -6,4%, Borracha e plástico: -5,7%, Calçados e couro: -6,8%, Metalurgia básica: -7,5%, Minerais não-metálicos: -4,8%, Produtos têxteis: -5,7%, Papel e gráfica: -3,5%, e Indústrias extrativas: -4,7%.

A evolução geral do saldo de emprego formal entre os anos de 2003 e 2015 no Brasil, demonstra uma queda acentuada entre os anos de 2010 e 2012, uma

parca recuperação em 2013 e uma vertiginosa queda entre 2013 e 2014 que continuou nos anos seguintes. Conforme Gráfico 10, 2015 foi o ano mais negativo, que fechou com déficit de saldo de empregos.

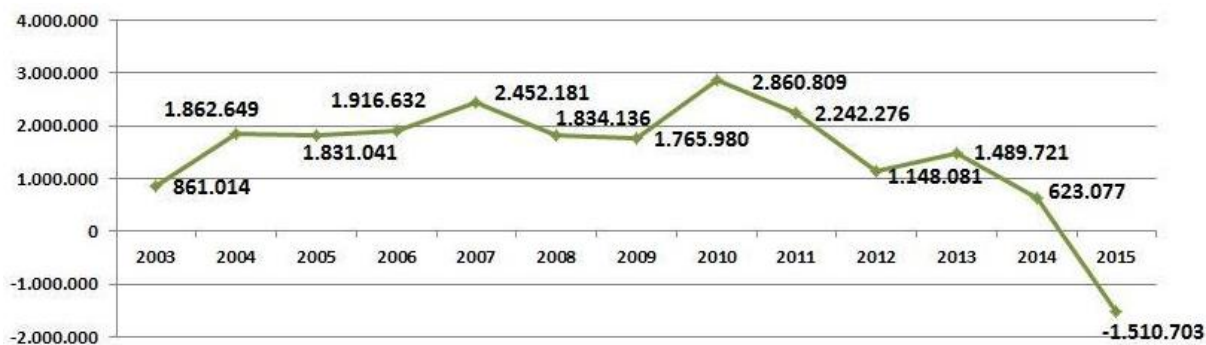


Gráfico 10. Evolução do Saldo do Emprego Formal no Brasil entre os anos de 2003 e 2015
Fonte: RAIS – DEC nº 76.900/75 MTB/ IBGE (2006).

O desemprego, além dos impactos econômicos, aprofunda as já evidentes sequelas sociais. Para Ramos (2007), estar desempregado significa perder um dos vínculos mais importantes de ligação à sociedade e à rede de relações interpessoais, que o emprego proporciona. Analisa a autora que a exclusão social exprime-se em seis dimensões da vida dos indivíduos, e está associada ao desenvolvimento econômico e as transformações ocorridas no mercado de trabalho.

Assim a exclusão é por si só uma consequência do crescimento econômico e das políticas, ou da ausência dessas, que conduzem a esse crescimento.

As dimensões de vida afetadas pelo desemprego, conforme Ramos (2007) são: Ser (personalidade, autoestima, reconhecimento pessoal); Estar (redes de pertença como família e amigos); Fazer (tarefas socialmente reconhecidas, como o emprego); Criar (capacidade de iniciativa, criação e concretização de projetos); Saber (acesso à informação); e Ter (rendimento e poder de compra).

Para Staduto; Trevisol; Joner (2004), as altas taxas de desemprego, a proliferação de oportunidades de trabalho precário e a tendência de redução dos direitos trabalhista são atuais. Os autores consideram que o desemprego é um desafio para as economias nacionais, pela falta de oportunidades de se encontrar postos de trabalho, agravando à crescente exclusão social e elevação dos níveis de pobreza.

Ramos (2007) considera ainda que a crescente evolução tecnológica exige uma crescente formação profissional especializada, e de uma escolaridade mínima,

e que a ausência desses fatores pode contribuir para o desemprego a longo prazo. Seria uma nova forma de exclusão, “[...] devido às desigualdades de acesso às novas tecnologias e a educação, dificultando as possibilidades de aquisição e atualização das competências”. (RAMOS, 2007, p. 306). Um agravante, conforme Deitos (2006) é que a formação dessas novas competências não são necessariamente ofertadas pelas empresas que as requerem, o que atribui ao indivíduo a responsabilidade de atualizar-se e validar seus conhecimentos.

A exclusão social pode se intensificar com a redução da perspectiva salarial futura, na medida em que o indivíduo permanece fora do mercado de trabalho. Em pesquisa realizada em 2009, Monte; Araújo Junior e Pereira, partem da premissa de que o tempo de permanência no desemprego afeta o salário futuro do trabalhador, dado que uma permanência maior nessa condição, pode refletir em custos adicionais em treinamento para reinseri-lo na ocupação, tanto para o demandante quanto para o ofertante de mão de obra. A partir deste ponto analisam que quanto mais tempo fora do mercado de trabalho, mais a situação do trabalhador se agrava, em especial à determinados grupos populacionais.

Monte; Araújo Junior e Pereira (2009), informa que a escolaridade alta pode ser um problema no momento de reingressar no mercado de trabalho, uma vez que de forma geral “[...] para os indivíduos menos escolarizados, a permanência no estado de desemprego é menor em relação aos mais escolarizados, e um dos fatores determinantes nessa questão é o salário de reserva do trabalhador”. (MONTE; ARAÚJO JÚNIOR e PEREIRA, 2009, p. 443). As pesquisas do autor apontam que caso o trabalhador conseguisse reduzir o tempo da busca pelo emprego, ele teria um acréscimo significativo no seu salário, pois a cada mês que o trabalhador permanece no estado de desemprego, isso acarreta uma redução de, aproximadamente, 3,0% no salário. O grupo mais afetado é o de trabalhadores com maior nível de escolaridade.

Ao explorar as tendências do mercado de trabalho brasileiro, Carleial (2015) considera que este cenário de desemprego é consequência de uma política econômica neoliberal, acentuada no segundo governo da presidente Dilma Rousseff. A proposta do ajuste macroeconômico anunciada em setembro de 2014, mostrava-se na visão da autora como:

[...] um ajuste gradual contraposto a um ajuste de choque que impusesse uma forte redução dos gastos públicos e do crescimento econômico, aumento do desemprego, redução do salário real, desmonte da política de

valorização do salário mínimo, encolhimento do investimento público e aprofundamentos da financeirização e da desindustrialização brasileiras. (CARLEIAL, 2015, p. 215).

Esse ajuste neoliberal, na pesquisa de Carleial (2015) teve como estopim a confirmação de um déficit de 0,6% do PIB, após 17 anos de superávits consecutivos, mostrou-se contrário as promessas de compromisso com os interesses dos trabalhadores, que afirmavam manter emprego e renda, e acabou por eliminar as chances reais de crescimento ao reduzir o investimento, o emprego, a renda, a arrecadação de impostos e comprometer a engenharia dos gastos sociais construída nos últimos anos.

Sob a égide do modo de produção capitalista, o mercado de trabalho será sempre uma esfera subordinada ao nível e ao ritmo da atividade econômica, e assim, gerido e influenciado por elementos como a posição do país na divisão internacional do trabalho, seu perfil tecnológico e industrial, bem como sua capacidade de implementar políticas econômicas favoráveis à geração de empregos e sua capacidade de regular tal mercado. (CARLEIAL, 2015).

Após um início de segundo mandato conturbado, no dia 31 de agosto de 2016, a Presidente Dilma Rousseff teve seu impeachment aprovado pelo Senado Federal, o que definitivamente a afastou do cargo. Seu vice-presidente e opositor político, Michael Temer, assumiu outorgando a tônica de uma política neoliberal, com previsão de cortes e ajustes não populares, realizando reformas com o intuito de estimular parcerias público-privadas, despertando novamente o otimismo em economistas empresários e investidores.

Em meio a este entendimento de perspectivas positivas, em outubro de 2016, foi divulgado o Mapa do Trabalho Industrial 2017-2020, do SENAI, apontando a necessidade de mais de 13 milhões de profissionais a serem qualificados até 2020 em ocupações industriais (Tabela 20).

Tabela 20. Previsão de demanda por Formação Profissional (Acumulado 2017-2020), conforme Mapa Industrial do Trabalho

Formação profissional	Total	(%)
Superior	625.448	4,8%
Técnico	1.836.548	14,1%
Qualificação + 200h	3.348.382	25,7%
Qualificação – 200h	7.199.946	55,3%

Fonte: Mapa do trabalho Industrial 2017-2020 (SENAI, 2016).

Entretanto, o documento ressalta que esses números estão atrelados as tendências até 2020, relacionado ao otimismo moderado dos empresários e a previsão de uma recuperação a partir de 2017. Essa recuperação se dará, segundo a expectativa empresarial, inicialmente com a recuperação dos investimentos privados com diferentes modelos de financiamento, concessões e privatizações e posteriormente com a recuperação do emprego. Nesse estudo indica-se que o tempo que transcorrerá entre a conversão das expectativas em produção e emprego dependerá em primeira instancia da aprovação das reformas trabalhistas e previdenciária (Tabela 21). (FIEP, 2016).

Tabela 21. Previsão de demandas das Ocupações Industriais pelas Regiões Brasileiras de acordo como Mapa do Trabalho Industrial 2017-2020.

Região	Ocupações com Qualificação até 200h	Ocupações com Qualificação com + de 200h	Técnica	Superior	Total Geral	%PIB
Norte	387.128	195.605	82.762	18.590	684.085	5,5%
Centro Oeste	529.131	236.457	106.802	44.575	916.964	9,1%
Nordeste	1.176.020	494.564	247.539	62.401	1.980.524	13,6%
Sul	1.531.422	700.469	350.788	90.948	2.673.627	16,5%
Sudeste	3.576.246	1.721.287	1.048.657	408.934	6.755.123	55,3%
Total Geral	7.199.946	3.348.382	1.836.548	625.448	13.010.324	100,0%

Fonte: Mapa do trabalho Industrial 2017-2020 (SENAI, 2016).

Novamente, a região Sudeste concentraria o maior número de oportunidades, com necessidade de 6.755.123 novos profissionais com qualificações básicas ao Ensino Superior. A região Sul, também ocupa o segundo lugar nesse ranking, com necessidade de capacitar mais de 2.600 milhões de profissionais. Seguindo a tendência, o Nordeste com defasagem de quase 2 milhões, Centro Oeste com demanda de quase 1 milhão e a região Norte com uma carência de cerca de 680.000 mil profissionais. Conforme o estudo, são 13 as áreas de Formação profissional com maiores reivindicações até 2020, com destaque para Construção, Meio Ambiente e Produção, Metal mecânica e Alimentos (Tabela 22).

Tabela 22. As treze áreas de formação profissional com maiores demandas entre 2017-2020 de acordo com o Mapa do Trabalho Industrial.

Áreas de Formação	Total	Taxa 2017 / 2020
Construção	3.867.196	2,2%
Meio Ambiente e Produção	2.447.683	2,3%
Metal Mecânica	1.751.318	2,4%

Áreas de Formação	Total	(Continuação)
		Taxa 2017 / 2020
Alimentos	1.274.554	1,9%
Vestuário e Calçados	974.592	2,1%
Tecnologias de informação e Comunicação	611.241	2,7%
Energia	661.619	2,3%
Veículos	435.741	2,4%
Petroquímica e Química	327.629	2,4%
Madeira e Móveis	258.570	2,1%
Papel e Gráfica	177.580	2,1%
Mineração	130.929	2,8%
Pesquisa, Desenvolvimento e Design	91.669	2,2%
Total Geral	13.010.324	2,3%

Fonte: Mapa do trabalho Industrial 2017-2020 (SENAI, 2016)

O mapa do trabalho industrial de 2012 apontava a necessidade de formação de Técnico de Controle de Produção, Eletrônica, Eletricidade e Eletrônica, Desenvolvimento de sistemas e aplicações, e Operação e Monitoração de computadores. O novo Mapa indica a procura por técnicos em Controle Ambiental, Automação, Siderurgia, Eletrotécnica, Eletroeletrônica, Informática, Telecomunicações, Edificações, Petroquímica e Química. (Tabela 23).

Tabela 23. Comparativo entre demanda de profissionais de habilitação técnica entre os Mapas do Trabalho Industrial de 2012 e de 2016

Ocupações Técnicas 2012 – 2016	Projeção de Vagas demandadas	Ocupações Técnicas 2017 - 2020	Projeção de Vagas demandadas
Técnico de controle de produção	88.766	Técnicos em Controle Ambiental	425.809
Técnico em Eletrônica	39.919	Técnico em Automação industrial e Técnico em Siderurgia	361.422
Técnico em Eletricidade e Eletrônica	27.972	Técnico em Eletrotécnica e Técnico em Eletroeletrônica	272.334
Técnico de Desenvolvimento de sistemas e aplicações	25.204	Técnico em informática e Técnico em Telecomunicações	222.011
Técnico em operação e monitoramento de computadores	21.677	Técnico em Petroquímica e Técnico em Química	97.870

Fonte: Mapa do Trabalho Industrial (2012). Mapa do Trabalho Industrial (2016). Elaboração da autora

Em relação a formação na modalidade de qualificação profissional, ou seja, cursos com duração mínima de 160 horas, a principal demanda registrada em 2012 era na área de alimentos, seguida por vestuário, máquinas pesadas, industriais e automotores. Em 2016, a maior precisão assinalada continua sendo as mesmas, porém com inclusão das áreas de construção civil e energia (Tabela 24).

Tabela 24. Comparativo entre demanda de profissionais de qualificação básica entre os Mapas do Trabalho Industrial de 2012 e de 2016.

Setor /Área	Ocupações de Qualificação Básica 2012 - 2016	Projeção de Vagas demandadas	Ocupações de Qualificação Básica 2017 - 2020	Projeção de Vagas demandadas
Alimentos	Trabalhadores da indústria de alimentos (Cozinheiros industriais)	174.586	Confeiteiro e Operador de processamento de alimentos	830.191
Vestuário/ Têxtil	Operadores de maquinas para costura de peças do vestuário	88.600	Costureiro Industrial e Mecânico de Maquinas de Costura	487.441
Construção Civil	Preparadores e operadores de máquinas pesadas para a construção civil	81.817	Encanador e Carpinteiro de Obras	432.610
Máquinas Industriais	Mecânicos de manutenção de máquinas industriais	63.427	Ajustador Mecânico e Ferramenteiro	681.087
Automotivo	Mecânico de manutenção de veículos automotores	62.866	Mecânico e Eletricista de Automóveis	266.538
Energia	*	*	Eletricista de redes de distribuição de energia elétrica e Montador de Sistemas Fotovoltaicos	230.873

Fonte: Mapa do Trabalho Industrial (2012). Mapa do Trabalho Industrial (2016). Elaboração da autora.

A novidade do Mapa do Trabalho Industrial de 2016, é a previsão de ocupações industriais com maior requisição dentro e fora da indústria, nas modalidades de qualificação profissional e habilitação técnica. No nível técnico a o enfoque estará nas áreas de Programador de Produção e Eletrônica e em nível de qualificação desponta a área de manutenção automotiva (Tabela 25).

Tabela 25. Dez ocupações industriais com maior demanda dentro e fora da indústria descritas no Mapa do Trabalho Industrial 2017-2020.

Ocupações de Qualificação	Projeção de Vagas demandadas	Ocupações de Nível Técnico	Projeção de Vagas demandadas
Mecânico de manutenção de veículos	193.040	Programador de produção	156.569
Operador de processamento de alimentos	69.988	Técnico em Eletrônica	125.636
Ajustador Mecânico	41.397	Técnico em Eletrotécnica	85.485
Funileiro Automotivo	35.881	Técnico em Segurança do Trabalho	76.646
Mecânico de Manutenção de máquinas pesadas e equipamentos agrícolas	28.000	Técnico em Informática	74.437
Ferramenteiro	27.318	Técnico em telecomunicações	49.323
Eletricista de Automóveis	26.121	Colorista	30.516
Auxiliar de Laboratório	19.138	Técnico em manutenção	19.288

de Maquinas Industriais			
Ocupações de Qualificação	Projeção de Vagas demandadas	Ocupações de Nível Técnico	(Continuação) Projeção de Vagas demandadas
Mecânico de manutenção de Motores	18.790	Técnico em Alimentos	18.804
Mecânico de Manutenção em Sistemas de Refrigeração	12.496	Técnico em Mecânica	17.446

Fonte: Mapa do Trabalho Industrial (2016). Elaboração da autora

Staduto; Trevisol; Joner (2004), consideram que no decorrer da história, o número de empregos cresceu ao mesmo tempo em que a produtividade aumentou, e que existe a necessidade de um planejamento a médio e longo prazo referente às perspectivas do seu mercado de trabalho. As perspectivas do mercado de trabalho foram traçadas pela FIEP, mais recentemente com projeções para 2012-2015 e 2017 - 2020, ambas embasadas em um cenário político e econômico. O Cenário de 2012 a 2015 não se concretizou e a projeção de demanda de 7,8 milhões de novos profissionais esbarrou em uma estagnação econômica que ocasionou fechamento de milhares de postos de trabalho em oposição à abertura de novas oportunidades. As previsões de 2017-2020 são moderadas, mas já anunciam que estão baseadas no índice de otimismo do empresariado brasileiro para retomada da economia.

Considerando o otimismo da nova demanda profissional prevista no Mapa do Trabalho Industrial 2017-2020, é necessário ponderar quais são, ou serão, os caminhos para que os profissionais qualificados encontrem e ocupem, as vagas ofertadas no mercado de trabalho. Na perspectiva de Staduto; Trevisol; Joner (2004), o desemprego e o subemprego são tidos como consequência dos desequilíbrios entre oferta e demanda de força de trabalho, e o Sistema Público de Emprego, através dos Sistema Nacional de Emprego – SINE, e suas Agências do Trabalhador podem atuar como um instrumento de intermediação de mão de obra, de forma que minimize os desencontros entre empregados e empregadores.

Nesta perspectiva, objetiva-se no próximo item, a análise da intermediação da mão de obra em Cascavel, realizada pela Agencia do Trabalhador do município, apresentando dados gerais dessas intermediações e relacionando-os com a oferta de cursos FIC, realizada pelo Sistema S, no âmbito do Pronatec.

5.3 A Intermediação da Mão-de-Obra em Cascavel - Paraná

Conforme a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária (SETS), quem administra os serviços de recrutamento, seleção e colocação de trabalhadores no mercado de trabalho que estão disponíveis em todas as Agências do Trabalhador do Paraná, é a Divisão de Intermediação de Mão de Obra – DIM (SETS, 2016).

Esse programa é gratuito, e tem por objetivo informar e orientar trabalhadores na procura por emprego e aos empregadores, na busca de recursos humanos, fazendo a intermediação entre ambos.

Staduto; Trevisol; Joner (2004) desenvolveram estudos sobre o desempenho do Sine do Paraná entre os anos 1992 e 2002, como serviço de intermediação de mão de obra. Nessas pesquisas, concluíram que embora o resultado na região metropolitana tenha sido apenas satisfatório, no interior do Estado o desempenho foi bom, em especial para as regiões Centro- Oriental, Norte-Pioneiro e Sudeste. Nesta mesma análise, os autores pontuam que as vagas oferecidas via Sine não foram preenchidas, entre outras razões, pela falta de perfil dos candidatos encaminhados, que se traduz na perspectiva dos autores em baixa qualificação dos trabalhadores, aspecto que revela um problema de empregabilidade.

Em nosso estudo nos propusemos a analisar o perfil de vagas descrito pela agência do trabalhador em Cascavel e relacioná-los com o Perfil de Candidatos inscritos e o Perfil de Candidatos colocados. O intuito é verificar se os candidatos inscritos estão ou não atendendo aos perfis descritos para preenchimento das vagas ofertadas. Iniciamos a análise apresentando alguns dados relativos às intermediações realizadas pela agência do trabalhador e na sequência, relacionamos as ofertas de vagas, com os cursos de qualificação desenvolvidos pelo Pronatec no município.

A agência do trabalhador em Cascavel demonstrou oscilações na oferta de vagas de postos de trabalho entre os anos 2011 e 2015, registrando expressivas quedas de 20,31% entre 2011-2012, e de 22% entre o período de 2014-2015, acompanhando o movimento nacional.

Em fevereiro de 2016 o Caged assinalou que Cascavel fechou 255 postos de trabalho, apresentando uma variação negativa de -0,27%, superando o índice estadual (-0,08%) e nacional (-0,26%). As áreas mais afetadas foram da

administração pública, construção civil, comércio e agropecuária, que foram os setores que mais demitiram. Na contramão, a indústria da transformação, que inclui os frigoríficos, foi o segmento que obteve a melhor variação no emprego (0,89%) com a criação de 168 postos de trabalho.

Na Tabela 26 estratificou-se a evolução de encaminhamentos para os postos de trabalho, realizados pela Agência do Trabalhador, no município de Cascavel, no período de recorte da pesquisa, que é de 2011-2015

Tabela 26. Evolução de encaminhamentos para postos de trabalho - Agência do Trabalhador de Cascavel entre os anos de 2011 e 2015.

Ano	Inscritos	Vagas	Encaminhados	Colocados	Taxa de ocupação das vagas %
2010	24.310	10.775	33.251	3.351	31,10 %
2011	22.199	11.154	35.695	3.537	31,71 %
2012	15.605	8.888	34.497	4.617	51,95 %
2013	13.330	10.148	29.194	3.689	36,35 %
2014	13.061	12.567	32.463	3.598	28,63 %
2015	10.878	9.693	33.399	3.290	33,94 %
Total	99.383	63.225	198.499	22.082	35%

Fonte: Base GAP - Prestação de Contas. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, (2015).
Elaboração da Autora.

Os dados relativos às intermediações de mão de obra no município de Cascavel, foram extraídos do portal eletrônico da Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos - SEJU que compreendem os aspectos de Intermediação por atividade econômica, Perfil combinado dos colocados, Perfil combinado dos candidatos e Perfil combinado de exigência de vagas, alusivo ao ano de 2011. Foram solicitados os dados referentes aos anos de 2012 a 2015 ao SIGO – Sistema de Ouvidoria, porém não obtivemos sucesso.

Percebe-se que o maior número de vagas está concentrado nos setores de Comércio; Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas; Indústrias de Transformação, Construção, Atividades Administrativas e serviços complementares, Alojamento/Alimentação, Transporte Armazenagem e Correio. Na Tabela 27, verifica-se que, o número de colocados, é sempre inferior ao número de vagas, embora os encaminhados para o preenchimento destas seja vultuosamente superior ao número de vagas em aberto.

Tabela 27. Comparativo de Intermediação por atividade econômica, realizada pela Agência do Trabalhador em Cascavel, no período de 01/01/2011 a 31/01/2011.

Atividade econômica	Vagas	Encaminhados	Colocados
Comércio; Reparação De Veículos Automotores e Motocicletas	2940	9640	995
Indústrias de Transformação	1667	4243	446
Construção	853	1166	155
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	579	1817	183
Alojamento e Alimentação	447	1749	86
Transporte, Armazenagem e Correio	438	1340	109
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	324	1115	189
Não Definido/Não Cadastrado	258	579	68
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	203	473	104
Informação e Comunicação	194	373	31
Artes, Cultura, Esporte e Recreação	130	487	45
Atividades Financeiras, De Seguros e Serviços	112	286	26
Saúde Humana E Serviços Sociais	68	243	24
Atividades Imobiliárias	41	67	5
Água, Esgoto, Atividades De Gestão De Resíduos e Descontaminação	24	63	8
Eletricidade e Gás	8	15	0
Indústrias Extrativas	4	1	0
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	1	2	0
Totais	8291	23659	2474

Fonte: Base SIMO Internet. SEJU (2015). Elaboração da Autora.

O fato do número de trabalhadores colocados serem inferiores as vagas de trabalho disponibilizadas não é uma realidade apenas do município de Cascavel. A

Tabela 28 demonstra que a permanência de vagas ociosas em contraponto a um grande número de desempregados é fato percebido em dados nacionais.

Tabela 28. Dado sobre atendimento pela rede SINE - Total Brasil, de intermediação de mão-de-obra no Brasil de 2000 até 2015*.

Ano	Trabalhadore s Inscritos para Intermediação	Vagas captadas junto a empregadores	Encaminhamento s para entrevistas	Trabalhadores colocados no mercado de trabalho	Percentual de Vagas preenchidas
2000	4.805.733	1.281.220	2.559.597	581.618	45,40%
2001	4.687.001	1.435.173	2.884.805	742.880	51,76%
2002	5.118.563	1.648.542	3.445.531	869.585	52,75%
2003	5.443.121	1.560.502	3.428.546	844.572	54,12%
2004	4.872.769	1.670.751	3.553.823	886.483	53,06%
2005	4.977.550	3.869.769	1.718.736	893.728	23,10%
2006	5.148.720	4.031.713	1.772.282	878.394	21,79%
2007	5.428.622	4.866.693	2.060.917	980.997	20,16%
2008	5.990.907	5.781.814	2.526.628	1.068.114	18,47%
2009	5.894.722	6.019.575	2.538.081	1.018.807	16,92%
2010	5.497.650	3.660.711	7.729.292	1.246.201	34,04%
2011	4.708.101	2.569.720	5.883.262	933.613	36,33%
2012	6.144.893	2.642.970	5.490.055	658.862	24,93%
2013	5.802.948	2.901.446	6.192.575	749.115	25,82%
2014	5.185.085	2.600.860	5.571.657	676.032	25,99%
2015	2.885.405	1.143.410	3.060.051	324.412	28,37%
Total	81.902.250	47.441.551	59.735.744	13.271.159	27,97%

*dados até 11/08/2015.

Fonte: Base de Gestão da Intermediação de Mão de Obra BGIMO. MT.E (2016).

Em 2011, a Agência do Trabalhador possuía em seu banco de dados, 9.016 candidatos, e destes apenas 2.474 conseguiram uma colocação, ou seja, apenas 27,44% das vagas ofertadas foram preenchidas. Seria falta de qualificação para ocupação das vagas em aberto?

A análise do perfil combinado das vagas ofertadas demonstra que 48% eram destinadas ao sexo masculino, 14,81% são para o sexo feminino e 36,45% tinham requisito indiferente em relação ao sexo. Em termos de escolaridade, o maior percentual de vagas era destinado a pessoas com ensino médio (21,94%); primário completo (14,92%), primeiro grau incompleto (10,87%), primeiro grau completo (9,89%), e indiferente (9,74%). O nível Superior Completo foi requerido apenas em 2,78% das vagas, inferior ao índice de 9,18% de requisito de Alfabetizado. A média salarial com maior incidência de oferta para candidatos do ensino superior foi de três

a cinco salários mínimos, a mesma ofertada para candidatos com o ensino médio completo.

Em relação ao Perfil Combinado dos candidatos Inscritos, verifica-se que a maior parte, 35% possui segundo grau completo, 16,13% segundo grau incompleto, 13,73% Primário incompleto, 9,9% Primeiro grau completo, 9% Superior incompleto e 7,06% Superior completo.

A comparação entre escolaridade requerida para a vaga, e a apresentada pelos candidatos cadastrados e colocados, certifica que o nível mais requerido é a de Segundo Grau Completo, conforme Tabela 29.

Tabela 29. Comparativo entre escolaridade requerida e média salarial ofertada nas intermediações realizadas pela Agencia do Trabalhador de Cascavel no ano de 2011.

Escolaridade	Perfil da Vaga	Perfil do Candidato	Perfil dos colocados	Média Salarial com maior % de oferta
Analfabeto	4,49%	0,22%	0,11%	<1 até 3
Alfabetizado	9,18%	0,28%	0,08%	<1 até 3
Primário Incompleto	6,56%	2,78%	0,64%	<1 até 3
Primário Completo	14,92%	6,0%	3,21%	<1 até 3
Primeiro Grau Incompleto	10,87%	13,73%	11,82%	<3 até 5
Primeiro Grau Completo	9,89%	9,9%	8,08%	<3 até 5
Segundo Grau Incompleto	7,80%	16,13%	15,60%	<3 até 5
Segundo Grau Completo	21,93%	35%	43,01%	<3 até 5
Superior Incompleto	0,69%	9,0%	9,18%	<3 até 5
Superior Completo	2,78%	7,06%	7,3%	<3 até 5
Indiferente	9,75%	-	-	-

Fonte: Base SIMO Internet. SEJU (2015). Elaboração da Autora.

Considera-se que a escolaridade não mostrou-se como fator significativo para o não preenchimento das vagas ofertadas em sua totalidade, uma vez que a média geral (Segundo grau completo) é superior as escolaridades inferiores requeridas. No caso do Ensino Superior, verifica-se que há um percentual maior na mão de obra ofertada (perfil do candidato) do que nas vagas demandadas (perfil da vaga).

A experiência profissional também não deveria ser fator para a não contratação. Dados do SEJU (2015) demonstram que 74,79% das vagas não requeria experiência profissional comprovada em carteira, 34,97% experiência de 4 a 6 meses e, 2,59% das vagas solicitavam até 3 meses de experiência.

Parece ainda atual o pensamento de Pereira (1994), citado por Staduto; Trevisol; Joner (2004), no qual expressa que a economia brasileira apresenta-se como um sistema econômico complexo e desequilibrado, devido ao um processo real de desenvolvimento em que a acumulação do capital e os processos técnicos continuamente transformam os sistemas econômico, social e político. Complementa o autor, que a sociedade brasileira é intrinsecamente dual e heterogênea “[...] uma vez que o setor industrial moderno aparenta ser incapaz de absorver toda mão de obra disponível e, utilizando-se da tecnologia sofisticada, não exerce a função primordial de todas as empresas: empregar”. (PEREIRA, 1994, *apud* STADUTO; TREVISOL; JONER, 2004, p.51).

Uma leitura relacional entre os vinte cursos FIC com maior número de vagas ofertadas pelo Pronatec, pelo Sistema S, em Cascavel, entre 2011 e 2015, *versus* as vinte áreas, conforme divisão CNAE, que mais ofertaram vagas pela Agência do Trabalhador no município de Cascavel no ano de 2011, indica que alguns cursos não encontraram vagas no mercado formal representado pelas intermediações da Agência do trabalhador.

Curso (* nº de vagas ofertadas entre 2011 e 2015)	Escolaridade*	Descrição da Função*
Auxiliar Administrativo (*580)	Segundo Grau Incompleto	Atua nos processos administrativos de empresas urbanas e rurais, executando atividades de apoio. Nas áreas de recursos humanos, finanças, produção, logística e vendas, observando os procedimentos operacionais e a legislação
Operador de Computador (*363)	Primeiro Grau Incompleto	Instala, configura e opera sistemas operacionais cliente, aplicativos de escritório e periféricos. Organiza entrada e saída de dados em sistemas de informação, conforme procedimentos técnicos de qualidade e atento às normas e políticas de segurança da informação e de respeito à propriedade intelectual.
Eletricista de Automóveis (*358)	Primeiro Grau Incompleto	Realiza a montagem e a reparação em instalações elétricas e equipamentos auxiliares de veículos automotores, de acordo com as normas e procedimentos técnicos de qualidade, segurança, higiene e saúde.
Costureiro (*301)	Primeiro Grau Incompleto	A partir de moldes pré-definidos, corta, costura e monta peças completas do vestuário, aplicando as técnicas de costura para tecidos planos, observando o sentido do fio do tecido e a sequência operacional
Maquiador (*283)	Primeiro Grau Incompleto	Atua no segmento de beleza, realizando maquiagens para diferentes ocasiões, utilizando técnicas e produtos cosméticos de maquiagem, considerando as tendências da moda e respeitando os limites éticos e os critérios estéticos regionais.
Manicure e Pedicure (*279)	Primeiro Grau Incompleto	Atua no segmento de beleza, realizando higienização, lixamento, corte, polimento e esmaltação das unhas. Utiliza diferentes técnicas, procedimentos de biossegurança,

		materiais e produtos, conforme as necessidades e características do cliente, respeitando os limites éticos e os critérios estéticos regionais.
Curso (* nº de vagas ofertadas entre 2011 e 2015)	Escolaridade*	Descrição da Função* (Continuação)
Modelista (*253)	Primeiro Grau Completo	Modela peças do vestuário, considerando a estrutura, caimento e sentido do fio dos tecidos e as instruções especificadas na ficha técnica para elaboração de moldes.
Recepcionista (*246)	Primeiro Grau Incompleto	Recepciona e atende diferentes públicos, por meio de diversos canais de comunicação (telefone, virtual e presencial). Promove a satisfação, a qualidade e a excelência no atendimento. Presta informações e estabelece fluxos de atendimento, com base nos processos produtos e serviços da organização, de modo a atender com rapidez e eficiência às necessidades do cliente
Auxiliar de Recursos Humanos (*212)	Ensino Médio Incompleto	Executa rotinas de processos administrativos do setor de Recursos Humanos de uma empresa. Realiza atividades de apoio ao planejamento, execução, avaliação e controle dos processos de recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento, avaliação de desenvolvimento, avaliação de desempenho, progressão funcional, cargos, salários e benefícios.
Aplicador de Revestimento Cerâmico (*188)	Ensino Fundamental incompleto	Realiza aplicação de revestimentos cerâmicos em edificações, de acordo com as normas e procedimentos técnicos de qualidade, segurança, higiene e saúde.
Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão (*177)	Primeiro Grau Incompleto	Realiza instalação e manutenção elétrica predial de baixa tensão, de acordo com as normas e procedimentos técnicos de qualidade, segurança, higiene e saúde.
Torneiro Mecânico (*149)	Primeiro Grau Incompleto	Regula e operar torno mecânico e confecciona peças de uso industrial, de acordo com as normas e procedimentos técnicos de qualidade, segurança, higiene e saúde.
Soldador no Processo Mig/Mag (*147)	Primeiro Grau Incompleto	Solda materiais por meio do processo MIG/MAG atendendo à regulamentação técnica de fabricação, de acordo com as normas e procedimentos técnicos de qualidade, segurança, higiene e saúde.
Mecânico de Motores à Diesel (*141)	Primeiro Grau Incompleto	Realiza a manutenção de motores a diesel, de acordo com as normas e procedimentos técnicos de qualidade, segurança, higiene e saúde
Confeiteiro (*123)	Primeiro Grau Incompleto	Auxilia o confeitiro na preparação, montagem e finalização de diversos produtos e organização da estrutura da confeitaria. Realiza a preparação prévia de frutas, geleias, massas diversas, cremes, caldas, glacês, chocolates e recheios para sobremesas. Executa a <i>mise-en-place</i> e a higienização da confeitaria de confeitaria de acordo com as condições de segurança no local de trabalho
Padeiro (*123)	Primeiro Grau Incompleto	Elabora produtos de panificação, realizando o preparo de massas, coberturas e recheios, de acordo com as normas técnicas, de segurança, higiene e saúde no trabalho.
Vendedor (*120)	Primeiro Grau Incompleto	Apresenta os produtos e serviços da empresa, os quais conhece em profundidade. Identifica os tipos de cliente. Negocia e argumenta com o cliente. Prepara mercadorias para venda. Apoia e presta serviços ao cliente. Demonstra produtos. Executa a venda e a pós-venda. Expõe mercadorias no ponto de venda. Registra a entrada e a saída de mercadorias
Pedreiro de Alvenaria (*111)	Primeiro Grau Incompleto	Executa trabalhos de construção, reforma e manutenção de obras civis, no que se refere a alvenaria de tijolos, pedras de

		cantaria, blocos e concreto, contra pisos, revestimentos de pisos e paredes em geral, monta painéis de alvenaria pré-fabricados ou convencionais, de acordo com as normas e procedimentos técnicos de qualidade, segurança, higiene e saúde.
Curso (* nº de vagas ofertadas entre 2011 e 2015)	Escolaridade*	Descrição da Função* (Continuação)
Balconista de Farmácia (*109)	Primeiro Grau Completo	Comercializa e atua na dispersão de medicamentos e correlatos. Interpreta receitas prescritas pelo médico e presta os devidos esclarecimentos no que se refere ao uso correto dos medicamentos. Auxilia na organização do estabelecimento farmacêutico, no controle de estoques e no armazenamento de medicamentos. Trabalha sob a supervisão do profissional farmacêutico.
Porteiro e Vigia (*103)	Primeiro Grau Incompleto	Recepciona e orienta pessoas em portarias. Controla a entrada e a saída de veículos e pessoas. Inspecciona áreas comuns. Realiza manutenções simples. Solicita consertos. Zela pela segurança pessoal e patrimonial. Recebe, protocola e distribui correspondências e encomendas aos destinatários.

Quadro 7. Os vinte cursos FIC com maior oferta de vagas pelo Pronatec, pelo Sistema S, no município de Cascavel, entre 2011 e 2015, com descritivo de escolaridade e função.

Fonte: Guia FIC 3º edição. Elaboração da autora *Conforme Guia FIC.

Chamam atenção os cursos de: Maquiador Manicure, Modelista, Balconista de Farmácia, que apresentaram grande oferta porém, pouca representatividade de vagas de trabalho formal. De fato, com exceção do curso de Balconista, o perfil dos demais cursos volta-se para o trabalho informal ou para o Micro Empreendedorismo Individual – MEI. A partir de 2014 as pactuações para oferta de cursos passaram a ser regidas sob indicadores do CAGED, e com essa perspectiva, tais qualificações não entraram mais no rol das ofertas.

Código CNAE	Divisão CNAE (*Vagas de trabalho ofertadas pela Agência do trabalhador em Cascavel em 2011)	Descrição da função conforme CNAE
47	Comércio varejista (*1.640)	Esta divisão compreende as atividades de revenda (venda sem transformação significativa) de bens de consumo novos e usados para o público em geral, preponderantemente para o consumidor final. Inclui tanto o comércio tradicional em lojas abertas ao público como o varejo por meios não tradicionais por catálogo, porta-a-porta, televisão, internet, etc. Esta divisão compreende também as unidades comerciais abertas ao público, em lojas com exposição de mercadorias, de produtos tais como computadores pessoais, artigos de papelaria, tintas ou madeira, ainda que parte das vendas realizadas não seja para uso pessoal ou doméstico.
46	Comércio atacado, veículos automotores e motocicletas (*1.039)	Esta divisão compreende as atividades de venda por atacado de mercadorias, exceto de veículos automotores e motocicletas, quer realizada por comerciante atacadista ou por representante ou agente do comércio. Em geral, esta venda é uma etapa intermediária da distribuição de mercadorias; e está organizada para vender mercadorias em grandes quantidades a varejistas, a empresas, estabelecimentos agropecuários, cooperativas e a uma clientela institucional. Esta divisão compreende também as manipulações habituais do comércio atacadista - montagem, classificação e agrupamento de produtos em grande escala, fracionamento, acondicionamento e envasamento, redistribuição em recipientes de menor escala quando realizadas por conta própria e as atividades de representantes comerciais e agentes do comércio atacadista realizadas via internet.

Código CNAE	Divisão CNAE (*Vagas de trabalho ofertadas pela Agência do trabalhador em Cascavel em 2011)	Descrição da função conforme CNAE (Continuação)
41	Construção de edifícios (*472)	Esta divisão compreende a construção de edifícios de todos os tipos (residenciais, comerciais, industriais, agropecuários e públicos), as reformas, manutenções correntes, complementações e alterações de imóveis, a montagem de estruturas de casas, abrigos e edifícios pré-fabricadas <i>in loco</i> para fins diversos de natureza permanente ou temporária quando não realizadas pelo próprio fabricante. Esta divisão compreende também a realização de empreendimentos imobiliários, residenciais ou não, provendo recursos financeiros, técnicos e materiais para a sua execução e posterior venda (incorporação imobiliária).
49	Transporte terrestre (*365)	Esta divisão compreende o transporte de passageiros e carga por rodovias e ferrovias e dutos; o transporte rodoviário sob regime de fretamento e o transporte em trens turísticos teleféricos e similares.
56	Alimentação (*355)	Não há notas explicativas disponíveis para esta categoria.
10	Fabricação de produtos alimentícios (*311)	Esta divisão compreende o processamento e transformação de produtos da agricultura, pecuária e pesca em alimentos para uso humano e animal. Esta divisão está organizada por atividades que processam e transformam diferentes tipos de produtos como carnes, pescados, leite, frutas e legumes, gorduras e óleos, grãos e produtos de moagem, etc.
43	Serviços especializados para construção (*308)	Esta divisão compreende a execução de partes de edifícios ou obras de infraestrutura, tais como: a preparação do terreno para construção, a instalação de materiais e equipamentos necessários ao funcionamento do imóvel e as obras de acabamento. Incluem ainda as atividades de fundações, a concretagem de estruturas, a colocação de revestimentos de qualquer material em paredes e pisos, a instalação de andaimes, a construção de coberturas, instalações hidráulicas, as instalações de sistemas de calefação e de ar condicionado, antenas, sistemas de alarme e outras instalações elétricas, sistemas de irrigação automáticos, elevadores e escadas rolantes, serviços de tratamento térmico e acústico, alvenaria, refrigeração comercial, a instalação de sistemas de iluminação e de sinalização luminosa e iluminação de rodovias, ferrovias, aeroportos, portos, construção de estruturas de aço, etc.
45	Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (*261)	Esta divisão compreende a venda por atacado e a varejo de veículos automotores e motocicletas novos e usados e de peças e acessórios para esses veículos, inclui também as atividades de manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas; atividades de representantes comerciais e agentes do comércio, por atacado e a varejo de veículos automotores e motocicletas e as vendas sob consignação desses produtos.
29	Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (*246)	Esta divisão compreende a fabricação de veículos automotores para transporte de pessoas e mercadorias e a fabricação de cabines, carrocerias, reboques e semirreboques para veículos automotores; fabricação de peças e acessórios, de material elétrico e eletrônico, de bancos e estofados para os veículos automotores produzidos nesta divisão e a fabricação de contêineres.
25	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (*227)	Esta divisão compreende a fabricação de produtos de metal como estruturas metálicas e obras de caldeiraria pesada para diversas aplicações, caldeiras, tanques e reservatórios metálicos utilizados como instalação para armazenamento e uso industrial e a fabricação de produtos de serralheria, forjaria, estamparia, funilaria, metalurgia de pó, artigos de cutelaria, embalagens metálicas e ferramentas. Compreende também a fabricação de artefatos metálicos para uso doméstico, a fabricação de armas e munições e os serviços de tratamento de metais.
82	Serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados às empresas (*218)	Esta divisão compreende o fornecimento de um conjunto de serviços combinados, administrativos e de escritório de rotina, principalmente às empresas. Compreende também serviços de apoio às atividades de rotina das empresas, prestados por terceiros, sob contrato. Esta divisão compreende também todas as atividades de apoio a empresas não classificadas anteriormente.
1	Agricultura, pecuária e serviços relacionados (*203)	Esta divisão compreende o cultivo de lavouras e a criação de produção animal.
74	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas (*183)	Esta divisão compreende as atividades de serviços profissionais, científicos e técnicos, exceto as atividades jurídicas, de contabilidade e auditoria, de engenharia e de arquitetura.
22	Fabricação de produtos de borracha e de material plástico (*177)	Esta divisão compreende a fabricação de produtos de borracha ou de material plástico. As atividades desta divisão são determinadas pela matéria-prima utilizada.

Código CNAE	Divisão CNAE (*Vagas de trabalho ofertadas pela Agência do trabalhador em Cascavel em 2011)	Descrição da função conforme CNAE (Continuação)
78	Seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra (*174)	Esta divisão compreende as atividades de seleção e agenciamento de mão-de-obra que implicam o recrutamento e encaminhamento de candidatos a empregos em empresas clientes, sendo que os indivíduos selecionados não são funcionários das agências de emprego. Estão incluídas as atividades de seleção e colocação de executivos em empresas clientes e as atividades de agenciamento de elenco (casting). Esta divisão compreende também as atividades de locação de mão-de-obra temporária.
28	Fabricação de máquinas e equipamentos (*169)	Esta divisão compreende a fabricação de máquinas e equipamentos, inclusive os componentes mecânicos, partes e peças, para as atividades industriais, agrícolas, extração mineral e construção, transporte e elevação de cargas e pessoas, para ventilação, refrigeração, instalações térmicas ou outras atividades semelhantes. Esta divisão compreende também a fabricação de ferramentas elétricas, a fabricação de peças para máquinas e equipamentos produzidos nesta divisão e a instalação, manutenção e reparação de máquinas e equipamentos produzidos nesta divisão, quando realizadas pela unidade fabricante.
99 *	Não definido/não cadastrado *(140)	Não há notas explicativas disponíveis para esta categoria.
23	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos (*137)	Esta divisão compreende a fabricação de produtos relacionados a substâncias minerais, como a fabricação de vidro e produtos de vidro, a fabricação de produtos cerâmicos semelhantes. Esta divisão compreende também o aparelhamento e outros trabalhos em pedras e o beneficiamento de minerais não-metálicos quando estas atividades não estão associadas à extração
98	Não definida / não cadastrada (*118)	Não há notas explicativas disponíveis para esta categoria
14	Confecção de artigos do vestuário e acessórios (*107)	Esta divisão compreende a confecção, por costura, de roupas para adultos e crianças, de qualquer material (tecidos planos e de malha, couros, etc.) e para qualquer uso (roupas íntimas, sociais, profissionais, etc.), confeccionadas em série ou sob medida. Esta divisão compreende também os serviços de confecção (corte, costura, etc.), os serviços de facção e a confecção de acessórios do vestuário para uso pessoal.

Quadro 8. As vinte áreas conforme divisão CNAE que mais ofertaram vagas pela Agência do Trabalhador no município de Cascavel no ano de 2011

*No código CNAE essa atividades está descrita como “Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais”.

Fonte: Base SIMO Internet. IBGE (2015). Elaboração da Autora.

Na análise da oferta de vagas, percebe-se que algumas atividades econômicas, embora ativas, não foram contempladas com representatividade de oferta na modalidade qualificação profissional. São elas: Transporte terrestre, Agricultura, pecuária e serviços relacionados e Fabricação de produtos de borracha e de material plásticos. Tanto as áreas de transporte quanto de agricultura são atendidas dentro do Sistema S, pelo SENAT e SENAR respectivamente, e ambos os “S”, não demonstraram representatividade no universo de vagas ofertadas.

São dois os fatores que chamam a atenção: 1) a não oferta de cursos diretamente relacionados a demanda de vagas, que permanecem ociosas devido “a falta de qualificação de mão de obra; 2) a permanência de vagas ociosas mesmos com que uma parcela significativa dos candidatos atendessem os requisitos mínimos da vaga relacionados a nível de escolaridade e experiência profissional. Se mais de 79% das empresas alegam a não necessidade de experiência profissional registrada

em carteira, já não estariam sinalizando o intuito de capacitar esse profissional dentro da empresa? É mais viável para a empresa ficar com a vaga ociosa ou capacitar o profissional?

Os cursos de rápida formação ofertados podem não estar suprindo as expectativas dos setores produtivos, que pode ser uma hipótese para a continuidade de vagas ociosas, mesmo com um número superior de candidatos à ela. Nesse caso, as ofertas do Pronatec não supriram as “necessidades” do mercado de trabalho, apenas fortaleceram a fala neoliberal da meritocracia.

Alguns caminhos poderiam ser tomados para uma melhoria deste cenário. Há segmentos que já acenam para a necessidade do aumento do nível do envolvimento empresariado na oferta da formação profissional dentro das empresas, no modelo do “aprender fazendo”. Atualmente, o modelo do Menor Aprendiz, em que o aluno passa parte do tempo na escola e parte do tempo na empresa, é destinado a jovens com escolaridade de nível médio e/ou superior, com idade entre 14 e 24 anos e, em grande parte desenvolvida apenas sob a égide legal, para cumprimento da cota estabelecida pela legislação. Outra ação, já sinalizada no relatório do CGEE é a necessidade de fortalecimento do ensino técnico de nível médio, para que seja possível formatar um sistema de formação profissional de qualidade. Entretanto nenhuma dessas ações contemplaria o público com mais idade e menor escolaridade.

A educação profissional contemporânea, em seus diversos níveis, tem, entre outros, o objetivo do desenvolvimento de uma habilidade profissional, para que o cidadão possa atuar dentro de um contexto socioeconômico, com geração de ganhos. Entretanto, o mercado de trabalho apresenta-se cada vez mais seletivo, exigindo cada vez mais saberes, habilidades e competências do trabalhador, agregando ganhos de produtividade, que não refletem em melhores salários.

Concordamos com a apreciação de Araujo e Borges (2000), em que consideram que a qualificação como condição de empregabilidade mascara dificuldades estruturais do mercado de trabalho. O discurso da empregabilidade exige a responsabilidade do governo para o desenvolvimento e adoção de políticas públicas, isenta as empresas de suas responsabilidades na formação do trabalhador e atribuem unicamente ao indivíduo toda e qualquer responsabilidade por sua inserção no mercado de trabalho.

Assim, conforme apontado no relatório do Mapa da Educação Profissional e Tecnológica do Brasil, se o Brasil realmente tiver por objetivo dar um salto tecnológico de modo a atingir uma nova etapa de desenvolvimento industrial e inserir-se nos circuitos de produção tecnológica mais sofisticados, é necessário fortalecer o ensino à nível técnico, para conseguir formatar um sistema de educação profissional de qualidade. (CGEE, 2015).

Isso implica na mudança do modelo atual de desenvolvimento econômico, baseado em trabalho pouco qualificado, de altas taxas de rotatividade da força de trabalho, de altos lucros para as empresas, para o investimento em um modelo baseado no trabalho qualificado, de baixa rotatividade, lucros menos gananciosos e centrados à longo prazo, para que se desenvolva um modelo baseado no aumento de produtividade e na equidade social. Isso possibilitaria a inserção social, sem necessidade de políticas compensatórias, voltadas à população que fica a margem do crescimento. (CGEE, 2015).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao propormos uma discussão sobre o Pronatec, inevitavelmente nos inserimos nos estudos da educação profissional no Brasil. Somos sabedores de que a política econômica influencia e condiciona a política social e, por conseguinte as políticas voltadas à educação profissional e que, portanto, não se pode falar de um programa nessa esfera sem analisar o contexto e as forças demandantes de sua criação.

São muitas as camadas a serem exploradas, porém foi necessário delimitar recortes de abordagem, assim como os recortes temporais e geográficos. A cada item estudado, uma nova perspectiva e uma nova temática à reflexão se revela. A tarefa mais árdua está em manter-se no caminho proposto. Embora existam os delimitadores, existe a consciência de que muitos tópicos dessa pesquisa ainda podem e serão aprofundados, e esse aprofundamento trará à tona novos dados que enriquecerão a análise, além de levantarem questionamentos para pesquisas posteriores.

Verificamos que o Pronatec não se caracteriza como uma política de educação para todos e sim uma política social voltada a formação imediata de mão-de-obra na perspectiva da empregabilidade, sem discutir a questão do emprego, enfatizando as práticas neoliberais de incentivo a individualidade e o discurso da igualdade de oportunidades, em atendimento as condicionalidades do Banco Mundial e a manutenção de sua hegemonia política, econômica e social.

Confirmamos a hipótese de que o Pronatec se trata de um investimento na formação para o trabalho barato, ao investir um valor vultoso em cursos de formação inicial e continuada, que atende a uma produção de produtos de baixa qualidade e baixo conteúdo tecnológico, indo na contramão dos emergentes modelos de produção, observados na onda da Indústria 4.0.

Em países como a Alemanha, que encabeça a onda da transformação no modelo produtivo, a formação profissional é pública, de qualidade e ofertada logo após o secundário. O caminhar brasileiro, na contramão das experiências mais exitosas, denota claramente o papel resguardado a nossa Nação, na divisão internacional do trabalho. Postos de trabalho mais qualificados exigem trabalhadores verdadeiramente preparados, e para tal o percentual de investimento deveria ser inverso, com maior proporcionalidade para os cursos técnicos de nível médio, e

integrados, pois aí residem conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais, demandados à produção técnico-científica.

A análise demonstra ainda que a iniciativa da criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica a partir de 2008, que culminou na criação de sete novos Institutos Federais e oito Universidades Tecnológicas, no Paraná, proporcionou crescimento nas matrículas da Educação Profissional na modalidade integrada, porém a habilitação Técnica de Nível Médio continuou com maior representatividade na rede Privada de ensino. Foi graças ao número de matrículas da rede privada no período de estudo, que constatamos um crescimento no número de matrículas na Educação Profissional.

O Pronatec capacitou profissionais para um mercado de trabalho em declínio de vagas, com o agravante de que, nesse mercado, quem possui menor escolaridade, se recoloca com maior facilidade nos postos formais, do que quem possui escolaridade elevada.

A retirada de oferta, a partir de 2014, de cursos bastante procurados, como Maquiador, e Manicure por possuírem baixa representatividade nos postos de trabalho formais, orientando-se para o Micro Empreendedorismo Individual soa como um contrassenso ao Pronatec Empreendedor que foi acoplado ao Programa a partir de 2013. Da mesma forma, a restrição de acesso aos cursos Técnico Subsequentes, destinados a egressos do ensino médio, a partir de 2015 para candidatos que tivessem concluído o ensino médio nos anos de 2012 a 2014, restringiu o número de beneficiários e o preenchimento de vagas disponibilizadas em uma modalidade que é indicada como a que pode trazer melhores resultados à longo prazo.

Foram 9,4 milhões de matrículas no Brasil. No Paraná, apenas o SENAI ofertou cerca de 86.300 matrículas. Em Cascavel, mais de sete mil pessoas realizaram cursos profissionalizantes pelo Pronatec, somente entre 2011 e 2015, enquanto as vagas ofertadas pela Agência do Trabalhador no município no período variaram entre 8 e 12 mil, sendo que apenas uma média anual de 3.680 dessas vagas foram efetivamente ocupadas. Assim, apesar da capacitação ofertada, mais de 50% das vagas permaneceram em aberto, embora 74% delas não requeressem experiência e 35% experiência de quatro a seis meses.

Percebe-se que atividades com oferta de postos de trabalho no período, como o transporte terrestre, agricultura, pecuária e serviços relacionados a

fabricação de produtos de borracha e de material plástico, não foram ofertadas com representatividade à demanda sinalizada.

Permanece uma inquietação quanto as vagas de trabalho que continuam ociosas nas agências de intermediação, mesmo com número superior de candidatos encaminhados. Candidatos esses que a priori atendem os pré-requisitos de idade e escolaridade. A hipótese de que os cursos de rápida formação (foco de investimento do Pronatec), não supram as “necessidades” do mercado de trabalho, deve ser considerada. Entretanto, é salutar que cursos de 160 horas, não resultam em um profissional “pronto”, mas apto a iniciar atividades do ofício. Caberia ao empresariado também assumir parte da formação dos trabalhadores, ao invés de aguardar pelo profissional “perfeito”, com o pacote de competências completo.

As políticas para a educação profissional precisam ser repensadas. O modelo de desenvolvimento econômico precisa ser repensado. Não há coerência em gastos tão avolumados com programas que não geram resultados efetivos, como o Pronatec, que teve um investimento de mais de quinze bilhões de reais, sendo que desse montante, mais oito bilhões foram investidos em iniciativas da Bolsa Formação, privilegiando cursos de rápida duração. Além disso, essas políticas desviam para os ombros dos indivíduos a responsabilidade pela sua inserção e permanência em um mercado de trabalho que se modifica, transmuta-se, e que por vezes, esvanece. Para esse mercado exíguo, forma-se para o empreendedorismo, atribuindo ao trabalhador a geração de sua própria renda, uma vez que a qualificação profissional (incipiente) também não é sinônimo de empregabilidade.

O Pronatec fortalece uma educação profissional em que inexistente a preocupação com a formação humana, apenas preocupa-se com o desenvolvimento de noções técnicas voltadas ao domínio do ofício e foco na disposição do trabalhador; reforçando a dualidade entre trabalho manual e intelectual. Essa dualidade caracteriza-se como uma nova forma de exclusão, visto que a crescente evolução tecnológica demanda uma formação profissional abrangente, e ao mesmo tempo especializada, e a ausência dessa formação, contribui para o desemprego de longa duração.

A política de educação profissional, alicerçada unicamente em conceitos de empregabilidade e desarticulada do modelo econômico, habilita o indivíduo para o mercado de trabalho, sem garantir o emprego, e aponta o empreendedorismo como uma possibilidade de sobreviver fora das relações formais de trabalho.

Nesse contexto capitalista em que vivemos, a Educação Profissional, voltou-se ao desenvolvimento de ferramentas, as quais o homem usa na guerra por um lugar ao sol, pela conquista de seus ganhos, seja no mercado formal ou informal.

O discurso de que falta mão-de-obra qualificada já não é facilmente aceito. O que falta é um rompimento com diretrizes de entidades internacionais que relegam ao Brasil o desenvolvimento de mão-de-obra sem preparo técnico e científico, que encontra colocação apenas em postos de trabalho norteados pelos preceitos de Ford ou Taylor. Faltam políticas e projetos com planejamento a longo prazo, em todas as esferas, pois para haver um trabalhador realmente capacitado, é necessário que ele tenha tido condições de se escolarizar, decentemente, desde a educação básica. Faltam condições dignas de laboriosidade, qualidade de vida, entre outros aspectos. E faltam, principalmente, postos de trabalho condizentes com essa formação.

REFERÊNCIAS

- ALBERTO, Maria Angélica. A noção de empregabilidade nas políticas de qualificação e educação profissional no Brasil nos anos 1990. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 295-330, set. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462005000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 maio 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462005000200004>.
- AMORIN, Mário Lopes. Exigência para o desenvolvimento das nossas indústrias: o ensino técnico no contexto da Lei Orgânica do Ensino Industrial. **Hist. Educ.**, Santa Maria, v. 17, n. 41, p. 123-138, dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-34592013000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 jul. 2016.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia**. Geral e do Brasil. 3ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- BANCO MUNDIAL. **Atingindo uma Educação de Nível Mundial no Brasil: próximos passos – sumário executivo**. 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7289-banco-mundial-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 20 jan. 2016.
- BANCO MUNDIAL. **O Estado num mundo em transformação**. Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1997. Washington, D.C., EUA, 1997, (Prefácio: p. III-IV; Panorama geral, p. 1-18; Primeira parte: A remodelação do Estado em todo mundo, p. 19-42; Quarta parte, capítulo 10: A agenda da reforma, p. 166-177).
- BATISTA, Eraldo Leme. **Trabalho e Educação profissional nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil: análise do pensamento e das ações da burguesia industrial a partir do IDORT**. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.
- BATISTA, Erika. **Formas de Organização do Trabalho: apontamentos para uma “anti-sociologia do trabalho”**. Aurora. Ano II n. 2 - junho de 2008. ISSN: 1982. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/view/1177>>. Acesso em: 21 nov. 2015.
- BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa - o movimento operário europeu em Crise**. São Paulo: Boitempo. Editorial, 1998.

BRANCO, Rodrigo Castelo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo Latino-Americano. **OIKOS**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 01, p. 71-90, 2009.

BRASIL. Presidência da República. Casa civil. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. **Diário Oficial da União**, Poder executivo, Brasília, DF, 27 de out. de 2011a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm>. Acesso em: 05 ago. 2015.

_____. _____. Decreto nº 7.589, de 26 de outubro de 2011. **Diário Oficial da União**, Poder executivo, Brasília, DF, 27 de out. de 2011b.

_____. _____. Decreto 7.612, de 17 de novembro de 2011. **Diário Oficial da União**, Poder executivo, Brasília, DF, 18 de nov. de 2011c.

_____. _____. Decreto 7.492, de 2 de junho de 2011. **Diário Oficial da União**, Poder executivo, Brasília, DF, 03 de jun. de 2011d.

_____. _____. Decreto 7.721, de 16 de abril de 2012. **Diário Oficial da União**, Poder executivo, Brasília, DF, 17 de abr. de 2012.

_____. _____. Lei nº 12.816, de 5 de junho de 2013. **Diário Oficial da União**, Poder executivo, Brasília, DF, 06 de jun. de 2013a.

_____. _____. Decreto 8.118, de 10 de outubro de 2013. **Diário Oficial da União**, Poder executivo, Brasília, DF, 11 de out. de 2013b.

_____. _____. Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Diário Oficial da União**, Poder executivo, Brasília, DF, 30 de dez. de 2008.

_____. _____. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, **Diário Oficial da União**, Poder executivo, Brasília, DF, 23 de dez. de 1996.

_____. _____. Decreto 2.208, de 17 de abril de 1997, **Diário Oficial da União**, Poder executivo, Brasília, DF, 18 de abr. de 1997.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/03/conquistas-do-brasil-sem>>

miseria-sao-apresentadas-em-encontro-do-banco-mundial>. Acesso em: 10 abr. 2015.

_____. _____. Plano Brasil Sem Miséria, Pronatec. **PRONATEC Brasil Sem Miséria**. 2012a. Disponível em: <<http://www.brasilsemmiseria.gov.br/>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

_____. _____. **Orientações sobre a assistência estudantil para transporte e alimentação dos estudantes**. 2012b. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/brasilsemmiseria/arquivos/04%20_Transporte_e_alimentacao_SETEC1.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2015.

_____. _____. Plano Brasil Sem Miséria, **Plano Brasil Sem Miséria no seu município**. Brasília, DF, jan. 2013a. Disponível em: <<http://www.brasilsemmiseria.gov.br/>>. Acesso em: 23 mar. 2015.

_____. _____. **Brasil Sorridente e Pronatec**. 2014. Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/arquivos/File/Capacitacao/pronatec_bsm/03.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Edital SETEC nº 5 de 25 de junho de 2015**. Disponível em:

<http://pronatec.mec.gov.br/images/Edital_Sisutec_2015.1_inscricoes_estudantes_ver_sao_5_retificado.pdf>. Acesso em: 02 out. 2015.

_____. _____. **Guia Pronatec de Cursos FIC**. 3ª Edição (Portaria MEC nº 899, 20 de setembro de 2013b). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 01 set. 2015.

_____. _____. **Pronatec/Bolsa-Formação MEC**. Disponível em: <https://map.mec.gov.br/projects/parceiros-demandantes-e-ofertantes-da-bolsa-formacao/wiki/Notas_Informativas>. Acesso em: 02 out. 2015.

_____. _____. **Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos**. 3 ed. 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41271-cnct-3-edicao-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 03 nov. 2016.

_____. _____. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC). **Pronatec Resultados e Perspectivas**. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12503&Itemid=841>. Acesso em: 04 jun. 2015.

_____. _____. **Institutos Federais uma conquista de todos brasileiros**. 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/folheto_setec.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2015.

Biblioteca da Presidência da República. FHC. **Discurso no lançamento do Programa Educação para a Competitividade (Proeduc)** Palácio Do Planalto, Brasília, DF, 11 de Maio de 1995.

BRYAN, Newton Antonio Paciulli. **Educação e processo de trabalho. Contribuições ao estudo da formação de força de trabalho no Brasil**. 1983. 236 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. 1983.

BRYAN, Newton Antonio Paciulli. **Educação, trabalho e tecnologia**. 1992. 539 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. 1992.

BRYAN, Newton Antonio Paciulli. **Educação, trabalho e tecnologia**. 1.ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2015.

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. **Sínteses do Comportamento do Mercado de Trabalho Formal**. Paraná. 2015. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/eec/pages/consultas/evolucaoEmprego/consultaEvolucaoEmprego.xhtml#relatorioSetor>>. Acesso em: 05 dez. 2015.

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. **Sínteses do Comportamento do Mercado de Trabalho Formal**. Paraná. 2016. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/eec/pages/consultas/evolucaoEmprego/consultaEvolucaoEmprego.xhtml#relatorioSetor>>. Acesso em: 02 set. 2016.

CANDIOTTO, Cesar. Aproximações entre capital humano e qualidade total na educação. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 19, p. 199-216, jun. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602002000100014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 nov. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.255>.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Liberalização e fragilidade financeiras: a vulnerabilidade como restrição ao crescimento. In **Indicadores Econômicos**, FEE, v. 28, n. 3, 2000.

CARLEIAL, Liana Maria da Frota. Política econômica, mercado de trabalho e democracia: o segundo governo Dilma Rousseff. **Estud. av.**, São Paulo, v. 29, n. 85, p. 201-214, dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142015000300014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 maio 2016.

CASTRO, Claudio de Moura. O ensino médio: órfão de ideias, herdeiro de equívocos. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 58, p. 113-124, mar. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010440362008000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 maio 2016.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS – CGEE. **Mapa da educação profissional e tecnológica: experiências internacionais e dinâmicas regionais brasileiras**. Brasília, DF: 2015. 292p.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS – CGEE. **Mapa da educação profissional e tecnológica: Relatório Final**. Eixo Educação 9 Produto 7). Brasília, DF: 2015. 114p.

CNI. **Portal da Indústria**. 2012. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/imprensa/2012/09/1,5963/industria-precisara-de-7-2-milhoes-de-tecnicos-ate-2015.html>>. Acesso em: 23 maio 2016.

CNI. Confederação Nacional das Indústrias. **Desafios para a indústria 4.0 no Brasil**. Brasília: CNI. 2016a. 37p.

CNI. Confederação Nacional da Indústria. **A Indústria em números**. 2016b. Disponível em: <http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/cni_estatistica_2/2015/02/11/165/Industria_Numeros_outubro2016.pdf?r=0.289725100357> Acesso em: 20 jan. 2017.

CRUZ, Rosana Evangelista da. Banco Mundial e política educacional: cooperação ou expansão dos interesses do capital internacional?. **Educ. rev.**, Dez 2003, no.22, p.51-75.

CUNHA, Célio da. **Educação e autoritarismo no Estado Novo**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1981.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino profissional: o grande fracasso da ditadura. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 44, n. 154, p. 912-933, dez. 2014 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742014000400912&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 out. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/198053142913>.

DAMATTA, Roberto. **Profissões industriais na vida brasileira – ontem, hoje e amanhã**. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Senai: ministério do Trabalho e Emprego, 2003. 130p.

DEITOS, Maria Lúcia Melo de Souza. **As políticas públicas de qualificação de trabalhadores e suas relações com a inovação tecnológica na indústria brasileira**. 2006. 253 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, SP, 2006.

DEITOS, Roberto Antonio; LARA, Angela Mara De Barros. Educação profissional no Brasil: motivos socioeconômicos e ideológicos da política educacional. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 64, p. 165-188, jan.-mar. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782016000100165&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 jul. 2016.

DEITOS, Roberto Antonio; LARA, Angela Mara de Barros; ZANARDINI, Isaura Monica Souza. Política de educação profissional no Brasil: aspectos socioeconômicos e ideológicos para a implantação do Pronatec. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, n. 133, p. 985-1001, dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302015000400985&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 jul. 2016.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **O Mercado de Trabalho Formal Brasileiro**. Resultados da Rais 2012. Nota Técnica nº 133. Março de 2014.

DRUCK, Maria da Graça. **Terceirização: (Des) Fordizando a Fábrica: um estudo do complexo petroquímico da Bahia**. São Paulo: Boitempo. 1999.

ENGELS, Friedrich. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. Publicado pela primeira vez em 1876 em Neue Zeit. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1876/otrabalhonatransformacaodomacacoemhome.html>>. Acesso em: 25 out. 2016.

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV). **Pronatec 2011-2013**. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/doc/Pronatec-execucaoOfertantes-25-11-13_v3.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2016.

FALEIROS, Vicente de Paula. As funções da política social no capitalismo. In: FALEIROS, V.P. **A política social do Estado Capitalista**. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

FERES, Marcelo Machado. A contribuição do Pronatec para a expansão da educação profissional brasileira. In: **Mapa da educação profissional e tecnológica: experiências internacionais e dinâmicas regionais brasileiras**. – Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2015. Disponível em: <https://www.cgee.org.br/documents/10182/734063/CGEE_Mapas_Web_12022016_1_0255.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2016.

FIEP. **Paraná em dados 2015**. Disponível em: <http://www.fiepr.org.br/observatorios/uploadAddress/Parana_em_Dados_2015%5B62837%5D.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2016.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: SENAI, 1986. V. 5.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra da. **Vargas: o capitalismo em construção (1906-1954)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutivo**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação profissional e capitalismo dependente: o enigma da falta e sobra de profissionais qualificados. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 521-536, nov. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462007000300011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 mar. 2016.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462007000300011>.

GRAMSCI, Antonio. Americanismo e Fordismo. In: **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1976.

GUIMARÃES, Ana Paula Fernandes Prata; CHAMON, Carla Simone. **Roberto Mange**: atuação e proposições para a formação do trabalhador da indústria brasileira (1913-1955). 2012. Disponível em: <http://www.files.scire.net.br/atrio/cefet-mg-ppget_upl/THESIS/172/ana_paula_fernandes_prata_guimaraes.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2016.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola. 1992.

HISTEDBR. **Navegando pela História da Educação Brasileira**. (Org.) José Claudinei Lombardi; Demeval Saviani e Maria Isabel de Moura Nascimento. Campinas, SP: Graf. FE: HISTEDBR, 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_banco_mundial_%20e_educacao%20.htm>. Acesso em: 10 jan. 2016

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades 2016**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=410480>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de geografia e Estatística. Indicadores. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. 3º trimestre de 2016. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=149>. Acesso em: 05 jan. 2017.

INEP. **Censo da educação básica: 2011** – resumo técnico. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2012.40 p.

INEP. **Censo da educação básica: 2012** – resumo técnico. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013. 41 p.

INEP. **Censo Escolar da Educação Básica 2013**: resumo técnico/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. – Brasília: O Instituto, 2014. 39 p.

INEP. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/acervo-educacao-profissional>>. Acesso em: 02 dez. 2015.

Instituto Federal de Brasília. **Representantes do Banco mundial conhecem o mulheres mil no Pronatec do Campus Taguatinga**. 2015. Disponível em: <<http://www.ifb.edu.br/index.php/taguatingacentro/9246-representantes-do-banco-mundial-conhecem-o-mulheres-mil-no-pronatec-do-campus-taguatinga-centro>>.

Acesso em: 23 jan. 2016.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estatístico do Município de Cascavel**. 2015. 42p.

JUNIA, Raquel. **Governo cede a empresariado e segura cortes no Sistema S**. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/index.php?Area=Noticia&Num=980>>. Acesso em: 02. dez. 2015.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia da Fábrica**: as relações de produção e a educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 1989

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino médio e profissional: as políticas do Estado Neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1997.

LIMA, Marcos Ricardo de. Pronatec- programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego: uma crítica na perspectiva marxista. **Revista da RET** Rede de Estudos do Trabalho. Ano 5, n. 11, 2012.

MARTINS, Carla Alves Ribeiro. **Política de educação profissional: a implementação do programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego (PRONATEC) – (2011-2014)**. 2015. 216 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel. 2015.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MEC. Ministério da Educação. **Portal MEC**. 2016. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pronatec/pronatec-2016>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

MEC. Ministério da Educação. **Documento Referência para a Bolsa-Formação Trabalhador no Âmbito do Pronatec**. 2012. 28 p. Disponível em: <http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2013021105817732documento-referencia_bolsa_formacao_trabalhador.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2015.

MEC/INEP/Deed. **Portal MEC**. 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17044-dados-censo-2015-11-02-materia&Itemid=30192>. Acesso em: 13 jun. 2016.

MEC. Ministério da Educação. **Acordo de Cooperação Técnica nº 50/2013.**

Disponível em:

<http://pronatecempreendedor.sebrae.com.br/customizacoes/Apresentacao/_doc/acordo_de_coperacao_MEC.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2016.

MELLO, Guiomar Namó de. Educação Escolar e classes populares: uma reflexão sobre o atual momento educacional e político no Brasil. In **Revista da Associação Nacional de Educação**, ano 3, n. 6. São Paulo, 1983.

MONTE, Paulo Aguiar do; ARAUJO JUNIOR, Ignácio Tavares de; PEREIRA, Márcia de Lima. O custo salarial da duração do desemprego para o trabalhador. **Nova econ.**, Belo Horizonte, v. 19, n. 3, p. 443-470, dez. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512009000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 maio 2016.

MOTA JUNIOR, William Pessoa da; MAUES, Olgaíses Cabral. O Banco Mundial e as Políticas Educacionais Brasileiras. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 1137-1152, dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362014000400010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 dez. 2015.

MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite; SILVA, Mônica Ribeiro. Politécnicidade e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 63, p. 1057-1080, dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782015000401057&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 jul. 2016.

NETTO, José Paulo. O materialismo histórico como instrumento de análise das políticas sociais. In: NOGUEIRA, F.M.G; RIZZOTTO, M.L.F.(orgs). **Estado e políticas sociais**: Brasil – Paraná. Cascavel: Edunioeste, 2003.

OLIVEIRA, Ramon. Possibilidades do ensino médio integrado diante do financiamento público da educação. In. **30ª Reunião Anual da ANPED**. Anais do evento. Caxambu: ANPED, 2007.

PARANÁ (Estado). Secretaria de Estado da Educação – SEED. **Paraná teve 47 mil matrículas no Pronatec em 2013.** Disponível em: <<http://www.educacao.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=5110&tit=Parana-teve-47-mil-matriculas-no-Pronatec-em-2013>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

_____. Secretaria de Estado da Educação – SEED. **Boletim de Resultados do Censo Escolar**. Curitiba, PR. Nº1. Janeiro 2014, p 1-7.

_____. Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos – SEJU. Departamento do trabalho Ministério do Trabalho. **Intermediação por atividade econômica na agência do trabalhador em Cascavel, Pr, no período de 01.01.2011 a 31.12.2011**. Disponível em: <<http://www.trabalho.pr.gov.br/sets/indicadores/index.php?id=33>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

_____. Secretaria do trabalho, Emprego e Economia Solidária. **Seminário do Emprego do Trabalho Decente. Indicadores Municipais. Macrorregião Cascavel PR**. Disponível em: <http://www.trabalho.pr.gov.br/arquivos/File/crt/MODELO_Cascavel.pdf> Acesso em: 10 dez. 2016.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

POPPER, Karl Raimund. **Conjecturas e refutações**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

Portal Brasil. **Pronatec é destaque em encontro promovido pelo Banco Mundial**. Disponível em: <<http://www.casacivil.gov.br/central-de-conteudos/noticias/2014/03/pronatec-e-destaque-em-encontro-promovido-pelo-banco-mundial>>. Acesso em: 11 jan. 2016.

Portal UOL economia. **Dilma promete transformar Pronatec em programa de Estado**. 2014. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/noticias/valor-online/2014/04/15/dilma-promete-transformar-pronatec-em-programa-de-estado.htm>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

Portal UOL educação. **Dilma promete doze milhões de vagas na segunda etapa do Pronatec**. 2014. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2014/06/18/dilma-promete-12-milhoes-de-vagas-na-segunda-etapa-do-pronatec.htm>>. Acesso em: 06 out. 2015.

RAIS. Relatório Anual de Informações Sociais. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/rais?view=default>>. Acesso em: 07 out. 2016.

RAIS. **Características do Emprego Formal**. 2014. Disponível em: <<http://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/Caracter%C3%ADsticas-do-Emprego-Formal-segundo-a-Rela%C3%A7%C3%A3o-Anual-de-Infoma%C3%A7%C3%B5es-Sociais-2014-31082014.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

RAIS. Características do Emprego Formal 2014. **Principais Resultados: Paraná**. Disponível em: <<http://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/RAIS-2014-PR.pdf>>. Acesso em: 08 fev. 2016.

RAMOS, Maria da Conceição. Aprendizagem ao longo da vida. Instrumento de empregabilidade e integração social. **Revista Portuguesa de Pedagogia**, v. 41, n. 3, p. 299-333, 2007. ISSN 1647-8614. Disponível em: <https://ec.europa.eu/epale/sites/epale/files/ramos_2007.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2016.

RAMOS, Marise Nogueira. A Educação profissional pela pedagogia das competências e a superfície dos documentos oficiais. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 401-422, set./2002, Disponível em: <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/mn_ramos.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2016.

RIBEIRO, Andressa de Freitas. Taylorismo, fordismo e toyotismo. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 35, p. 65-79, jul./dez. 2015.

RIBEIRO, Renato Janine. **Pronatec terá um milhão de vagas em 2015, menor total desde o lançamento**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/06/pronatec-vai-oferecer-mais-de-um-milhao-de-vagas-apos-corte-de-verba.html>>. Acesso em: 21 out. 2015.

RICARDO, Elio Carlos. Discussão acerca do ensino por competências: problemas e alternativas. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 40, n. 140, p. 605-628, ago. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742010000200015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 mar. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742010000200015>.

ROUSSEFF, Dilma. **Discurso durante cerimônia de lançamento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego**. Palácio do Planalto, 28 de abril de 2011. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanheo-planalto/discursos/>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da Politecnia. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 131-152, mar. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462003000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 jul. 2016.

SCHWARTZMAN, Simon; CASTRO, Claudio de Moura. Ensino, formação profissional e a questão da mão de obra. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 80, p. 563-623, set. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362013000300010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 maio 2016.

STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo; TREVISOL, Sandra Luci; JONER, Paulo Roberto. Sistema Público de Emprego do Paraná: uma análise regionalizada da intermediação da mão de obra. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 106, p.49-70, jan/jun. 2004.

SEBRAE. Pronatec Empreendedor. Disponível em: <<http://pronatecempreendedor.sebrae.com.br/sobre/>>. Acesso em: 09 jun. 2015.

SEED/SUDE/Diplan. Série Histórica das matrículas na educação básica por etapa de ensino e DPA – Paraná – 2000-2015. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/Censo/serie_historica2015.pdf>. Acesso em: 24 maio 2016.

SEED/SUDE/Diplan. Comparativo Da Matrícula Inicial Na Educação Profissional Por Etapa De Ensino E Dpa - Paraná - 2009-2015. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/Censo/educacao_profissional2015.pdf>. Acesso em: 24 maio 2016.

SENAI. **Mapa do trabalho industrial 2012-2015**. 2012. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/agenciacni/noticias/2012/09/industria-precisara-de-72-milhoes-de-tecnicos-ate-2015-1/>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

SENAI, Departamento Nacional. **Metodologia SENAI de Educação Profissional**. Brasília: SENAI/DN, 2013a. 220p.

SENAI, Departamento Regional do Paraná. **Manual do PRONATEC** versão 1. Gerencia de Educação Profissional e Tecnológica. Novembro 2013b. 83p.

SENAI, Departamento Regional do Paraná. **Paraná em Dados**. Curitiba, 2015. 69 p.

SENAI, Departamento Regional do Paraná. **Manual do PRONATEC** versão 2. Gerencia de Educação Profissional e Tecnológica. Outubro 2014. 112p.

SENAI, Departamento Regional do Paraná. **Indústria em Revista**. Ano III, n. 10, abr. a jun. 2016a.

SENAI. **Mapa do trabalho industrial 2017-2020**. 2016b. Disponível em: <http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_18/2016/10/19/12033/ApresentaMapadoTrabalhoIndustrial20172020.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2016.

SILVA, Luis Inácio. **Discurso durante cerimônia de inauguração do Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica (Cefet/RJ) - Unidade de Petrópolis Petrópolis-RJ**, 13 de setembro de 2008. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-oplanalto/discursos/>>. Acesso em: 17 mar. 2016.

SILVA, Maria Abádia da. O consenso de Washington e a privatização na educação brasileira. **Linhas Críticas**, Universidade de Brasília, v. 11, n. 21, p. 255-264, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/1935/193517360006.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2016.

Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (**SISUTEC**). Disponível em: <www.sisutec.mec.gov.br>. Acesso em: 31 jan. 2017.

TAVARES, Moacir Gubert. Evolução da rede federal de educação profissional e tecnológica: as etapas históricas da educação profissional no Brasil. In: Anped Sul - Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 9., 2012, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul: UCS, 2012. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/177/103>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios de administração científica**. São Paulo. Atlas, 1987.

TOMÉ, Ana Clécia de Abreu. Trabalho e/ou Educação: História da Educação Profissional no Brasil. **Revista de Educação Ciência e Tecnologia**, Canoas, v. 1, n. 2, 2012. Disponível em: <<http://seer.canoas.ifrs.edu.br/seer/index.php/tear/article/viewFile/60/31>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

UNESCO. BRICS: Building Education for the Future – Priorities for National Development and International Cooperation. 2014. Place de Fontenoy, 75352 Paris

VIEIRA, Evaldo. Estado e política social na década de 1990. In: NOGUEIRA, F.M.G (org) **Estado e Políticas Sociais no Brasil**. Cascavel: Edunioeste, 2001.

WILLIAMSON, John. Reformas políticas na América Latina na década de 80. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 12, n. 45, p. 43-49, jan.-mar. 1992.

WITTACZIK, Lidiane Soares. Educação Profissional no Brasil: histórico. **Atualidades tecnológicas para competitividade industrial**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 77-86, 1. sem., 2008. Disponível em: <<http://revista.ctai.senai.br/index.php/edicao01/article/view/26>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado; DEITOS, Roberto Antonio. Estado e política educacional no Brasil. In: DEITOS, Roberto Antonio; RODRIGUES, Rosa Maria (Orgs.) et al. **Estado, desenvolvimento, democracia & políticas sociais**. 1ª. ed. Cascavel, PR: Edunioeste: CAPES: Unioeste/GPPS/ Unicamp/FE/ PRAESA/ HISTEDBR/ LAPPLANE, p. 67-86. 2006. 184p.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Cursos ofertados pelo SENAC em Cascavel, no período de 2011 a 2015

Curso	Início	Término	Vagas Ofertadas
Auxiliar Administrativo	06/02/2012	04/04/2012	19
Auxiliar Administrativo	06/02/2012	04/04/2012	20
Auxiliar Administrativo	04/10/2012	24/01/2013	40
Auxiliar Administrativo	20/10/2012	30/11/2013	30
Cabeleireiro Assistente	22/09/2012	16/11/2013	30
Cabeleireiro Assistente	22/09/2012	16/11/2013	30
Manicure E Pedicure	20/10/2012	07/12/2013	27
Manicure E Pedicure	20/10/2012	23/11/2013	30
Maquiador	18/09/2012	30/11/2012	22
Maquiador	24/09/2012	19/12/2012	30
Maquiador	02/10/2012	17/12/2012	20
Maquiador	06/10/2012	09/11/2013	20
Maquiador	10/11/2012	30/11/2013	20
Operador De Computador	06/02/2012	14/05/2012	14
Operador De Computador	03/09/2012	19/11/2012	24
Porteiro E Vigia	04/10/2012	19/12/2012	36
Porteiro E Vigia	27/10/2012	30/11/2013	36
Recepcionista	11/02/2012	08/12/2012	41
Recepcionista	04/10/2012	19/12/2012	40
Recepcionista	24/11/2012	21/12/2013	30
Técnico Em Enfermagem	10/09/2012	13/11/2014	60
Vendedor	21/11/2012	19/02/2013	40
Total de Vagas Ofertadas em 2012			659
Auxiliar Administrativo	08/04/2013	11/07/2013	30
Auxiliar Administrativo	12/06/2013	27/09/2013	32
Auxiliar Administrativo	15/07/2013	21/10/2013	40
Auxiliar Administrativo	15/07/2013	28/10/2013	20
Auxiliar De Cozinha	07/11/2013	07/03/2014	18
Balconista De Farmácia	15/07/2013	03/12/2013	20
Balconista De Farmácia	15/07/2013	05/12/2013	24
Cabeleireiro Assistente	09/04/2013	05/07/2013	22
Cabeleireiro Assistente	04/06/2013	05/09/2013	20
Cabeleireiro Assistente	01/07/2013	18/09/2013	20
Cabeleireiro Assistente	15/10/2013	21/02/2014	20
Depilador (A)	01/07/2013	06/09/2013	19
Depilador (A)	04/11/2013	23/01/2014	16
Garçom	15/07/2013	24/10/2013	15

Curso	Início	Término	(Continuação)
			Vagas Ofertadas
Manicure E Pedicure	02/02/2013	14/12/2013	21
Manicure E Pedicure	04/02/2013	26/04/2013	21
Manicure E Pedicure	10/04/2013	13/11/2013	20
Manicure E Pedicure	06/05/2013	31/07/2013	15
Manicure E Pedicure	12/06/2013	27/09/2013	22
Manicure E Pedicure	01/07/2013	11/10/2013	25
Manicure E Pedicure	02/07/2013	19/12/2013	20
Manicure E Pedicure	02/07/2013	18/09/2013	18
Manicure E Pedicure	15/08/2013	17/10/2013	19
Maquiador	02/02/2013	21/12/2013	20
Maquiador	04/02/2013	26/04/2013	21
Maquiador	08/04/2013	10/07/2013	25
Maquiador	29/04/2013	18/07/2013	20
Maquiador	04/06/2013	17/12/2013	25
Maquiador	01/10/2013	19/12/2013	20
Operador De Caixa	15/07/2013	06/09/2013	20
Pizzaiolo	12/06/2013	02/10/2013	25
Pizzaiolo	01/07/2013	01/10/2013	22
Porteiro E Vigia	08/04/2013	10/07/2013	31
Recepcionista	06/04/2013	26/04/2014	30
Recepcionista	11/05/2013	24/05/2014	30
Recepcionista	13/09/2013	09/12/2013	30
Técnico Em Enfermagem	29/07/2013	11/09/2015	34
Técnico Em Enfermagem	23/09/2013	24/11/2015	42
Técnico Em Eventos	23/09/2013	16/12/2014	30
Técnico Em Logística	23/09/2013	12/02/2015	30
Vendedor	05/06/2013	17/10/2013	34
Total de Vagas Ofertadas em 2013			986
Almoxarife	10/11/2014	03/02/2015	25
Auxiliar Administrativo	17/03/2014	23/05/2014	20
Auxiliar Administrativo	18/08/2014	21/10/2014	30
Auxiliar De Cozinha	10/03/2014	05/06/2014	19
Auxiliar De Cozinha	02/06/2014	26/08/2014	25
Auxiliar De Pessoal	10/02/2014	17/04/2014	25
Auxiliar De Pessoal	24/03/2014	11/07/2014	21
Auxiliar De Pessoal	02/06/2014	24/09/2014	25
Auxiliar De Recursos	22/09/2014	25/11/2014	30
Balconista De Farmácia	12/02/2014	27/06/2014	19
Balconista De Farmácia	02/06/2014	09/10/2014	25
Balconista De Farmácia	20/10/2014	24/03/2015	21
Confeiteiro	18/08/2014	04/12/2014	25
Manicure E Pedicure	11/02/2014	09/05/2014	20

Curso	Início	Término	(Continuação)
			Vagas Ofertadas
Manicure E Pedicure	18/08/2014	19/11/2014	21
Maquiador	11/02/2014	07/05/2014	20
Maquiador	15/10/2014	18/12/2014	20
Operador De Caixa	02/06/2014	08/08/2014	25
Operador De Caixa	20/10/2014	22/12/2014	21
Operador De Computador	01/09/2014	31/10/2014	20
Pizzaiolo	17/02/2014	02/05/2014	20
Promotor De Vendas	06/10/2014	17/12/2014	25
Recepcionista	17/02/2014	24/04/2014	20
Recepcionista	15/10/2014	19/12/2014	25
Técnico Em Enfermagem	05/05/2014	04/05/2016	45
Técnico Em Enfermagem	01/09/2014	14/06/2017	45
Técnico Em Eventos	15/09/2014	11/12/2015	35
Técnico Em Logística	05/05/2014	17/09/2015	35
Vendedor	13/03/2014	02/07/2014	20
Vendedor	20/10/2014	19/01/2015	26
Total de Vagas Ofertadas em 2014			753
Técnico Em Imagem Pessoal	05/10/2015	18/04/2017	30
Técnico Em Vendas	05/10/2015	04/10/2016	40
Total de vagas ofertadas em 2015			70
Total de vagas ofertadas entre 2011 e 2015			2468

APÊNDICE B - Cursos ofertados pelo SENAI em Cascavel, no período de 2011 a 2015

Curso	Início	Término	Vagas Ofertadas
Aplicador De Revestimento Cerâmico	27/08/2012	23/10/2012	18
Aplicador De Revestimento Cerâmico	10/09/2012	06/11/2012	20
Armador De Ferragem	12/11/2012	06/02/2013	18
Auxiliar Administrativo	11/06/2012	03/08/2012	36
Auxiliar Administrativo	16/07/2012	10/09/2012	36
Auxiliar Administrativo	29/10/2012	21/12/2012	36
Auxiliar De Confeitaria	10/09/2012	06/11/2012	18
Auxiliar De Confeitaria	24/09/2012	23/11/2012	18
Auxiliar De Costureiro	16/07/2012	10/09/2012	18
Auxiliar De Costureiro	15/08/2012	10/10/2012	18
Auxiliar De Costureiro	24/09/2012	22/11/2012	18
Auxiliar De Costureiro	08/10/2012	07/12/2012	18
Cadista Para A Construção Civil	29/10/2012	21/12/2012	18
Costureiro Industrial Do Vestuário	04/06/2012	14/08/2012	18
Costureiro Industrial Do Vestuário	25/06/2012	31/08/2012	18
Costureiro Industrial Do Vestuário	30/07/2012	08/10/2012	18
Costureiro Industrial Do Vestuário	10/12/2012	18/03/2013	18

Curso	Início	Término	(Continuação) Vagas Ofertadas
Eletricista De Automóveis	26/03/2012	15/06/2012	20
Eletricista De Automóveis	11/06/2012	03/08/2012	18
Eletricista De Automóveis	13/08/2012	08/10/2012	18
Eletricista De Automóveis	08/10/2012	07/12/2012	18
Eletricista De Automóveis	08/10/2012	07/12/2012	20
Eletricista Instalador Predial De Baixa Tensão	02/07/2012	17/10/2012	18
Eletricista Instalador Predial De Baixa Tensão	26/11/2012	05/04/2013	18
Encanador Instalador Predial	22/10/2012	01/02/2013	18
Mecânico De Manutenção De Máquinas De Costura	12/11/2012	06/05/2013	12
Mecânico De Manutenção De Motores A Diesel	01/10/2012	05/03/2013	18
Mecânico De Manutenção De Veiculos Rodoviários Pesados	19/11/2012	06/05/2013	18
Modelista	07/05/2012	27/07/2012	18
Modelista	04/06/2012	17/08/2012	18
Modelista	27/08/2012	12/11/2012	18
Modelista	01/10/2012	19/12/2012	18
Modelista	26/11/2012	04/03/2013	20
Montagem E Manutenção De Computadores	26/03/2012	23/05/2012	16
Montagem E Manutenção De Computadores	01/10/2012	30/11/2012	18
Montagem E Manutenção De Computadores	08/10/2012	10/12/2012	18
Montagem E Manutenção De Computadores	03/12/2012	15/02/2013	20
Operador De Computador	20/08/2012	16/10/2012	18
Operador De Computador	15/10/2012	13/12/2012	18
Operador De Computador	26/11/2012	05/02/2013	18
Padeiro	04/06/2012	19/09/2012	18
Padeiro	01/10/2012	01/02/2013	18
Padeiro	22/10/2012	26/02/2013	18
Pedreiro De Alvenaria	01/10/2012	30/11/2012	18
Pintor De Obras	08/10/2012	06/12/2012	18
Programador Web	03/09/2012	30/10/2012	18
Soldador No Processo Mig/Mag	13/08/2012	08/10/2012	18
Soldador No Processo Mig/Mag	12/11/2012	16/01/2013	18
Soldador No Processo Mig/Mag	26/11/2012	08/02/2013	18
Técnico Em Eletromecânica	23/07/2012	14/06/2014	40
Técnico Em Eletrotécnica	23/07/2012	03/07/2014	40
Técnico Em Manutenção Automotiva	23/07/2012	03/07/2014	40
Técnico Em Redes De Computadores	23/07/2012	25/06/2014	40
Técnico Em Segurança Do Trabalho	23/07/2012	09/12/2013	40
Torneiro Mecânico	06/02/2012	19/04/2012	14
Torneiro Mecânico	20/08/2012	16/10/2012	18
Torneiro Mecânico	24/09/2012	26/11/2012	18
Torneiro Mecânico	03/12/2012	08/02/2013	16
Total de vagas ofertadas em 2012			1204

Curso	Início	Término	(Continuação) Vagas Ofertadas
Agente De Inspeção De Qualidade	03/06/2013	02/08/2013	20
Aplicador De Revestimento Cerâmico	18/02/2013	15/04/2013	18
Aplicador De Revestimento Cerâmico	01/04/2013	27/05/2013	18
Aplicador De Revestimento Cerâmico	06/05/2013	02/07/2013	18
Aplicador De Revestimento Cerâmico	13/05/2013	09/07/2013	18
Aplicador De Revestimento Cerâmico	14/10/2013	11/12/2013	18
Auxiliar Administrativo	04/03/2013	29/04/2013	35
Auxiliar Administrativo	04/03/2013	29/04/2013	35
Auxiliar Administrativo	29/04/2013	26/06/2013	35
Auxiliar Administrativo	04/11/2013	21/12/2013	30
Auxiliar De Recursos Humanos	22/04/2013	19/06/2013	35
Auxiliar De Recursos Humanos	03/06/2013	26/07/2013	35
Auxiliar De Recursos Humanos	11/11/2013	21/01/2014	40
Auxiliar De Recursos Humanos	11/11/2013	22/01/2014	30
Cadista Para A Construção Civil	11/03/2013	07/05/2013	18
Cadista Para A Construção Civil	17/06/2013	09/08/2013	18
Cadista Para A Construção Civil	21/10/2013	17/12/2013	21
Confeiteiro	25/03/2013	06/06/2013	18
Confeiteiro	03/06/2013	14/08/2013	18
Confeiteiro	30/09/2013	10/12/2013	20
Confeiteiro	28/10/2013	22/01/2014	20
Costureiro	18/02/2013	15/04/2013	20
Costureiro	18/02/2013	15/04/2013	20
Costureiro	18/02/2013	15/04/2013	20
Costureiro	29/04/2013	26/06/2013	20
Costureiro	29/04/2013	26/06/2013	20
Costureiro	29/04/2013	26/06/2013	20
Costureiro	22/07/2013	13/09/2013	20
Costureiro	19/08/2013	11/10/2013	20
Costureiro	19/08/2013	11/10/2013	20
Costureiro	30/09/2013	26/11/2013	20
Costureiro	14/10/2013	10/12/2013	20
Costureiro	14/10/2013	09/12/2013	20
Costureiro	25/11/2013	04/02/2014	20
Costureiro	02/12/2013	10/02/2014	18
Eletricista De Automóveis	11/03/2013	07/05/2013	18
Eletricista De Automóveis	25/03/2013	21/05/2013	18
Eletricista De Automóveis	06/04/2013	24/08/2013	23
Eletricista De Automóveis	22/04/2013	19/06/2013	18
Eletricista De Automóveis	03/06/2013	26/07/2013	18
Eletricista De Automóveis	19/08/2013	11/10/2013	18
Eletricista De Automóveis	14/10/2013	16/12/2013	20
Eletricista De Automóveis	28/10/2013	18/12/2013	12

Curso	Início	Término	(Continuação) Vagas Ofertadas
Eletricista Instalador Predial De Baixa Tensão	11/03/2013	21/05/2013	20
Eletricista Instalador Predial De Baixa Tensão	20/04/2013	26/10/2013	20
Eletricista Instalador Predial De Baixa Tensão	03/06/2013	09/08/2013	20
Eletricista Instalador Predial De Baixa Tensão	05/08/2013	11/10/2013	20
Eletricista Instalador Predial De Baixa Tensão	04/11/2013	28/01/2014	20
Estilista	13/05/2013	30/07/2013	20
Estilista	29/07/2013	04/10/2013	20
Estilista	04/11/2013	06/02/2014	20
Instalador De Acessórios Automotivos	17/06/2013	23/08/2013	18
Instalador De Acessórios Automotivos	30/09/2013	12/12/2013	20
Marceneiro	15/04/2013	25/07/2013	14
Marceneiro	12/08/2013	20/11/2013	14
Mecânico De Motores A Diesel	18/02/2013	15/04/2013	18
Mecânico De Motores A Diesel	27/05/2013	23/07/2013	18
Mecânico De Motores A Diesel	07/10/2013	04/12/2013	14
Mecânico De Motores A Diesel	21/10/2013	18/12/2013	20
Mecânico De Motores A Diesel N6/2013	22/07/2013	16/09/2013	23
Mestre De Obras	04/11/2013	06/05/2014	20
Modelista	22/04/2013	08/07/2013	20
Modelista	22/04/2013	08/07/2013	20
Modelista	03/06/2013	14/08/2013	20
Modelista	29/07/2013	09/10/2013	20
Modelista	04/11/2013	07/02/2014	20
Modelista	25/11/2013	25/02/2014	20
Montador E Reparador De Computadores	13/05/2013	09/07/2013	18
Montador E Reparador De Computadores	01/07/2013	23/08/2013	18
Montador E Reparador De Computadores	18/11/2013	24/01/2014	20
Operador De Computador	18/02/2013	15/04/2013	18
Operador De Computador	11/03/2013	07/05/2013	18
Operador De Computador	20/04/2013	14/09/2013	18
Operador De Computador	29/04/2013	26/06/2013	18
Operador De Computador	06/05/2013	02/07/2013	18
Operador De Computador	03/06/2013	26/07/2013	12
Operador De Computador	24/06/2013	16/08/2013	18
Operador De Computador	26/08/2013	18/10/2013	18
Operador De Computador	11/11/2013	21/01/2014	20
Operador De Computador	25/11/2013	05/02/2014	20
Operador De Máquinas De Corte De Roupas	29/07/2013	20/09/2013	20
Padeiro Confeiteiro	18/02/2013	06/06/2013	18
Padeiro Confeiteiro	03/06/2013	13/09/2013	18
Padeiro Confeiteiro	05/08/2013	19/11/2013	18
Padeiro Confeiteiro	18/11/2013	25/03/2014	20
Padeiro Confeiteiro	25/11/2013	02/04/2014	20

Curso	Início	Término	(Continuação) Vagas Ofertadas
Pedreiro De Alvenaria	20/05/2013	30/07/2013	18
Pedreiro De Alvenaria	29/07/2013	04/10/2013	18
Pedreiro De Alvenaria	30/09/2013	10/12/2013	18
Pedreiro De Alvenaria	19/10/2013	31/05/2014	18
Pintor De Imóveis	29/07/2013	04/10/2013	18
Pintor De Obras	08/07/2013	13/09/2013	18
Programador Web	12/08/2013	18/10/2013	21
Programador Web	12/08/2013	18/10/2013	22
Salgadeiro	19/08/2013	11/10/2013	20
Salgadeiro	21/10/2013	17/12/2013	20
Salgadeiro	02/12/2013	07/02/2014	20
Soldador No Processo Mig/Mag	29/04/2013	26/06/2013	18
Soldador No Processo Mig/Mag	13/05/2013	09/07/2013	18
Soldador No Processo Mig/Mag	20/05/2013	16/07/2013	18
Soldador No Processo Mig/Mag	02/09/2013	01/11/2013	18
Técnico Em Edificações	18/03/2013	14/06/2014	35
Técnico Em Edificações	29/07/2013	30/06/2015	35
Técnico Em Redes De Computadores	18/03/2013	24/11/2014	35
Técnico Em Redes De Computadores	17/09/2013	31/07/2015	35
Torneiro Mecânico	11/03/2013	07/05/2013	18
Torneiro Mecânico	03/06/2013	26/07/2013	18
Torneiro Mecânico	29/07/2013	29/10/2013	18
Total de vagas ofertadas em 2013			2225
Administrador De Banco De Dados	14/04/2014	09/07/2014	20
Aplicador De Revestimento Cerâmico	17/03/2014	17/04/2014	20
Aplicador De Revestimento Cerâmico	16/09/2014	26/11/2014	20
Assistente De Planejamento E Controle De Produção	01/04/2014	30/05/2014	20
Assistente De Planejamento E Controle De Produção	13/10/2014	17/12/2014	22
Auxiliar Administrativo	03/02/2014	02/04/2014	20
Auxiliar Administrativo	24/06/2014	04/09/2014	10
Auxiliar Administrativo	01/09/2014	28/10/2014	26
Auxiliar De Recursos Humanos	03/02/2014	02/04/2014	20
Auxiliar De Recursos Humanos	06/10/2014	02/12/2014	22
Cadista Para A Construção Civil	23/09/2014	04/12/2014	20
Confeccionador De Bolsas Em Tecido	17/02/2014	16/04/2014	21
Confeccionador De Bolsas Em Tecido	19/08/2014	13/10/2014	17
Confeiteiro	11/08/2014	20/10/2014	22
Costureiro	18/08/2014	10/10/2014	23
Costureiro	18/08/2014	10/10/2014	23
Eletricista De Automóveis	03/02/2014	02/04/2014	20
Eletricista De Automóveis	31/03/2014	13/06/2014	10
Eletricista De Automóveis	02/06/2014	08/08/2014	19

Curso	Início	Término	(Continuação) Vagas Ofertadas
Eletricista De Automóveis	14/07/2014	10/09/2014	20
Eletricista De Automóveis	08/12/2014	02/04/2015	10
Eletricista Instalador Predial De Baixa Tensão	19/03/2014	05/05/2014	20
Eletricista Instalador Predial De Baixa Tensão	15/09/2014	25/11/2014	21
Encanador Instalador Predial	02/06/2014	21/08/2014	10
Instalador De Acessórios Automotivos	08/09/2014	03/12/2014	20
Marceneiro	31/03/2014	23/07/2014	20
Mecânico De Máquinas De Costura	08/12/2014	04/03/2015	20
Mecânico De Motocicletas	24/02/2014	27/06/2014	20
Mecânico De Motocicletas	06/10/2014	06/02/2015	19
Mecânico De Motores A Diesel	03/02/2014	04/04/2014	20
Mecânico De Motores A Diesel	02/06/2014	07/08/2014	10
Mecânico De Motores A Diesel	15/09/2014	10/11/2014	18
Mestre De Obras	11/08/2014	18/12/2014	16
Modelista	10/02/2014	09/04/2014	20
Modelista	02/06/2014	08/08/2014	21
Montador E Reparador De Computadores	12/11/2014	28/01/2015	20
Operador De Computador	17/03/2014	02/06/2014	10
Operador De Computador	24/06/2014	20/08/2014	20
Operador De Computador	15/09/2014	10/11/2014	22
Padeiro	03/02/2014	16/04/2014	20
Padeiro	24/06/2014	02/10/2014	12
Padeiro	11/08/2014	20/10/2014	17
Padeiro	13/10/2014	11/12/2014	20
Pedreiro De Alvenaria	01/09/2014	10/11/2014	21
Pintor De Obras	26/05/2014	19/08/2014	20
Pintor De Obras	13/10/2014	19/12/2014	21
Salgadeiro	31/03/2014	29/05/2014	20
Salgadeiro	01/09/2014	27/10/2014	12
Soldador No Processo Eletrodo Revestido Aço Carbono e Aço Baixa Liga	01/07/2014	26/08/2014	20
Soldador No Processo Mig/Mag	17/11/2014	02/02/2015	21
Técnico em Eletromecânica	14/04/2014	15/07/2015	35
Técnico Em Eletrotécnica	24/03/2014	31/12/2015	35
Técnico Em Logística	28/07/2014	03/12/2015	35
Técnico em Logística	08/09/2014	18/12/2015	35
Técnico Em Redes De Computadores	24/03/2014	31/12/2015	35
Técnico em Segurança do Trabalho	08/09/2014	18/12/2015	35
Técnico em Vestuário	14/04/2014	15/07/2015	35
Técnico em Vestuário	08/09/2014	18/12/2015	35

Curso	Início	Término	(Continuação) Vagas Ofertadas
Torneiro Mecânico	15/09/2014	25/11/2014	14
Torneiro Mecânico	29/09/2014	25/11/2014	15
Total de vagas ofertadas em 2014			1245
Aplicador De Revestimento Cerâmico	28/09/2015	25/11/2015	20
Eletricista De Automóveis	28/09/2015	15/12/2015	20
Eletricista De Automóveis	28/09/2015	16/12/2015	10
Eletricista De Automóveis	18/12/2015	31/03/2016	10
Marceneiro	19/10/2015	25/02/2016	20
Operador De Computador	05/10/2015	16/12/2015	10
Operador De Computador	18/12/2015	22/03/2016	10
Serralheiro De Alumínio	09/11/2015	06/01/2016	20
Técnico Em Manutenção Automotiva	05/10/2015	05/09/2017	35
Total de vagas ofertada em 2015			155
Total de vagas ofertadas entre os anos de 2011 e 2015			4829

ANEXOS

ANEXO A – Legislações sobre programas educacionais do governo.

TÍTULO	DATA DE PUBLICAÇÃO	CONTEÚDO
Lei 12.513	26/10/2011	Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis no 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), n. 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, no 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e no 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências.
Decreto Nº 7.589	26/11/2011	Institui a Rede e-Tec Brasil.
Resolução CD/FNDE Nº 61	11/11/2011	Estabelece orientações, critérios e procedimentos para a transferência de recursos financeiros para a oferta de bolsas-formação em cursos de educação profissional e tecnológica vinculados aos serviços nacionais de aprendizagem, no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), bem como para a execução e a prestação de contas desses recursos, a partir de 2011.
Resolução CD/FNDE Nº 66	25/11/2011	Altera a Resolução CD/FNDE nº 61, de 11 de novembro de 2011.
Portaria Nº 324	28/11/2011	Divulgar a relação dos Parceiros Ofertantes que firmaram Termo de Cooperação ou Termo de Adesão ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), considerados aptos a receber recursos financeiros, em parcela única, para custeio de Bolsas-Formação no âmbito do Programa, no exercício de 2011, na forma do Anexo I desta Portaria.
Portaria MEC nº 185	12/03/2012	Fixa diretrizes para execução da Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, nos termos da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, e dá outras providências.
Resolução CD/FNDE Nº 3	16/03/2012	Altera a Resolução CD/FNDE nº 61, de 11 de novembro de 2011.
Portaria Nº 270	20/03/2012	Dispõe sobre o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), regulamenta a adesão das mantenedoras de entidades privadas de educação profissional e tecnológica e dá outras providências.
Decreto Nº 7.721	16/04/2012	Dispõe sobre o condicionamento do recebimento da assistência financeira do Programa de Seguro- Desemprego à comprovação de matrícula e frequência em curso de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, com carga horária mínima de cento e sessenta horas.
Resolução CD/FNDE Nº 23	28/06/2012	Estabelece orientações, critérios e procedimentos para a transferência de recursos financeiros ao Distrito Federal e aos Estados, por intermédio dos órgãos gestores da educação profissional e tecnológica, visando à oferta de Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), bem como para a execução e a prestação de contas desses recursos, a partir de 2012.
Portaria Nº 984	27/07/2012	Dispõe sobre a integração dos Serviços Nacionais de

		Aprendizagem ao Sistema Federal de Ensino, no que tange aos cursos técnicos de nível médio.
Resolução Nº 33	15/08/2012	Altera o § 4º do art. 8º da Resolução CD/FNDE nº 3, de 16 de março de 2012. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Constituição Federal de 1988, Título VII, capítulo III; Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996; Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008; Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011; Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Portaria MEC nº 185, de 12 de março de 2012.
Resolução Nº 37	23/08/2012	Altera o art. 10 da Resolução CD/FNDE nº 61, de 11 de novembro de 2011.
Medida provisória Nº 593	05/12/2012	Altera a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, para ampliar o rol de beneficiários e ofertantes da Bolsa-Formação Estudante; e dá outras providências.
Portaria 160 e 161	05/03/2013	Dispõe sobre a habilitação das instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio e sobre a adesão das respectivas mantenedoras ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, e dá outras providências.
Portaria 168	07/03/2013	Dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, de que trata a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, e dá outras providências.
Lei 12.816	05/06/2013	Altera as Leis nos 12.513, de 26 de outubro de 2011, para ampliar o rol de beneficiários e ofertantes da Bolsa-Formação Estudante, no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC; 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para estabelecer que as bolsas recebidas pelos servidores das redes públicas de educação profissional, científica e tecnológica, no âmbito do Pronatec, não caracterizam contraprestação de serviços nem vantagem para o doador, para efeito do imposto sobre a renda; 8.212, de 24 de julho de 1991, para alterar as condições de incidência da contribuição previdenciária sobre planos educacionais e bolsas de estudo; e 6.687, de 17 de setembro de 1979, para permitir que a Fundação Joaquim
Portaria Nº 562	25/06/2013	Dispõe sobre a oferta de cursos na modalidade a distância, por intermédio da Bolsa-Formação, no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego-Pronatec, e dá outras providências.
Portaria 20	27/06/2013	Aprovar, na forma do Anexo desta Portaria, a Tabela de Mapeamento de cursos técnicos para oferta na forma subsequente pela Bolsa-Formação Estudante, no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec.
Portaria Nº 671	31/07/2013	Dispõe sobre o Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (Sisutec), para acesso a vagas gratuitas em cursos técnicos na forma subsequente.
Portaria 1007	09/10/2013	Altera a Portaria MEC nº 168, de 07 de março de 2013, que dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).
Decreto Nº 8.118	11/10/2013	Altera o Decreto nº 7.721, de 16 de abril de 2012, que dispõe sobre o condicionamento do recebimento da assistência financeira do Programa de Seguro-Desemprego à comprovação de matrícula e frequência em curso de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, com carga horária mínima de cento e sessenta horas.

Resolução Nº 55	13/12/2013	Estabelece procedimentos para a transferência de recursos financeiros da Bolsa-Formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) aos serviços nacionais de aprendizagem participantes da Rede e-Tec Brasil, para que estes ofertem educação profissional e tecnológica na modalidade a distância, executem e prestem contas desses recursos, a partir de 2013.
Portaria Nº 01	29/01/2014	Altera a Portaria SETEC/MEC nº 20, de 27 de junho de 2013, que aprova a Tabela de Mapeamento de cursos técnicos para oferta no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).
Portaria Nº 114	07/02/2014	Altera a Portaria MEC nº 168, de 7 de março de 2013, que dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec.
Portaria Nº 125	13/02/2014	Dispõe sobre a adesão de estados, Distrito Federal e municípios como unidades demandantes vinculadas à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão-SECADI, para a oferta de Educação de Jovens e Adultos-EJA articulada à Educação Profissional no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego-PRONATEC.
Decreto Nº 8.268	18/06/2014	Altera o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
Decreto Nº 5.154	23/07/2014	Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.
Portaria Nº 701	13/08/2014	Altera a Portaria MEC nº 160, de 5 de março de 2013, que dispõe sobre a habilitação das instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio e sobre a adesão das respectivas mantenedoras ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec.

ANEXO B - Notas Informativas

TÍTULO	DATA DE PUBLICAÇÃO	CONTEÚDO
Nota Informativa 02	28/02/2013	Inconsistência de cargas horária sem ofertas de cursos 2012
Nota Informativa 03	11/03/2013	Inscrições online e comprovação de perfil dos beneficiários
Nota Informativa 04	22/03/2013	Reunião SETEC/MEC com Demandantes da execução Pronatec/Bolsa-Formação
Nota Informativa 05	03/04/2013	Abertura do Processo de Repactuação.
Nota Informativa 06	02/05/2013	REUNIÃO DEMANDANTES E OFERTANTES, dia 15 de abril de 2013, em Brasília.
Nota Informativa 07	22/10/2013	Inscrição on-line para vagas canceladas
Nota Informativa 08	31/05/2013	Modalidade de Demanda Bolsa-formação
Nota Informativa 08	04/11/2013	Inscrições on-line para ocupação de vagas oriundas de matrículas canceladas
Nota Informativa 09	13/06/2013	Sistec
Nota Informativa 10	08/06/2013	Adesão à Bolsa-Formação Estudante-cursos técnicos na forma subsequente
Nota Informativa 11	10/04/2013	Oferta de cursos técnicos na forma subsequente-2013/2
Nota Informativa 12	15/07/2013	Pronatec EJA
Nota Informativa 13	22/07/2013	Alteração do prazo para oferta de cursos técnicos na forma subsequente
Nota Informativa 14	29/07/2013	Alteração do prazo para oferta de cursos técnicos na forma subsequente
Nota Informativa 15	29/07/2013	Repactuação
Nota Informativa 16	09/08/2013	Cursos Técnicos forma concomitante
Nota Informativa 17	14/08/2013	Sisutec 2013-Matrículas
Nota Informativa 18	15/08/2013	Sisutec 2013-alteração de prazos
Nota Informativa 19	28/08/2013	Inscrições online vagas remanescentes do sisutec
Nota Informativa 20	10/09/2013	Pronatec empreendedor
Nota Informativa 21	10/09/2013	Processo de repactuação
Nota Informativa 22	23/09/2013	Guia Pronatec cursos FIC-3ª edição
Nota Informativa 23	23/09/2013	Certificado Pronatec cursos FIC
Nota Informativa 24	08/11/2013	Processo de Pactuação 2014
Nota Informativa 25	20/10/2013	Pactuação 2014-informações complementares
Nota Informativa 02	30/01/2014	Adesão ao Sisutec 2014/1
Nota Informativa 03	30/01/2014	Ajustes na Pactuação 2014/1
Nota Informativa 04	04/02/2014	Orientações adesão ao Sisutec 2014/1
Nota Informativa 05	07/02/2014	Alteração no cronograma-Edital de Adesão ao Sisutec nº01/2014
Nota Informativa 05	07/02/2014	Alteração no cronograma-Edital de Adesão ao Sisutec nº01/2014
Nota Informativa 06	14/02/2014	Pronatec EJA
Nota Informativa 07	10/02/2014	Esclarecimentos sobre o Edital 01/2014 (retificado pelo Edital02/2014)
Nota Informativa 08	11/02/2014	Edital Sisutec 01/2014 (retificado pelo Edital 02/2014) – informação complementar
Nota Informativa 09	14/02/2014	Pronatec Jovem Técnico Concomitante
Nota Informativa 10	25/02/2014	Pronatec Copa

Nota Informativa 11	24/02/2014	Edital Sisutec 01/2014 (retificado pelo Edital 02/2014)–propostas de ofertade cursos em turnos múltiplos.
Nota Informativa 14	12/03/2014	Repactuação 1-2014
Nota Informativa 16	10/04/2014	Pronatec EJA–informações complementares.
Nota Informativa 18	04/04/2014	Pronatec Vira Vida
Nota Informativa 21	19/03/2014	Novo número de teleatendimento
Nota Informativa 22	25/03/2014	Prorrogação do prazo da repactuação 1/2014
Nota Informativa 24	25/03/2014	Sisutec 2014–Matrículas (anexo 01 e anexo 02)
Nota Informativa 25	27/03/2014	Prorrogação do prazo da repactuação 1/2014
Nota Informativa 26	28/03/2014	Sisutec 2014–Modelos de Declarações para Matrícula Sisutec
Nota Informativa 27	01/04/2014	Prorrogação do prazo da repactuação 1/2014
Nota Informativa 29	11/04/2014	Sisutec 2014–Link para acesso às Notas Informativas do Pronatec
Nota Informativa 32	02/05/2014	Sisutec 2014–Prorrogação do prazo previsto na NI 31 para alteração de data de cursos técnicos subsequentes-EditalSisutec nº 01 de 2014
Nota Informativa 33	07/05/2014	Esclarecimentos sobre a Assistência Estudantil
Nota Informativa 35	13/05/2014	Sisutec 2014 – Atualização dos dados no Sistec e registro de frequência dos estudantes
Nota Informativa 36	16/05/2014	Uso da marca Pronatec durante o período eleitoral
Nota Informativa 37	02/06/2014	Adesão ao Sisutec 2014/2
Nota Informativa 38	03/06/2014	Reunião Demandantes e Ofertantes
Nota Informativa 39	09/06/2014	Pronatec Empreendedor - Esclarecimento e Mobilização
Nota Informativa 40	25/06/2014	Pronatec/Bolsa-Formação – Pactuação 2014/2
Nota Informativa 149	02/07/2014	Alteração de cronograma do Edital SETEC 2/2014
Nota Informativa 185	23/07/2014	Homologação da Primeira Etapa da Pactuação 2014.2
Nota Informativa 190	25/07/2014	Alteração de Cronograma do Edital Setec 2/2014
Nota Informativa 199	31/07/2014	Cancelamento de turmas Pronatec publicadas fora do Prazo no SISTEC
Nota Informativa 202	01/08/2014	Abertura Pactuação 2014.2 - 2ª fase
Nota Informativa 214	11/08/2014	Regularização de Matrículas no Sistec
Nota Informativa 220	11/08/2014	Novo cronograma e fase esclarecimentos sobre a Pactuação 2014.2 - 2ª fase
Nota Informativa 236	26/08/2014	Cancelamento de matrículas e disponibilização de vagas para inscrição on-line
Nota Informativa 244	02/09/2014	Cancelamento de matrículas e disponibilização de vagas para inscrição on line
Nota Informativa 257	26/09/2014	Atualização dos dados no Sistec e registro de frequência dos estudante

ANEXO C - Intermediação Agência do Trabalhador em Cascavel, Por Atividade Econômica (2011)

Código	Divisão CNAE	Colocados	Encaminhados	Vagas
47	Comércio varejista	582	5.350	1.640
46	Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas	363	3.678	1.039
41	Construção de edifícios	94	557	472
49	Transporte terrestre	99	1551	365
56	Alimentação	68	1439	355
10	Fabricação de produtos alimentícios	128	835	311
43	Serviços especializados para construção	52	455	308
45	Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	50	612	261
29	Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	52	492	246
25	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	33	592	227
82	Serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados as empresas	56	647	218
1	Agricultura, pecuária e serviços relacionados	104	472	203
74	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	139	645	183
22	Fabricação de produtos de borracha e de material plásticos	52	525	177
78	Seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra	41	452	174
28	Fabricação de máquinas e equipamentos	40	466	169
99	Não definido/não cadastrado	37	240	140
23	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	39	367	137
98	Não definida/não cadastrada	31	339	118
14	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	34	285	107
55	Alojamento	18	310	92
80	Atividades de vigilância, segurança e investigação	50	327	90
81	Serviços para edifícios e atividades paisagística	34	353	84
61	Telecomunicações	23	174	84
64	Atividades de serviços financeiro	17	189	80
31	Fabricação de móveis	10	125	77
42	Obras de infraestrutura	9	154	73
24	Metalurgia	17	183	62
86	Atividades de atenção à saúde humana	23	234	62
93	Atividades esportivas e de recreação e lazer	18	200	56
69	Atividades jurídicas, de contabilidade e de auditoria	26	223	52
63	Atividades de prestação de serviços de informação	4	57	52
53	Correio e outras atividades de entrega	10	134	51
73	Publicidade e pesquisa de mercado	9	161	50
27	Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	9	96	46
68	Atividades imobiliárias	5	67	41
62	Atividades dos serviços de tecnologia da informação	2	97	39
71	Serviços de arquitetura e engenharia; testes e análises técnica	15	81	36

94	Atividades de organizações associativas	16	121	33
13	Fabricação de produtos têxteis	7	59	33
95	Reparação e manutenção de equipamentos de informática e comunicação e de objetos pessoais e domésticos	5	101	28
38	Coleta, tratamento e disposição de resíduos; recuperação de materiais	8	63	24
65	Seguros, resseguros, previdência complementar e planos de saúde	6	66	23
52	Armazenamento e atividades auxiliares dos serviços de transporte	0	55	22
32	Fabricação de produtos diversos	10	47	21
16	Fabricação de produtos de madeira	4	33	19
96	Outras atividades de serviços pessoais	6	65	13
58	Edição e edição integrada à impressão	1	28	12
17	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	4	62	11
77	Aluguéis não- imobiliários e gestão de ativos intangíveis não-financeiros	0	25	10
66	Atividades auxiliares dos serviços financeiros, seguros, previdência complementar e planos de saúde	3	31	9
35	Eletricidade, gás e outras utilidades	0	15	8
18	Impressão e reprodução de gravações	1	9	7
20	Fabricação de produtos químicos	4	22	6
33	Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	1	14	5
60	Atividades de rádio e de televisão	1	12	5
87	Atividades de atenção à saúde humana integradas com assistência social, prestadas em residências coletivas e particulares	0	4	5
26	Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	1	26	4
8	Extração de minerais não-metálicos	0	1	4
79	Agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas	2	13	3
70	Atividades de sedes de empresas e de consultoria em gestão empresarial	0	5	3
59	Atividades cinematográficas, produção de vídeos e de programas de televisão; gravação de som e edição de música	0	5	2
84	Administração pública, defesa e seguridade social	0	2	1
11	Fabricação de bebidas	0	0	1
21	Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	0	5	1
88	Serviços de assistência social sem alojamento	1	5	1
3	Pesca e aquicultura	0	1	0

ANEXO D – Cursos técnicos por colégios estaduais

Colégio	Curso	Modalidade	Qtd de turmas	Qtd de matrículas
Centro Estadual de Educação Profissional Pedro Boaretto Neto - CEEP	Técnico em Administração	Integrado	8	254
	Técnico em Administração	Subsequente	3	85
	Técnico em Edificações	Integrado	3	100
	Técnico em Edificações	Subsequente	4	109
	Técnico em Eletromecânica	Integrado	7	176

	Técnico em Eletromecânica	Subsequente	4	138
	Técnico em Eletrônica	Integrado	7	137
	Técnico em Eletrônica	Subsequente	4	94
	Técnico em Enfermagem	Subsequente	6	155
	Técnico em Informática	Integrado	12	323
	Técnico em Informática	Subsequente	3	60
	Técnico em Meio Ambiente	Integrado	8	187
	Técnico em Meio Ambiente	Subsequente	2	20
	Técnico em Segurança do Trabalho	Subsequente	3	86
Colégio Estadual Padre Carmelo Perrone	Técnico em Administração	Integrado	4	107
	Técnico em Administração	Subsequente	3	73
	Técnico em Informática	Integrado	4	110
	Técnico em Informática	Subsequente	2	49
	Técnico em Redes de Computadores	Subsequente	1	7
	Técnico em Secretariado	Subsequente	2	8
Colégio Estadual Professor Francisco Lima da Silva	Técnico em Administração	Integrado	1	30
	Técnico em Administração	Subsequente	1	5
	Técnico em Secretariado	Integrado	3	38
	Técnico em Secretariado	PROEJA	2	11
Colégio Estadual Professor Victório Emanuel Abrozino	Técnico em Química	Integrado	2	62
	Técnico em Química	Subsequente	1	17
	Técnico em Farmácia	Subsequente	2	31
Colégio Estadual Wilson Joffre	Técnico em Administração	Integrado	2	52
	Técnico em Administração	Subsequente	1	9
	Técnico em Recursos Humanos	Subsequente	1	15
	Formação de Docentes	Normal / Magistério	4	116

ANEXO E - Comparativo do número de estabelecimentos e empregos (RAIS) segundo as atividades econômicas - 2015²⁷

Atividades econômicas (setores e subsetores do IBGE(1))	Paraná		Cascavel	
	Estabelecimentos	Empregos	Estabelecimentos	Empregos
Indústria	36.258	691.163	1.203	19.215
Extração de minerais	519	6.409	3	107
Transformação	35.220	658.040	1.177	18.642
Produtos minerais não metálicos	2.703	29.894	83	741
Metalúrgica	5.185	45.166	190	1.282
Mecânica	2.906	50.523	109	1.472
Material elétrico e de comunicações	742	19.056	21	97
Material de transporte	799	36.636	47	1.740
Madeira e do mobiliário	5.445	74.063	157	939
Papel, papelão, editorial e gráfica	2.267	36.885	91	876
Borracha, fumo, couros, peles e produtos similares e indústria diversa	1.672	20.968	83	522
Matérias plásticas	2.164	61.215	82	2.095
Têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	5.683	74.396	135	960
Calçados	144	3.018	3	9
Produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico	5.510	206.220	176	7.909
Serviços industriais de utilidade pública	519	26.714	23	466
Construção civil	19.588	139.775	906	6.449
Comércio	120.754	670.477	4.204	28.504
Comércio varejista	107.940	551.119	3.576	21.358
Comércio atacadista	12.814	119.358	628	7.146
Serviços	109.216	1.505.264	3.780	45.137
Instituições de crédito, seguros e de capitalização	4.103	56.541	150	1.864
Auxiliar de atividade econômica	33.816	285.292	1.294	11.526
Transporte e comunicações	19.096	186.094	602	6.781
Serviços de alojamento, alimentação, reparo, manutenção, radiodifusão e televisão	33.205	256.372	1.047	6.595
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	12.935	110.649	525	4.887
Ensino	4.940	128.209	154	5.097
Administração pública direta e indireta	1.121	482.107	8	8.387
Pesca	29.177	106.525	577	3.205
Total	314.993	3.113.204	10.670	102.510

FONTE: MTE/RAIS (2016). Elaboração da autora.

²⁷ NOTA: Posição em 31 de dezembro. O total das atividades econômicas refere-se à soma dos grandes setores: Indústria; Construção Civil; Comércio; Serviços; Agropecuária; e Atividade não Especificada ou Classificada. INDÚSTRIA: extração de minerais; transformação; serviços industriais utilidade pública. TRANSFORMAÇÃO: minerais não metálicos; metalúrgica; mecânica; elétrico, comunicações; material transporte; madeira, mobiliário; papel, papelão, editorial, gráfica; borracha, fumo, couros, peles, similares, indústria diversa; química, farmacêuticos, veterinários, perfumaria, sabões, velas, matérias plásticas; têxtil, vestuário, artefatos tecidos; calçados, produtos alimentícios, bebidas, álcool etílico. COMÉRCIO: varejista; atacadista. SERVIÇOS: instituições de crédito, seguros, capitalização; administradoras de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos profissionais, auxiliar atividade econômica; transporte e comunicações; serviços alojamento, alimentação, reparo, manutenção, radiodifusão, televisão; serviços médicos, odontológicos e veterinários; ensino; administração pública direta e indireta.